



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

DIEGO MERCÊS DE BARROS

**EXPERIÊNCIAS EM RIOS E MANGUES: LUGAR, PAISAGEM, E PERCEPÇÃO
AMBIENTAL DOS USUÁRIOS DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE
MOCAPAJUBA (PA)**

Belém

2017

DIEGO MERCÊS DE BARROS

EXPERIÊNCIAS EM RIOS E MANGUES: LUGAR, PAISAGEM, E PERCEPÇÃO
AMBIENTAL DOS USUÁRIOS DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE
MOCAPAJUBA (PA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, como requisito a obtenção do título de Mestre, sob a orientação de Prof.^a Dr.^a Márcia Aparecida da Silva Pimentel.

Belém

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Barros, Diego Mercês de

Experiências em rios e mangues: lugar, paisagem, e percepção ambiental dos usuários da Reserva Extrativista Marinha de Mocajuba (PA) / Diego Mercês de Barros. - 2017.

Orientadora: Márcia Aparecida da Silva Pimentel
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2017.

1. Mangues florestas - São Caetano de Odivelas (PA). 2. Reservas florestais - São Caetano de Odivelas (PA). 3. Reservas naturais - São Caetano de Odivelas (PA). 4. Paisagem - São Caetano de Odivelas (PA). 5. Percepção geográfica - São Caetano de Odivelas (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 333.72098115

DIEGO MERCÊS DE BARROS

EXPERIÊNCIAS EM RIOS E MANGUES: LUGAR, PAISAGEM, E PERCEPÇÃO
AMBIENTAL DOS USUÁRIOS DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE
MOCAPAJUBA (PA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da Universidade
Federal do Pará, como requisito a obtenção do
título de Mestre, sob a orientação de Prof.^a Dr.^a
Márcia Aparecida da Silva Pimentel.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Márcia Aparecida da Silva Pimentel (Orientador - PPGeo/Ufpa)

Prof.^o Dr.^o Sergio Cardoso de Moraes (Examinador Interno – PPGeo/Ufpa)

Prof.^o Dr.^o Flávio Bezerra Barros (Examinador Externo – PPGeo/Ufpa)

Dedico à todos os moradores das
Unidades de Conservação e Áreas Protegidas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as populações envolvidas pelas Unidades de Conservação, especialmente das Reservas Extrativistas que são o principal motivo de dedicação deste trabalho.

A minha mãe, pai, e minha família que sempre me deram suporte direta e indiretamente para as realizações de minha vida.

A Samira Moura, meu amor, que ao longo deste trabalho me deu força e inspiração para realizá-lo.

A minha orientadora Dra. Márcia Pimentel, que vem tendo muita paciência e dedicação aos meus trabalhos desde a Graduação em Geografia até este momento. E que foi imprescindível na escolha do tema deste trabalho.

A Secretaria, Coordenação, e Docentes do PP GEO.

A todos os amigos de minha turma do PP GEO, pelo companheirismo e pelo compartilhamento dos seus saberes. Especialmente meus companheiros do PROCAD, Suzanna Ferreira, Indiara Oliveira, Rosinaldo Pereira e Geovane Farias, por contribuir em minha caminhada nestes anos.

Ao Programa PROCAD (UFPA/USP), e especialmente as Professoras Dra. Goretti Tavares e Dra. Rita de Cássia Cruz, por nos proporcionar ricas experiências ao longo do Programa.

Aos meus amigos da Graduação Geografia Humana da USP, especialmente a Gineth Gomez por nos recepcionar em seu lugar.

Ao Grupo GEPPAM, pelas contribuições no trabalho de campo e ao longo da pesquisa.

Aos meus amigos da Escola Ester Nunes Bibas pela força antes do mestrado e ao longo destes anos.

E a todos que me ajudaram na construção deste trabalho meus sinceros agradecimentos.

Epigrafe

É triste pensar que a natureza fala e que o gênero humano não a ouve.

Victor Hugo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Unidades de Conservação Terrestres no Território Brasileiro.	43
Figura 2 - Mapa de localização das comunidades envolvidas na pesquisa.	61
Figura 3 - Mapa do município com destaque para a RESEX Marinha de Mocapajuba, São Caetano de Odivelas, PA.	64
Figura 4 - Porto da Vila de Ponta da Boa Vista, de onde partem pequenas e médias embarcações para pesca na região e outras áreas.	70
Figura 5 - Cômodo feito pelo morador no quintal de casa para fogão a lenha e para guardar utensílios de pesca.	71
Figura 6 - Material de pesca utilizado pelos pescadores da comunidade de Ilha São Miguel.	72
Figura 7 - Pesca artesanal no rio Mojuim no verão amazônico. Fonte: Barros (2015).	74
Figura 8 - Comunidade de Monte Alegre.	78
Figura 9 - Reprodução do representante da comunidade de Monte Alegre.	78
Figura 10 - Comunidade de Pereru de Fátima e a importância do rio para a comunidade.	80
Figura 11 - Reprodução do representante da comunidade de Pereru de Fátima.	80
Figura 12 – Foto Comunidade do Km 8.	82
Figura 13 - Representação do representante da Comunidade Km 8.	82
Figura 14 - Foto da Comunidade de Madero.	86
Figura 15 - Representação do representante da comunidade do Madero.	86
Figura 16 - Comunidade Boa Vista.	89
Figura 17 - Representação do representante comunidade de Boa Vista.	89

RESUMO:

De forma geral, o Estado brasileiro cria as Unidades de Conservação e Áreas Protegidas para acatar recomendações internacionais e/ou requerimentos locais de conservação da natureza ou de manutenção de áreas em que vivem as chamadas populações tradicionais. As Reservas Extrativistas, Unidades de Conservação brasileira do grupo de uso sustentável, constituem-se em espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis por populações tradicionais. Em tais áreas existe a possibilidade de materializar o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, bem como os intuítos sociais de melhoria de vida das populações que habitam este território. O presente trabalho tem como foco identificar os elementos expressos na percepção ambiental de indivíduos ou grupos sociais, ou seja, compreender as relações e as experiências que promovem valores e atitudes positivos perante o meio ambiente, e que estejam contidos na percepção dos moradores destes espaços. Para isso, foi escolhida a Reserva Extrativista Marinha de Mocapajuba, localizada no município de São Caetano de Odivelas, na região nordeste do Estado do Pará, criada em 2014. Os procedimentos metodológicos foram iniciados com a revisão de literatura para a discussão teórica sobre a percepção ambiental e a relação com os conceitos de lugar e de paisagem. Posteriormente, por meio de entrevistas realizadas em 2015 e 2016, revelaram-se os elementos expressos na percepção ambiental dos usuários para compreender as relações e as experiências que esclareçam valores e atitudes positivos diante do conceito de Reserva Extrativista. Deste modo, os moradores manifestaram percepções ambientais que, de forma geral, coadunam com os valores ambientais depositados as Unidades de Conservação. Assim, as informações teóricas e práticas poderão cooperar para os estudos, ações e/ou políticas a serem implementadas pelos órgãos ambientais nas UC's, especialmente nas Reservas Extrativistas Marinhas.

Palavras-chave: Paisagem; Lugar; Percepção; Conservação; Experiência.

ABSTRACT

In general, the Brazilian State creates the Conservation Units and Protected Areas to comply with international recommendations and / or local requirements for nature conservation or maintenance of areas where so-called traditional populations live. The Extractive Reserves, Brazilian Units of the sustainable use group, constitute territorial spaces destined to self-sustainable exploitation and conservation of renewable natural resources by traditional populations. In such areas there is the possibility of materializing sustainable development, balancing ecological interests of environmental conservation, as well as the social purposes of improving the lives of the populations that inhabit this territory. The present work aims to identify the elements expressed in the environmental perception of individuals or social groups, that is, to understand the relationships and experiences that promote positive values and attitudes towards the environment, and that are contained in the perception of the inhabitants of these spaces. For this, the Mocapajuba Marine Extractive Reserve was chosen, located in the municipality of São Caetano de Odivelas, in the northeast region of the State of Pará, created in 2014. The methodological procedures were initiated with the literature review for the theoretical discussion on perception Environmental and the relationship with the concepts of place and landscape. Subsequently, through interviews conducted in 2015 and 2016, revealed the elements expressed in the environmental perception of users to understand the relationships and experiences that clarify positive values and attitudes in the face of the Extractive Reserve concept. In this way, the residents expressed environmental perceptions that, in general, are in line with the environmental values deposited in the Conservation Units. Thus, the theoretical and practical information can cooperate for the studies, actions and / or policies to be implemented by the environmental agencies in the PAs, especially in the Marine Extractive

Keywords: Landscape; Place; Perception; Conservation; Experience.

SUMÁRIO

1 – CONTEXTUALIZAÇÃO	12
1.1 Introdução Geral.....	12
1.2 Objetivos.....	14
1.3 Estrutura da Dissertação.....	15
2 - PAISAGEM E LUGAR: ESBOÇOS CONCEITUAIS PERCORRIDOS À LUZ DO FENÔMENO DA EXPERIÊNCIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	17
Resumo.....	17
Abstract.....	17
2.1 Introdução.....	17
2.2 Aproximações entre Espaço, Lugar, e Paisagem.....	18
2.3 - Percepção Ambiental.....	22
2.4 Topofilia	25
Comentários Finais.....	28
Referências.....	29
3 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO NA AMAZÔNIA: DISCUSSÃO A LUZ DOTERRITÓRIOS E AS ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	32
Resumo.....	32
Abstract.....	32
3.1 Introdução.....	32
3.2 A importância da Amazônia e de seu capital social para o Desenvolvimento.....	34
3.3 Unidades de conservação na Amazônia e o desenvolvimento regional.....	38
3.4 Possibilidades para o desenvolvimento local em Unidades de Conservação	45
Comentários Finais.....	51

Referências	53
4 RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE MOCAPAJUBA E O FENÔMENO DA EXPERIÊNCIA.....	56
Resumo.....	56
Abstract.....	56
4.1 Introdução.....	56
4.2 Metodologia.....	58
4.3 O município de São Caetano de Odivelas e a RESEX de Mocapajuba.....	63
4.3.1 Criação da RESEX e a sua importância.....	64
4.3.2 População e atividades econômicas envolvidas na área da RESEX.....	67
4.4 Percebendo Mocapajuba.....	75
4.4.1 RESEX de Mocapajuba e o ponto de vista da experiência.....	76
4.4.2 Mocapajuba: um olhar afetivo.....	83
4.4.3Mocapajuba: um contemplar da paisagem	90
4.4 RESEX de Mocapajuba e Atitudes de conservação.....	92
Comentários Finais.....	95
Referências	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.2 Introdução Geral

As Unidades de Conservação e Áreas Protegidas, de forma geral, são instituídas pelo Estado brasileiro, a partir da publicação de leis ou decretos de criação. São vários os tipos de Áreas Protegidas amplamente reconhecidos no território brasileiro: Terras Indígenas (TI), Territórios Quilombolas, Unidades de Conservação (UC's), Reserva Legal e Área de Preservação Permanente (APP). Especificamente, partir de demandas locais e internacionais criaram-se várias UC's no Brasil, ao longo do século XX, e cada vez mais vem se ampliando em números estes tipos de áreas que visam à conservação de diversos espaços em diferentes ecossistemas brasileiros.

Em 2000, com o intuito de ordenar as UCs brasileiras e atender os designios da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), por meio da Lei nº 9.985 datada de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000). Esse sistema é formado pelo conjunto das UC's federais, estaduais e municipais existentes no Brasil. E, fornece aparato regulatório para a gestão destes territórios tão importantes para conservação dos recursos naturais. Estas são divididas em Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

As políticas e as regulamentações do SNUC vêm dando base para a criação de diversas Unidades de Conservação, principalmente na região Amazônica, onde as políticas de conservação pretendem ser mais efetivas, justificadas pelo apoio internacional sobre a região. Corrobora com essa política o fato de que é nesse espaço que se encontra um número muito grande de populações vivendo de forma tradicional. Deste modo, houve um crescimento quantitativo de Unidades de Conservação nesta região para preservar os diversos ecossistemas encontrados nesta porção do país.

De forma específica as Reservas Extrativistas, que são Unidades de Conservação do grupo de uso sustentável¹, constituem-se em espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicionais. Em tais áreas existe a possibilidade de materializar o desenvolvimento

¹ Unidades de Conservação de Uso Sustentável e, tem por finalidade combinar conservação ambiental e exploração econômica, se destinam especialmente também às populações tradicionais mediante o gerenciamento conjunto do Governo e Comunidades quanto ao uso dos recursos naturais.

sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, bem como os intuítos sociais de melhoria de vida das populações que habitam este território.

Desta forma, na Amazônia a questão ganha outra amplitude, pois na composição dos ecossistemas e na implantação feita pelo Estado desses espaços de conservação, encontram-se comunidades que há tempos ocupam esses territórios, que na maioria das vezes, apresentam grande relevância na própria conservação da biodiversidade local.

Simonian (2000) afirma que dentro de uma análise histórica, as populações indígenas e tradicionais da Amazônia vêm buscando manejar de forma positiva os recursos naturais e garantir a sustentabilidade do ambiente e de suas populações. E nesta emergência ecológica atual e da importância da Amazônia em termos de biodiversidade, além do incremento da ciência no contexto global das UCs e das áreas protegidas, estas emergem como alternativa a gestão compartilhada.

Não obstante, as UC's originaram a ideia de proteção da natureza para que se possa preservar a "intocabilidade" de seus atributos físicos e naturais, sem a presença do homem nestes espaços, idealizado a partir de contextos diferenciados, de países desenvolvidos, elas surgem, no atual momento, como um desafio na Amazônia, região que apresenta um contexto diferenciado de gestão e de parceria dos diversos atores que necessitam integrar-se para conservação e desenvolvimento regional e local (DIEGUES, 1996).

Então, essas comunidades destacam-se como positivas na conservação das áreas de reserva da região amazônica, desde que o manejo empregado seja positivo e que as políticas públicas para a região se deem de forma a equilibrar os recursos naturais e o bem-estar das populações. Mas o que representa estes espaços para essas populações que os vivem cotidianamente? Qual a percepção delas sobre eles?

Um caminho interessante para tentar responder estas questões surgiu a partir dos estudos de percepção ambiental, pois estes analisam valores e atitudes da sociedade envolvidas no interior das Unidades de Conservação perante o ambiente. E ainda, surge a importância de potencializar aspectos positivos da percepção de moradores, e dos demais sujeitos envolvidos nas UC's.

Desta forma, que este estudo pretende contribuir para aumentar a participação da comunidade no processo de gestão da RESEX de Mocapajuba. E por se tratar de uma Unidade de Conservação que se encontra no início de sua implantação, e por não possuir estudos científicos acadêmicos no âmbito da Geografia e das ciências sociais correlatas, espera-se que o registro dos valores das comunidades em sua relação com o meio influencie políticas públicas específicas para esse tipo de Unidade de Conservação.

Buscou-se no primeiro momento realizar o levantamento bibliográfico, a partir da ciência geográfica e das ciências sociais e ambientais correspondentes, a fim de reunir estudos sobre percepção ambiental e sobre os conceitos de lugar, paisagem, meio ambiente. Com isso, procurou-se estabelecer bases teóricas para compreensão dos fenômenos a serem estudados. Como analisar as Unidades de Conservação no Brasil e as possibilidades de desenvolvimento local com intuito claro de estabelecer bases para a compreensão dos aspectos gerais destas e mais especificamente das Reservas Extrativistas.

Após o estabelecimento de uma teorização do objeto de estudo, buscou-se caracterizar os diversos aspectos físicos, humanos e econômicos relativos à Reserva Extrativista de Mocapajuba, tratando-se dos seguintes aspectos: localização, características físicas, além dos aspectos ligados a economia, a moradia e a sociabilidade dos moradores. Do mesmo modo procurou-se elencar suas peculiaridades naturais e as principais relações das pessoas que convivem com a paisagem e o lugar na RESEX.

Por fim, o estudo final deste documento procurou estabelecer relações qualitativas sobre a RESEX de Mocapajuba. Assim, buscou-se um grupo de pessoas proeminentes na futura gestão participativa da UC. De tal modo os entrevistados foram aqueles que participaram ativamente do processo histórico de criação da Unidade, constituindo-se por doze representantes de diferentes comunidades, e que estão envolvidos no processo diário de convivência com seus lugares. Estes foram selecionados a partir da importância de sua liderança dentro das comunidades, estabelecidas por suas participações na Associação de Usuários de Mocapajuba.

1.2 Objetivos

Objetivo Geral:

- Analisar a percepção ambiental, compreendendo as relações e as experiências que promovem valores e atitudes perante o meio ambiente, e que estejam contidos na percepção dos moradores e dos representantes das comunidades ligadas a RESEX.

Objetivos específicos:

- Identificar os sentidos de paisagem e lugar dos sujeitos envolvidos na Unidade de conservação, e as relações afetivas que estes estabelecem com o espaço da RESEX;

- Avaliar se as práticas cotidianas desenvolvidas pelos moradores de Mocapajuba podem estar divergentes ou convergentes com os princípios e regras das Unidades de Conservação;
- Avaliar de que forma os moradores têm lidado com os órgãos ambientais de proteção e com os ditames implementados pela RESEX.

1.3 Estrutura da Dissertação

Este documento está organizado em quatro capítulos, além desta introdução. No capítulo dois explanaram-se os conceitos de espaço, lugar e paisagem, e percepção ambiental que são elementos fundantes para interpretação do meio ambiente para o homem a partir do ponto de vista das vivências dos seres humanos. Além dos conceitos de percepção ambiental e toponímia que agregam os valores atitudes que os seres humanos têm com seus espaços. Assim sendo o referencial teórico de alicerce para este trabalho.

O capítulo três apresenta o artigo intitulado “Unidades de Conservação e Turismo na Amazônia: discussão a luz dos territórios e as alternativas para o desenvolvimento regional”, publicado pela Revista Turydes na edição de Dezembro de 2016. Neste aproximaram-se as unidades de conservação dos aspectos locais das vivências das populações que residem nestes espaços de conservação natural e cultural. Além de trazer à tona a importância da formação do capital social destas comunidades, isto se coaduna com o fato de que no capítulo seguinte trabalhou-se com representantes das comunidades de uma Unidade de Conservação que irão formar a organização da população no Conselho Gestor do território. Ademais, neste artigo levanta-se a discussão do Turismo de Base Comunitária como uma das alternativas de geração de renda para as populações localizadas em Unidades de Conservação.

Neste sentido há uma aproximação ampla em relação a Reserva Extrativista de Mocapajuba, pois esta oferece o grande potencial turístico do município de São Caetano de Odivelas, sobretudo em seus aspectos naturais e culturais. De tal modo, este turismo poderia ser potencializado gerando desenvolvimento local para suas populações sem afetar as diretrizes conservacionistas da RESEX.

A partir do capítulo quatro fazemos uma caracterização geral dos aspectos socioambientais que cercam o município de São Caetano de Odivelas (PA), e de forma especial, o espaço que se circunscreve a Reserva Extrativista Marinha de Mocapajuba. Fazemos uma análise das diferentes percepções dos moradores da RESEX e seus relacionamentos com os aspectos ambientais e sociais, através da busca de depoimentos de seus moradores e suas representações que revelaram outras nuances do espaço estudado.

Por fim, no final deste estudo são apresentadas algumas considerações finais, integrando os três capítulos gerados em forma de artigos, analisando os aspectos gerais do presente estudo, assim como as possibilidades de interpretação de percepções ambientais no espaço estudado e as contribuições que estes estudos podem gerar para a gestão das Unidades de Conservação.

2 – ESPAÇO, PAISAGEM E LUGAR: ESBOÇOS CONCEITUAIS PERCORRIDOS À LUZ DO FENÔMENO DA EXPERIÊNCIA.

RESUMO: O presente trabalho objetivou compreender as diferentes categorias da geografia dentro do universo da geografia humanista, em um trabalho exploratório que pretendeu discutir o espaço, o lugar e, a paisagem. Conceitos estes discutidos a partir dos fenômenos da experiência, no intuito de compreender as diferentes percepções dos espaços. Objetivou-se, também, identificar os elementos expressos da percepção ambiental de indivíduos ou grupos sociais intuito de compreender e explicitar os fenômenos experienciais, principalmente os existentes nas diferentes unidades de conservação da natureza. Procurou-se verificar as relações existentes no espaço-lugar onde devem ser identificadas para reconhecer as atitudes e valores positivos sobre o lugar e a paisagem

Palavras-chave: Paisagem; Lugar; Percepção; Topofilia; Experiência.

ABSTRACT: This study aimed to understand the different categories of geography within the humanistic geography universe in an exploratory work that he intended to discuss the space, the place and the landscape. These concepts were discussed from the experience phenomena in order to understand the different perceptions of spaces. The objective was to also identify the expressed elements of environmental perception of individuals or social groups aim to understand and explain the experiential phenomena, mainly existing in the different protected areas of nature. Verify the relations in this space-where they should be identified to recognize the positive attitudes and values about the place and the landscape.

keywords: Landscape; Place; Perception; Topophilia; Experience.

2.1 Introdução

Neste trabalho pretende-se revelar a ocorrência nas diversas ciências dos conceitos que concretizam a chamada percepção ambiental e a Topofilia. A percepção ambiental e a topofilia integram elementos da psicologia, da biologia, da antropologia e da geografia, entres outras ciências. E, tem o objetivo primaz de analisar os fatores, os mecanismos e os processos que fazem com que haja diferenças nas percepções e comportamentos diferenciados sobre o meio ambiente que rodeia o ser humano.

Deste modo, além desta Introdução, organizou-se o texto em quatro pontos. Na segunda seção, “Aproximações entre lugar e paisagem”, procurou-se explicar os conceitos de espaço, de lugar e de paisagem, elementos fundantes para interpretação do meio ambiente para o homem, a partir do ponto de vista das vivencias dos seres humanos.

Na segunda o conceito de percepção ambiental que agrega os valores e as atitudes que os seres humanos têm com seus espaços foi aqui tratado também. E na terceira explanou-se sobre a relação afetiva dos seres humanos com seus espaços de convivência, caracterizando assim o conceito de Topofilia e seus conceitos correlatos.

A perspectiva é trazer subsídios teóricos que, de algum modo, contribuam para o direcionamento de estudos, ações e/ou políticas a serem implementadas pelos órgãos ambientais nas UC's, objetos de posterior estudo de caso neste trabalho. E, que os valores e as atitudes positivas percebidos, no contexto de suas vidas – interpretadas com e a partir da percepção da população do espaço vivido, possam ser potencializados. Sobretudo nos espaços que são classificados como Unidades de Conservação de Uso Sustentável e se destinam especialmente às populações tradicionais.

2.2 Aproximações entre espaço, lugar, e paisagem

A expressão espaço recebe inúmeros significados. O termo é empregado de diferentes formas e conteúdos, seja no senso comum, seja nas ciências de uma maneira geral, como psicologia, economia, sociologia, matemática, antropologia, entre outras. Em todos esses campos, científicos ou não, gera-se uma contribuição para ciência geográfica que, por excelência, discute as relações espaciais impressas na/e pela sociedade. Neste sentido, a sociedade é analisada sob o ponto de vista de alguns conceitos elementares, entre eles espaço, lugar e paisagem.

O espaço, sob a ótica da ciência geográfica humanística, estabelece outra forma de entendimento, diferente das estabelecidas em outras correntes do pensamento. Corrêa (1995), ao analisar Tuan (1979), explicita que ao se estudar o espaço no âmbito da base humanística, deve-se considerá-lo a partir dos sentimentos espaciais e das ideias de um grupo ou povo sobre o espaço, precisamente gerado pela experiência.

A contribuição do humanista apoia-se na interpretação da experiência humana, em sua imprecisão, ambivalência e na complexidade que o elemento humano pode representar. E sua função como geógrafo está assentada nos seguintes aspectos: “[...] esclarecer o significado dos conceitos, dos símbolos e das aspirações, à medida que dizem respeito ao espaço e lugar” (TUAN, 1985, p.162).

Os estudos das abordagens perceptivas na ciência geográfica vêm aumentando expressivamente desde a década de 1970, mas havendo evidências claras de aspecto deste

segmento da geografia nos anos de 1960, primeiramente nos Estados Unidos e depois em outros países, sobretudo por buscar alternativas ao neopositivismo e a exacerbação de uso da quantificação dominante da época (MARANDOLA JR., 2013). E desde então, essa perspectiva vem sendo difundida em outros centros da geografia pelo mundo.

Assim, estudar o espaço geográfico mediante uma visão perceptiva tem atraído as atenções e as investigações procurando acrescentar essa dimensão humanista (OLIVEIRA; MACHADO, 2007). Há, cada vez mais, a valorização da paisagem e do lugar nos estudos da geografia brasileira, principalmente com trabalhos que visam direcionar a percepção e a cognição do meio ambiente ao lugar e à experiência, afirmando que:

É oportuno porque está em moda pensar nos sujeitos das pesquisas como pessoas, quer como indivíduos, quer como grupos. Nos últimos anos pulularam trabalhos e estudos sobre percepção geográfica. Desde a década de 80, após a publicação da *Topofilia* e do *Espaço e lugar*, os geógrafos brasileiros se voltaram para a natureza, não mais dicotomicamente, separada da sociedade, mas com uma visão holística, como um todo: natureza/sociedade. Daí ser necessário implementar-se investigações com estas abordagens humanísticas. (OLIVEIRA, 2003, p. 189).

De tal modo, analisar as Unidades de Conservação brasileira no contexto da geografia humanista e a forma como esta geografia pode contribuir para a melhor gestão dos espaços parece ser de grande valia. Sobretudo nestes espaços em que surge sempre a necessidade de buscar uma visão geral da relação sociedade e natureza, de forma integradora, tanto de moradores locais como dos órgãos públicos que gerenciam o meio ambiente local.

Corrêa (1995) ressalta ainda que existem vários tipos de espaços, ora um espaço estritamente pessoal, ora um espaço de um determinado grupo, originando um espaço vivido no interior da experiência do outro; além destes, há o espaço concebido como mítico-conceitual que, além de estar ligado à experiência, valoriza as evidências mais abstratas. Porém, o espaço que interessou ao presente estudo foi o espaço advindo da experiência sensorial, produzido pelas vivências e interpretações para com o mundo. A partir delas é moldada a realidade circundante e, assim,

a superfície da Terra é elaborada para cada pessoa pela refração por meio das lentes culturais e pessoais, de costumes e fantasias. Todos nós somos artistas e arquitetos de paisagens, criando ordem e organizando espaços, tempo e causalidade, de acordo com nossas percepções e predileções (MACHADO, 1996, p. 97).

Um dos elementos importantes para entender o conteúdo do espaço pelas pessoas, segundo Tuan (1983), é o de habilidade espacial e o conhecimento espacial. Trata-se da habilidade que se aperfeiçoa ao longo da trajetória de vida, quando se consegue locomover e

dar os primeiros passos. De forma mais restrita, é aquilo que se pode realizar com o corpo, ou seja, por meio da efetivação de atividades comuns e corriqueiras. O conhecimento espacial, por outro lado, é um elemento concebido quando se pode intuir os movimentos e as mudanças de localização que os corpos estabelecem. Ambos os elementos se articulam. Portanto,

a habilidade espacial é essencial para a subsistência, enquanto que o conhecimento espacial, no nível da articulação simbólica em palavras e imagens, não é. Muitos animais têm destrezas espaciais que de longe ultrapassam as dos homens; as aves migratórias transcontinentais são um exemplo importante. Para os seres humanos, qual é a relação entre habilidade espacial e o conhecimento? Como um afeta o outro? A habilidade espacial precede o conhecimento espacial. Os mundos mentais são aprimorados através de experiências sensoriais e cinestésicas. O conhecimento espacial aumenta a habilidade espacial. Esta habilidade é de diferentes tipos, variando desde a destreza atlética até realizações culturais como a navegação cultural e cósmica (TUAN, 1983, p. 84).

Outro modo de se entender a sociedade no viés geográfico é a partir do conceito de lugar. Tuan (1979, apud Corrêa, 1995) conjectura o conceito de lugar, adotando-o em um formato diferente e o concebe como possuidor de um “espírito”, de uma “personalidade” própria, com um sentido apropriado, construído a partir da apreciação visual ou estética e pelos sentidos moldados pela longa vivência em um lugar. O lugar, analisado sob o ponto de vista dos fundamentos orgânicos, cognitivos, afetivos e simbólicos, está sendo encarado a partir de diversos olhares nas pesquisas atuais, e inúmeras contribuições fazem coro à interpretação da experiência humana e sua complexidade, analisando o caráter geográfico dos espaços e das sociedades (OLIVEIRA, 2004).

Machado (1996) afirma que é a partir da experiência que o significado de espaço se articula com o de lugar. Um espaço que aparentemente não apresenta diferença em relação a outros, passa a ser um lugar a partir do momento em que é conhecido e dotado de valor. Portanto, os *nostros* lugares se apresentam de uma forma diferenciada daqueles lugares nos quais passamos durante uma viagem, por exemplo.

Existem diferenciações básicas na qualidade e no impacto das impressões constituídas de forma diária ou casual, das outras que se concebem por meio de livros, figuras, filmes, revistas, internet etc. Na primeira, tem-se uma relação direta e íntima; na última, ela se torna indireta e conceitual. Portanto, o “[...] espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983, p. 151).

Sendo assim, é por intermédio da experiência que se materializam as formas de perceber a realidade circundante, descobrindo, redescobrando e conhecendo o espaço e o lugar que se irá inferir a partir de intenções. Assim sendo, é

[...] a partir das perspectivas descortinadas pela experiência única e individual, a noção abstrata de espaço vai se transformando, à proporção que o nosso conhecimento direto e íntimo ou indireto e conceitual, se amplia, chegando, então, a fundir-se com o sentido de lugar, mesclando razão e emoção. Esta situação torna o espaço circundante um espaço conhecido (ou re-conhecido), descoberto (ou re-descoberto), percebido e experiência de inúmeras, infinitas maneiras, conforme as condições internas e externas que o indivíduo esteja vivenciando naquele momento propiciando assim, a renovação constante de suas percepções e da atribuição dos seus símbolos projetados nas paisagens (LIMA, 1996, p. 154).

Deste modo, no estudo em questão da Reserva Extrativista que ora se avalia, é muito interessante verificar as diferenças dos diversos atores envolvidos no processo de constituição da unidade de conservação, pois as distintas formas de se apreender o espaço ou lugar (no sentido mostrado acima) pode trazer inferências sob a configuração e os diversos modos que o espaço e o lugar são tratados, além das múltiplas experiências que os diferentes modos de apreensão do lugar trouxeram ou trarão para a gestão destes espaços protegidos.

Já o conceito de paisagem retoma sua relevância por meio da geografia humanística. A construção da paisagem torna-se palpável por intermédio da dimensão da percepção e dos sentidos. Realmente, a paisagem é tudo aquilo que a visão abarca, com acréscimos de volumes, cores, movimentos, sons e odores. Ao mesmo tempo, significa o produto da materialização das ações humanas no espaço, um conjunto complexo de formas naturais e artificiais, em que a heterogeneidade dos processos sociais e o decurso histórico dos modos de produção precisam ser considerados (BLEY, 1996).

Nos mais diferentes espaços do planeta, observa-se a paisagem não só do ponto de vista dos aspectos físicos ou estéticos, mas também dos componentes paisagísticos que o homem gera com os construtos materiais. Trata-se, por exemplo, dos seguintes construtos: estradas, habitações, ferrovias, túneis, pontes, prédios etc. Essas paisagens resultam da relação imbricada dos componentes naturais com os construídos a partir dos homens (MACHADO, 1996)

No entanto, a paisagem apresenta outra nuance na qual está além do aspecto do visível: o significado que algumas paisagens geram para determinados grupos de pessoas. Estudos de identificação de preferências de paisagens indicam que nem sempre a valorização delas acontece apenas pela beleza, e, sim que a “[...] preferência estética é apenas uma das muitas fontes de vínculos afetivos com a paisagem” (LOWENTAL, 1978 apud BLEY, 1996, p. 127).

É neste sentido que, mais recentemente, as pesquisas nos mais diferentes ramos científicos revelaram novos caminhos, além terem se direcionado para estudos baseados na

relação da experiência humana nos diversos pontos do mundo, expressando os espaços, os lugares e as paisagens. Assim,

A interpretação da experiência humana e sua ambivalência, ambiguidade e complexidade pode ser sistematicamente explorada para esclarecer o significado dos conceitos, dos símbolos e das aspirações, no que dizem respeito ao espaço, ao lugar e suas paisagens (MACHADO, 1996, p. 98-99).

Neste ponto, que a presente pesquisa procura revelar a forma de afetividade que os indivíduos ou os grupos humanos estabelecem a partir de elos com o meio que os circundam, a partir de vivências e de preferências. Por isso, foi necessário discutir os sentidos da percepção do meio ambiente e da relação topofílica, conforme realizado mais adiante.

2.3 - Percepção Ambiental

Percepção é a resposta dos sentidos aos estímulos que se recebe da externalidade dos corpos, como uma atividade de propósito clara, em que variados fenômenos ficam registrados. A maior parte dos objetos percebidos tem extremo valor para as pessoas, e para a própria sobrevivência biológica, bem como no sentido de trazer certas satisfações que estão mergulhadas na cultura. Muito embora todos tenham sentidos semelhantes, à medida que eles são usados de maneira diversificada, observa-se divergências quanto à aceitação dos diferentes fenômenos em relação ao meio (TUAN, 1980).

Portanto, à medida do desenvolvimento, não só as atitudes para com o meio divergem, mas divergem as reais capacidades dos sentidos. Uma pessoa de determinada origem cultural, por exemplo, pode ampliar uma aguçada audição para sons; outras podem, sobremaneira, utilizar uma visão estereoscópica; já outras desenvolvem um paladar e um olfato apuradíssimo para sentir e degustar vinhos (TUAN, 1980).

O ambiente está em constante renovação e mutação, por intermédio das transformações naturais, ou pelas constantes mudanças socioespaciais erigidas por meio de processos econômicos, políticos, culturais e sociais, reconfigurando constantemente as paisagens ao entorno que, por consequência, mudam a capacidade de observar os objetos e suas dinâmicas, transformando a percepção sobre o ambiente. A percepção ambiental é um elemento intrínseco a todos os indivíduos. Oliveira e Machado (2003) explicitam que por meio do contato direto e imediato com os objetos componentes do espaço circundante, bem como sua dinamicidade, é que ocorre percepção ambiental. Todos os seres humanos compartilham, de certo modo, percepções comuns, apreciações comuns, em virtude de possuírem órgãos semelhantes.

Porém, além dessas características, igual ou maior destaque pode ser dado ao fato de o ambiente percebido assumir diferentes formas, construídas a partir do que usualmente chamamos de pontos de vista ou ainda do repertório cultural de indivíduos e grupos sociais (FERRARA, 1993).

A percepção ambiental, conforme destacado por Del Rio (1996), é o processo mental de interação do indivíduo com o ambiente, em que atuam mecanismos perceptivos propriamente ditos e mecanismos cognitivos. O aspecto perceptivo está ligado a um campo sensorial e intimamente conectado à presença do objeto e à sua sensação sobre ele.

E os órgãos sensoriais como o tato – o sentido háptico – fornecem uma grande quantidade de informações aos seres humanos sobre o mundo. A sensibilidade auditiva no homem não é das melhores, se comparada a de outros seres vivos. A audição é menos essencial aos primatas, incluindo o homem, do que para os carnívoros, que rastreiam as suas presas. Os olhos obtêm informações muito mais precisas e detalhadas sobre o meio ambiente do que os ouvidos, mas, geralmente, se é mais sensibilizado por aquilo que ouvimos do que pelo que vemos – um exemplo seria a chuva nas plantas, choro de criança, música romântica etc.

Cabe destacar que o sentido do olfato do cachorro é pelo menos cem vezes mais agudo que o do homem. É claro que o sentido do olfato é também importante para os primatas. Esse sentido desempenha um papel importante nos processos fundamentais de alimentação e acasalamento. O homem moderno tende, entretanto, a negligenciar o sentido do olfato. (TUAN, 1980)

A visão é destacada por Tuan (1980, p. 7) quando afirma que dentre “[...] os cinco sentidos tradicionais, o homem depende mais conscientemente da visão do que dos demais sentidos para progredir no mundo. Ele é predominantemente um animal visual”. De tal modo, que um mundo mais amplo lhe é aberto e muito mais informação, especialmente detalhada e específica, chega até o ser humano por intermédio dos olhos, mais do que nos outros animais.

Simultaneamente aos mecanismos perceptivos atuam também mecanismos cognitivos. Esses são entendidos como valores, conhecimentos precedentes, temperamentos, motivações, dentre outras ações. Isso acaba por construir na concepção de que o significado e a importância atribuídos aos objetos espaciais percebidos sofrem certa variação de pessoa para pessoa ou de um grupo social para outro, conforme cada experiência exercida no espaço do cotidiano, ou seja, relacionando-se de forma intrínseca à vivência de um dado lugar (OLIVEIRA; MACHADO, 2003).

Segundo Oliveira (1996, p. 203), apoiada na teoria piagetiana, a interação dos aspectos perceptivos em um processo que origina os processos cognitivos é mediada pelo processo operatório do conhecimento que

[...] se refere às ações ou operações a que o sujeito submete o objeto de sua experiência. Estas são as transformações necessárias a que o sujeito recorre para construir ou reconstruir o objeto.

Esse aspecto tem sua origem na inteligência, em todos os seus níveis, "[...] desde as formas pré-representativas, as mais rudimentares da atividade sensório-motora, até as formas interiorizadas, as mais evoluídas do pensamento operatório" (OLIVEIRA, 1996, p.202). Evidenciando a importância da percepção ambiental para pesquisas no campo do conhecimento do meio ambiente.

A importância da pesquisa em percepção ambiental para o planejamento do ambiente foi ressaltada na proposição no *Projeto 13: percepção da qualidade Ambiental, no Programa Homem e Biosfera*, da UNESCO (1973, apud AMORIM FILHO, p. 141), quando refere que

[...] uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sócio-econômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes.

Dentro dessa proposição de estudo, o termo "Percepção Ambiental" está sendo utilizado em sentido amplo, de uma tomada de consciência do ambiente pelo homem. Neste contexto, a caracterização perceptiva de grupos socioculturais atuantes no espaço (pesquisadores, proprietários de terra, pescadores, gestores de APAs) vem se tornando parte integrante da abordagem interdisciplinar para a avaliação dos valores ecológicos, socioeconômicos e culturais da área de conservação.

Figueiredo (2011) aponta que, de forma geral, a percepção ambiental engloba todo o universo dos povos do lugar e influencia positivamente ou negativamente as reações dos povos com o meio que os envolve. E que, de maneira geral, as populações que estão envolvidas nas diferentes unidades de conservação, que pressupõe a preservação ambiental, seja qual for a modalidade, não se reconhecem com partes do processo que valida a lógica da perspectiva humanista. Desta maneira podem passar de aliados a vilões, pois dentro de suas práticas cotidianas podem estar convivendo com a ilegalidade em suas ações.

Neste ponto, cabe destacar que a perspectiva é de orientar propostas do planejamento global do uso dos seus recursos naturais, incluindo estratégias de conservação da biodiversidade, manejo e ainda subsidiar a implementação de atividades em educação

ambiental. Portanto, a perspectiva de inclusão da percepção ambiental na gestão dos recursos naturais em UC's contribuirá para a utilização racional destes. Certamente, isto possibilitará uma relação harmônica dos conhecimentos do interior (como o ponto de vista de um indivíduo, de uma coletividade ou mesmo de uma população em seu conjunto) com os do exterior (Governos, órgãos de planejamento, ONG's, etc.).

2.4 Topofilia

A diferenciação da superfície terrestre é notadamente variada, contudo ainda mais variados são os modos como as pessoas percebem e avaliam os diferentes espaços. Dois sujeitos não enxergam uma dada realidade da mesma maneira. Nem dois grupos sociais fazem a mesma avaliação do meio ambiente. No entanto, por mais diversas que sejam as visões de meio ambiente, como membros da mesma espécie, biologicamente, se é conduzido a sentir as coisas de uma determinada maneira, posto que a espécie apresenta aparelhos sensoriais similares. Entretanto, as visões se diferenciam a partir do momento em que se vivenciam aspectos distintos da realidade (AMORIM FILHO, 1996).

Cada pessoa tem um olhar diferenciado sobre o mundo e o espaço que a rodeia, pois cada um viveu e vive, a cada dia, emoções, desejos, aspirações e sensações diferenciadas que se dão no contexto da cultura e do meio ambiente. Com isso, são gerados atitudes e valores múltiplos para com o espaço, o lugar e a paisagem. Por vezes, as atitudes geram consequências negativas, como as inúmeras faces de degradação socioambiental que se evidenciam hordienamente no mundo (Tuan, 1980).

A construção de valores e de atitudes positivas para os diferentes espaços, que Tuan (1980, p. 5) chama de topofilia, “[...] é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. O ser humano apresenta laços com ambiente físico em virtude de sensações únicas de amor humano ao lugar. O autor ainda esclarece que

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza igualmente fugaz, mais muito mais intensa que subitamente é revelada. A resposta pode ser tática: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (TUAN, 1980, p. 107).

Neste sentido, pode-se dizer que são variados os meios pelo quais os seres humanos respondem ao ambiente, seja por meio do prazer pelo o que é meramente beleza estética ou

efetivamente por intermédio do contato íntimo e direto com o meio ambiente circundante. E ainda a relação que se tem com todo o passado, o que traz sentimentos de familiaridade, de vida saudável. Esses sentimentos se entrelaçam em uma complexa forma conceitual que é a topofilia.

Com isso, pode-se afirmar que topofilia e meio ambiente são temas que devem ser tratados indissociavelmente no intuito de entender as relações humanas capazes de transformar o meio, quer seja pelos aspectos que conduzem degradação ambiental ou, ao contrário, aqueles que conduzem a um modo sustentável de relação homem e natureza. Mesmo o meio ambiente não sendo o único responsável pela topofilia, ele traz consigo uma variedade de imagens que estimulam os sentidos e, por conseguinte, a mente, preenchendo-a de alegria e conforto diante de mundo.

A apreciação por um lugar que é apresentado pela primeira vez, de forma repentina, pode trazer sensações únicas de beleza estética. Pode conduzir a sensações únicas de fervor pela paisagem, quer pela beleza histórica erigida com as construções edificadas pelos homens, quer pela beleza estética dos elementos biofísicos do meio, como os rios, a vegetação, o relevo etc. É evidente que esse sentimento se diferencia dos sentimentos por um lugar que se tenha certa familiaridade, que se vivencia cotidianamente.

O prazer estético por uma paisagem varia em intensidade e tipo. Infelizmente, muitas estruturas turísticas estão carregadas, atualmente, de contatos superficiais para com a natureza, em que o sujeito não estabelece, em certa medida, um de vínculo com o meio ambiente visitado, e sim por meio de contatos tomados por fugacidade (TUAN, 1980). Diferentemente do contato físico usual que parte da população tem sobre o lugar, as UC's na Amazônia e a ascensão do turismo nestas áreas representam um exemplo dessa relação fugaz.

O contato físico com o meio ambiente na vida contemporânea e urbana é muitas vezes superficial e indireto, seja pelos meios de comunicação modernos ou até mesmo por um passeio no campo para “arejar” a vida tumultuada da cidade. O contato com a natureza é feito de forma a amenizar as agruras da vida urbana, muitas vezes sob a ótica do lazer. Dessa maneira, não se estabelecem vínculos diretos, o homem é separado da natureza e se torna inconsciente dela, fenômeno que ocorre com as crianças, por exemplo, que desfrutam das mais variadas formas da natureza (TUAN, 1980). Destacam-se aqui os grupos que estabelecem o contato com a natureza de forma mais integral, como os *hippies*.

Em contraposição à vida movimentada da cidade, muitas comunidades rurais situam a natureza como parte de seus corpos, cotidianamente, retirando dela seu sustento,

conservando o ambiente em sua diversidade material e biológica. Seu modo de viver está intimamente ligado à importância que o meio e o lugar expressam para eles. A apreciação estética é considerada na análise da população do meio rural, porém, a afeição que é construída pela e na vivência, e o sentimento de pertencimento ao meio falam mais alto. Sentimento que envolve, inclusive, o bem-estar físico dessas pessoas.

Claro que devem ser estabelecidos aqui paralelos à situação econômica, do “homem do campo”, ou seja, do pequeno produtor que retira da terra seu sustento diário por meio de pequenas lavouras no interior de suas propriedades, ou o grande produtor que estabelece vínculos diretos com a economia de mercado e que utiliza a natureza apenas para fins lucrativos. A relação, nesses dois extremos, apresenta-se diferenciada, com vivências diferenciadas, com perspectivas de vida distintas. E, a rigor, o camponês (ou o chamado “homem do interior”) se constitui, na posição de agente social do campo, com sentimento topofílico mais intenso do que o grande agricultor. Dessa forma, Tuan (1980, p.118) assinala que

As visões de mundo dos analfabetos e das sociedades tradicionais diferem significativamente daquelas dos homens modernos que vivem sob a influência, mesmo indireta, da ciência e da tecnologia. Frequentemente tem-se afirmado que em uma era pré-científica as pessoas adaptavam-se à natureza, enquanto que agora elas a dominam. Uma distinção mais verdadeira é reconhecer que os povos primitivos e tradicionais viviam em um mundo vertical, rotativo e altamente simbólico, ao passo que o mundo do homem moderno tende a ser de superfície ampla, teto baixo, não rotativo, estético e profano.

A afeição e a familiaridade para com o lugar estão intimamente vinculadas à consciência que se tem do passado, da cultura e da ideologia patriótica usual, ou seja, está carregada por delineamentos de realce às raízes de um povo ou de uma nação. Pode-se dizer que a história de cada pessoa ou grupo intervém nos sentimentos topofílicos de forma significativa. Assim,

[...] a lealdade se torna à história visível com monumentos na paisagem e as batalhas passadas são lembradas, na crença de que o sangue dos heróis santificou o solo. Os povos analfabetos podem estar profundamente afeiçoados ao seu lugar de origem. Eles podem não ter o senso ocidental moderno, mas quando procuram explicar sua lealdade para o lugar, ou apontam os laços com natureza (o tema mãe-terra), ou recorrem a história [...]. A história é responsável pelo amor à terra natal (TUAN, 1980, p. 114-115).

Não se está querendo expor aqui o sentido de patriotismo nascido a partir do Estado moderno, de reverência ao Estado Nação, de sentimento patriótico à bandeira de um país ou a sensação de bem-estar ao se ouvir o hino nacional, valoriza-se, no entanto, o sentido

“patriótico” de pertencimento do lugar sentido e vivido, que não se torna viável com a imensidão e grande diversidade do território de muitos países, como o Brasil, por exemplo. Mas de um sentimento de afeição pelo lugar mais próximo, em torno de sua trajetória de vida, do palpável, estabelecendo raízes em alguma parte do universo que é o território do Estado Nação (AMORIM FILHO, 1996).

Sob este olhar a conceituação de topofilia remete, prioritariamente, à importância do lugar como fonte de afeição humana. Assim sendo, o lugar é o lócus por excelência, da expressão e do exercício da topofilia. Assim como Amorim Filho (1996, p. 141-142) expõe, o “[...] reino por excelência do exercício do sentimento topofílico são os lugares valorizados. É evidente que o mesmo é válido para o sentimento contrário à topofilia, ou seja, o que pode ser definido como topofobia”, expondo tanto sentimentos de ojeriza quanto de encanto e sedução para com o lugar.

A topofilia expressa relações agradáveis para com o espaço, o lugar e a paisagem. Porém, nem todas as vivências e relacionamentos com o espaço vivido estão relacionados ao que é agradável. Os sentimentos que podem ser topofóbicos, ou seja, espaços, lugares e paisagens são aqueles que de alguma forma se mostram ou se mostraram desagradáveis ou que levam à ansiedade e à depressão (RELPH, 1979).

É na perspectiva da topofilia que o presente trabalho de pesquisa se efetivou. Precisamente, sob o prisma da paisagem e do lugar construídos das a partir da percepção sobre os espaços que remetem a sentimentos e sensações positivas, desejáveis, principalmente, em UC’s de uso sustentável, cujos pressupostos básicos referem-se à conservação dos aspectos naturais, culturais e sociais dos diferentes espaços e lugares.

2.3 Comentários finais

Este trabalho buscou debater categorias da ciência geográfica, a partir do fenômeno da experiência. Porquanto os estudos das abordagens perceptivas na ciência geográfica vêm aumentando expressivamente. Desta forma, estudar o espaço geográfico mediante uma visão perceptiva tem atraído atenções e as investigações procurando acrescentar essa dimensão humanista.

Além disso, também, o lugar, analisado sob o ponto de vista dos fundamentos orgânicos, cognitivos, afetivos e simbólicos, está sendo mostrado a partir de diversos olhares nas pesquisas atuais, e inúmeras contribuições fazem coro à interpretação da experiência humana e sua complexidade, analisando o caráter geográfico dos espaços e das sociedades.

Mas, sobretudo o conceito de paisagem retoma sua relevância por meio da geografia humanística.

Nos espaços de conservação, como as Unidades de Conservação espalhadas pelo mundo, vários são os conceitos que se pode abordar e explorar cientificamente. Então, deve-se procurar analisar, também, estas sob o prisma destes três principais conceitos geográficos: espaço, paisagem e de lugar. De tal modo que gere conhecimento e traga à tona a contribuição da ciência geográfica humanista, sobretudo para o planejamento destes espaços.

Pois as relações vividas nos espaços de conservação podem ser compreendidas como um lugar para seus moradores, pois as relações se dão por intermédio da afeição e da familiaridade para com o espaço e sua paisagem. Em espaços naturais, onde a presença dos visitantes é constante, identifica-se uma revelação de problemáticas a respeito do valor do lugar, ou seja, a fulgência da apreciação da paisagem não vivida, percebida através das várias lentes culturais dos visitantes. Por isso, há a existência de uma miscelânea de informações introduzidas nas variadas percepções e, inclusive, certa emoção mais forte, que é encetada a partir do encanto e tranquilidade que o lugar transmite para seus moradores.

Assim, identificados os elementos expressos na percepção ambiental de indivíduos ou grupos sociais, pode-se empregar nesses aspectos um estímulo a formação de atitudes e valores positivos dos moradores destes espaços. Deste modo, objetivando a valorização da paisagem, como intermediário na conservação dos ecossistemas presentes.

O reconhecimento das atitudes positivas e negativas são de fundamental importância para a conservação dos elementos. E, portanto, elas necessitam ser levadas em consideração como um dos elementos norteadores para programas de educação e orientação ambiental, desde que estes tenham o objetivo de um verdadeiro engajamento a preservação e a permanência dos elementos paisagísticos naturais.

Logo, configura-se um dos caminhos a ser trilhado nas diversas áreas de conservação. Ainda mais, com a frequência que é debatida, por seus moradores, a efetividade dos órgãos governamentais coordenando as ações. Desse modo, tais questões podem contribuir para discussão e planejamentos realizados sobre este espaço, além de vislumbrar as especificidades e as demandas de suas populações.

REFERÊNCIAS

BLEY, L.. Morretes: um estudo de Paisagem valorizada. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia. (Org.) *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1985.

CARDOSO, L.F.C. *Criança na pesca: brincadeira ou trabalho? Relatório de pesquisa*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; DCH, 1997.

CORRÊA, R.L. Espaço, um conceito chave da geografia. In.: *Geografia, Conceitos e Temas*, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

COLLOT, M. *Pontos de vista sobre a percepção das paisagens*. Boletim de Geografia Teórica. V. 20. 1990. p. 21-32.

DEL RIO, V. Cidade da Mente, Cidade do Real: Percepção Ambiental e Revitalização na Área Portuária do RJ. In: OLIVEIRA L. de; DEL RIO V. (Org.) *Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira*, São Paulo: UFSCar, Studio Nobel, 1996. p.3-22.

DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 5° ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DIEGUES, A. C. S. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC Núcleo de Apoio à Pesquisa de Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras / USP. 1996.

FERRARA, L. D. *Olhar Periférico: informação, linguagem, percepção*. São Paulo: EDUSP, 1993.

FERREIRA, C. P. *Percepção Ambiental na estação ecológica de Juréia-Itatins*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Universidade de São Paulo, São Paulo: 2005.

FURTADO, L. G. Ocupação humana no litoral amazônico. In.: PROST, M. T. R. C; MENDES, A. C. *Ecossistemas Costeiros: impactos e gestão ambiental*. Belém: MPEG, 2001.

LIMA, S. T. Percepção Ambiental e Literatura: Espaço e Lugar no Grande Sertão Veredas. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia. (Org.) *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1985. p.103-141.

MACHADO, L. M. C. P. *A percepção do meio ambiente como suporte para educação ambiental*. Rio Claro: Unesp. Disponível em: <<http://www.lb.usp/liminologia/perspectiva>>. Acesso em: jul. 2010.

MACHADO, L. M. C. P. Paisagem Valorizada: A Serra do mar como espaço e como Lugar. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia. (Org.) *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

MARANDOLA JR., E. Fenomenologia e Pós-Fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na Geografia contemporânea. *Geograficidade*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 49-64, inverno 2013.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

OLIVEIRA, L. Ainda sobre Percepção, Cognição e Representação em Geografia. In. : MENDONÇA, F.; KOZEL, S *Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea*. 2004.

OLIVEIRA, L. Percepção e Representação do espaço geográfico. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia. (org.) *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

OLIVEIRA, L. e MACHADO, L. M. C. P. Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade. In: *Reflexões sobre a Geografia física no Brasil*. Vitte, A. C. e Guerra, A. J. T. (Org.) Bertrand do Brasil: 2007.

OKAMOTO, J. *Percepção ambiental e comportamento: Visão holística da percepção ambiental na arquitetura e comunicação*. São Paulo: Mackenzie, 2002.

PROST, M. T. R. C. *O litoral NE do Estado do Pará: dinâmicas atuais e aplicações do SR: municípios de Marapanim, Maracanã, e Salinópolis*. Belém: CNPq; MPEG, 1994(Relatório de Pesquisa).

RELPH, E. C. *As bases fenomenológicas da Geografia*. *Geografia*, Rio Claro, v. 4, n. 7, p.1-25. 1979.

SANTOS, V.L. e MACHADO, L. M. C. P. A crise ambiental na sociedade atual: uma crise de percepção. *Revista Estudos Geográficos*. Rio Claro (2): 2004. pag. 81-86.

TUAN, Y. Topofilia. *Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983. 249 p.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1985. p.143-164.

VIANNA, L. P. *De Invisíveis a Protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2008.

VALLEJO, L. R. *Unidades de Conservação: uma discussão à luz dos conflitos de territórios e de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2003.

3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO NA AMAZÔNIA: DISCUSSÃO A LUZ DO TERRITÓRIOS E AS ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL²

Resumo

No contexto amazônico, várias são as atitudes para conservação dos recursos naturais, tão importantes para a vida no planeta, diversas tentativas de se efetivar a conservação são colocadas em prática. Uma destas iniciativas são as unidades de conservação que prevêm a proteção e conservação das áreas amazônicas. Neste contexto analisaremos, no presente artigo, a importância da Amazônia na atualidade e suas possibilidades de desenvolvimento; as unidades de conservação e os seus conflitos; e por fim abordaremos as alternativas socioambientais para o desenvolvimento local, sobretudo a atividade turística, como possibilidade de inserção e de importância das populações nas políticas públicas para Amazônia.

Palavras-chaves: Amazônia; Sustentabilidade; Conservação; Comunidades; Território.

Abstract

In the Amazon region, there are several attitudes towards conservation of natural resources, so important to life on the planet, several attempts to effect conservation are put into practice. One of these initiatives are the conservation units that provide for the protection and conservation of Amazonian areas. In this context we will review in this article, the importance of the Amazon today and its development potential; protected areas and their conflicts; and finally discuss the social and environmental alternatives for local development, especially the tourist activity, a possibility of inclusion and importance of people in public policies for the Amazon.

Key-words: Amazon; Sustainability; Conservation; Territory.

3.1 Introdução

No âmbito do debate atual sobre sustentabilidade, tão em voga na contemporaneidade, a Amazônia se apresenta sob um cenário de interesses diversos, tanto a nível local, como a nível nacional e internacional. Nesse contexto, dois caminhos principais necessitam ser destacados: a conservação da natureza e da vida das populações; e o atendimento às necessidades das comunidades locais frente ao capital. A importância de combinar esses dois interesses cresce a partir do início da década de 1990 com a urgência da importância do território local na formulação das políticas de desenvolvimento e sustentabilidade,

² Artigo publicado na **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 21 (diciembre 2016).

contrapondo-se às políticas homogeneizantes, formuladas a partir de necessidades gerais ou nacionais, sem considerar as especificidades regionais e locais.

A Amazônia encontra-se em contexto diferenciado no mundo, ganhando importância a partir da emergência do sentido ecológico, tão fundamental no presente. Becker (2004) diz que a acuidade da Amazônia se dá principalmente em dois sentidos: a da sobrevivência humana e a do capital natural, com destaque para a grande diversidade de seres vivos, além de possuir a maior reserva de água doce do planeta. Esta totalidade eleva a região a um patamar novo e altamente importante para seu desenvolvimento.

Porém, o desenvolvimento que é visto apenas como crescimento econômico não é apropriado à região, pois ele não pode se restringir a mero aumento do Produto Nacional Bruto (PNB), ou os demais índices - que estão ligados ao grau de industrialização, avanço tecnológico, aumento de renda *per capita*, etc. - mas que determine garantias de “liberdades” significativas a seus habitantes, retraindo à pobreza, a tirania, a falta de oportunidades econômicas para população, a precariedade dos serviços públicos, entre outros (SEN, 2000). Assim, aliar o crescimento econômico ao desenvolvimento da região e do país, em todos os seus sentidos, garante melhoria de vida para todos os atores regionais diminuídos economicamente frente ao grande capital, em busca da tão almejada sustentabilidade.

Esta garantia do desenvolvimento das populações humanas da região deve sempre estar atrelado à premissa básica de promover o bem estar humano sem afetar as garantias de que o capital natural seja degradado, a ponto de perder suas características básicas. Deste modo, as políticas Estatais e de governo devem estar direcionadas em outros rumos de desenvolvimento, para a superação da exclusão social sem ultrapassar a sustentabilidade dos limites biofísicos da natureza (CAVALCANTE, 1997). Assim, promovendo igualdade social atrelada à correta e sustentável utilização dos recursos naturais, estabelecendo desta forma um desenvolvimento sustentável apropriado ao contexto da região.

Desta maneira, dentro de uma prática estatal, surge a necessidade, em nível regional, de um verdadeiro ordenamento territorial, que consistirá em ser democrático, assegurando a participação dos interessados e atingidos; integrado, coordenando políticas setoriais; funcional, considerando os aspectos da realidade para além das determinações administrativas e políticas; e prospectivo, visando o longo prazo.

Assim, pensar o lugar e a região em suas relações com o mundo tornou-se primordial no contexto amazônico. Todavia, é fundamental pensar o território, que segundo Ribas et al (2004) é fonte de recursos e só assim pode ser compreendido quando focado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias, ou seja, pelas diferentes maneiras que a sociedade utiliza para se apropriar e transformar a natureza. Desta forma procuraremos neste texto elencar: a importância da Amazônia na atualidade e suas possibilidades de desenvolvimento; as unidades de conservação e os seus conflitos; e, por fim, abordar o turismo como uma das alternativas de inserção e de importância das populações nas políticas públicas para Amazônia.

3.2 A importância da Amazônia e de seu capital social para o Desenvolvimento

Assim como foi exposto, a Amazônia encontra-se em uma conjuntura diferenciada no contexto mundial, recebendo importância a partir da situação crítica no ramo ecológico, tão fundamental na atualidade. Este contexto eleva a região a um patamar muito importante para seu próprio desenvolvimento. Becker (2004) ainda destaca que para a região pode ser atribuído o conceito de “heartland”:

O conceito se aplica a região amazônica devido à grande extensão da massa terrestre e florestal- que historicamente dificultou a ocupação-, constituindo autodefesa que envolve a Amazônia sul-americana, a posição geográfica estratégica entre os blocos regionais e a conectividade, que atualmente permite maior mobilidade interna acrescentando valor à biodiversidade, base da fronteira da ciência e da tecnologia e biologia molecular. Trata-se, assim, de reconhecer um novo e poderoso trunfo para seu desenvolvimento (BECKER, 2004).

Porém, aquele desenvolvimento visto apenas como crescimento econômico não parece ser o ideal, além de ser necessário que não se restrinja a mero aumento do Produto Nacional Bruto (PNB), ou os demais índices - que estão ligados ao grau de industrialização avanço tecnológico, aumento de renda *per capita* – mas que origine uma garantia de “liberdades” significativas, que retraiam à pobreza das populações locais e a tirania do Estado ou dos atores hegemônicos do capital, a falta de oportunidade econômicas da população, a precariedade dos serviços públicos, entre outros problemas sociais (SEN, 2000).

Esta garantia de desenvolvimento para as populações humanas da região deve sempre estar atrelada à premissa básica de promover o bem estar social, sem afetar as garantias de que o conjunto da natureza seja degradado, a ponto de perder suas características básicas dos

Biomass. Deste modo, as políticas Estaduais e de governo devem estar direcionadas em outros rumos de desenvolvimento, para a superação da exclusão social sem ultrapassar a sustentabilidade dos limites biofísicos da natureza (CAVALCANTE, 1997). Promovendo assim igualdade social atrelado à correta e sustentável utilização dos recursos naturais, estabelecendo a sustentabilidade verdadeira para região.

O modelo mais promovido para a manutenção da sustentabilidade amazônica, as Unidades de Conservação (UC's), se encontram em processo complexos onde encontramos graves problemas no que diz respeito à verdadeira problemática ambiental e social da região. O desafio maior se mostra neste sentido, pois se deve aliar a função social destes espaços, apropriada ao ditame de uma Unidade de conservação, com políticas sociais adequadas a região e aos problemas das populações locais.

Nas unidades de conservação da Amazônia, guardada as devidas proporções, ocorre um processo semelhante ao de outras regiões brasileiras. Na Floresta Nacional de Caxiuanã, no estado do Pará e na Reserva Biológica Augusto Ruschi, no estado do Espírito Santo, ocorre processos degradantes das comunidades locais em termos de riscos ambientais onde são difíceis as atuais condições de saneamento e saúde, além do ininterrupto crescimento populacional das regiões do entorno (SILVA, 2006).

A consideração do real objetivo das unidades de conservação e a verdadeira troca de informações entre o os atores estaduais e atores da sociedade que cercam e vivem nessas áreas poderá sugerir a direção mais adaptada para gestão dos territórios protegidos com vistas a resguardar os recursos naturais e trazer equidade social e de saneamento ambiental e um incremento na política de saúde para os povos das unidades de conservação.

Contudo, aquém da importância do Estado de elevar as políticas públicas é necessário o elo de comunicação da chamada sociedade civil com o Estado a fim de estabelecer políticas de desenvolvimento sustentável com adequada equidade. É certo que não podemos eximir o Estado de suas responsabilidades primárias de base de sustentação da sociedade em múltiplos aspectos, porém a diversidade de agentes sociais locais e regionais precisam se integralizar formando um chamado capital social. E para que esta meta seja alcançada com êxito Cavalcante (1997) aponta três parâmetros básicos nesta direção, quais sejam: Educação, elevando os níveis de liberdade da população frente às imposições do Estado e da Economia; da gestão participativa, envolvendo a população de forma geral para as problemáticas

apresentadas; além de um diálogo profícuo entre todos os atores envolvidos, como a sociedade científica, a população e o Estado.

Steinberger (2006) nos alerta que as políticas públicas não podem mais ser pensadas com autoritarismos de metas e recursos, mas agora precisam ser pensadas a partir de um compartilhamento entre Estado e sociedade a fim de modificar essas políticas públicas nacionais e com o objetivo primaz de transformação social. Desta forma surge a necessidade de valorizar a dimensão espacial desses pactos com os agentes sociais e econômicos envolvidos no espaço. Dito isto é preciso analisar a dimensão espacial nas políticas públicas nacionais.

A gestão compartilhada dos diferentes espaços se torna fundamental para se pensar a sustentabilidade para a região. Entender como os diversos atores se entrecruzam nas relações de forças se faz necessário. Além disso, surge a necessidade da presença de um diálogo e compreensão entre as partes, ou seja, com uma importante gestão dos conflitos, afim de que esses processos levem ao ponto de se localizar ensejos de um consenso ou conflitos positivos aos diferentes problemas ambientais e sociais, com vistas a um cooperativismo dos agentes envolvidos em prol de resoluções dos entraves para o desenvolvimento sustentável apropriado. Assim Mello (2004) aponta que:

A Amazônia é diversa, é plural. À pluralidade da natureza associa-se a diversidade social e cultural. Da mesma maneira, a diversidade de visões políticas. Pensá-la no singular é liquidá-la. Reduzir seu capital, suas potencialidades e capacidades a meros reprodutores de modelos externos, convencionais, orientados pelo imediatismo demonstraria uma grande perda. Impossível pensar um único modelo para substituir o atual (MELLO, 2004).

São de extrema importância os estudos científicos e de campo Unidades de Conservação. Pois, a partir de então, podemos perceber as políticas e ações públicas voltadas à realidade das Áreas Protegidas e demais territórios de conservação, e suas adversidades marcadas pela dificuldade quanto ao uso sustentável do território, e a gestão de iniciativas de conscientização da população envolvida no interior e nas respectivas zonas de amortecimento destes espaços.

Porque, neste sentido, podemos entender alguns aspectos dos conhecimentos produzidos no local por populações tradicionais, ficando clara a necessidade de elevar o conhecimento produzido por essas populações, especialmente no que diz respeito ao uso dos

recursos naturais. Levantamentos de campo nestas áreas propiciam o surgimento de evidências concretas da produção de conhecimento no interior de comunidades tradicionais.

Entretanto esses conhecimentos precisam ser utilizados em parceria com outros produzidos por cientistas sérios e comprometidos com a elevação da qualidade de vida destas populações, pois do contrário seus conhecimentos podem ser utilizados de forma depredatória. Uma vez que, é clara a falta de conhecimentos de seus direitos e deveres da população no interior de Unidade de Conservação. Onde a presença do Estado, sobretudo e não unicamente, através da Gestão do Instituto Chico Mendes, principalmente, não estabelece clareza de suas finalidades principais.

Desta forma, no contexto amazônico, se estabelece de vez a necessidade de considerar a diversidade sociocultural associada à proteção ambiental. Na maioria das áreas selecionadas como estratégicas para a proteção da biodiversidade na Amazônia, estão presentes famílias que por gerações sobrevivem do uso desses recursos naturais (Allegretti, 1994). Em um caso mais específico estão as populações que vivem em Reservas Extrativistas que surgem a partir da luta de ambientalistas das mais diferentes vertentes conceituais e dos movimentos sociais buscando justamente o propósito de combinar desenvolvimento com a proteção aos recursos naturais.

A conservação da natureza e a vida, e o atendimento das necessidades das comunidades locais são fundamentais políticas públicas sobre a região amazônica. A importância de combinar esses dois interesses cresce a partir do início da década de 1990 com a urgência da importância do lugar na formulação das políticas de desenvolvimento e sustentabilidade, contrapondo-se às políticas homogeneizantes, formuladas a partir de necessidades gerais, ou nacionais, sem considerar as especificidades regionais e locais.

A região amazônica encontra-se em ponto crucial de todas estas discussões. E no bojo desta emergência ecológica e social atual e a relevância da Amazônia no contexto global emerge as Unidades de Conservação e Áreas Protegidas como alternativa de gestão compartilhada de territórios. Para isso é preciso situar as unidades de conservação em termos históricos e importância na atualidade

3.3 Unidades de Conservação na Amazônia e desenvolvimento regional

As Áreas Protegidas e Unidades de Conservação vêm se estabelecendo como uma política de fundamental importância para se resguardar a preservação dos elementos naturais de nosso planeta, frente às práticas das atividades humanas. Cada país e entidade adotaram seus próprios critérios e objetivos ao longo dos tempos para definir áreas naturais a serem protegidas a fim de atingir seus objetivos práticos para a preservação de seus ecossistemas, além de interesses diversos de acordo com acordos e interesses de seus governantes.

Foi nos Estados Unidos no final do século XIX que se aplicou efetivamente o conceito de Unidade, com a proteção integral dos recursos, e introduziu o conceito de Parque Nacional, enquanto área natural a ser preservada. Neste primeiro momento a intenção seria de resguardar grandes áreas naturais para fins de recreação da população urbanizada norte-americana. E em 1872 foi criado o primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone passando a ser uma região reservada, segundo a legislação estadunidense, onde estava proibida a partir deste momento que área fosse colonizada, ocupada ou vendida (VALLEJO, 2002).

No processo de constituição do P. N. Yellowstone, fez-se presente a concepção preservacionista na qual os Parques Nacionais seriam a formatação mais adequada de salvaguardar elementos naturais únicos e de grande beleza estéticas dos efeitos devastadores da crescente sociedade urbano-industrial, e, portanto os recursos deveriam ser poupados de qualquer presença humana, inclusive aquelas sociedades que há muito tempo viviam nestes locais sem a grande avidez sobre a natureza, assim como nossas sociedades chamadas de “tradicionalistas”. Segundo Vianna (2008), outras áreas já tinham sido criadas antes de Yellowstone, porém se caracterizaram por serem áreas com características de reservas de recursos para outros fins diversos e difusos no futuro. Entretanto, deste a criação do PN Yellowstone, revelam-se novos conceitos de áreas protegidas no mundo, eclodindo diversas nomenclaturas e conceitos.

Esta concepção se espalhou pelo mundo, nos mais diversos territórios e conflitualidades emergiram deste processo. Partindo-se do princípio de que a presença humana é sempre devastadora para a natureza, deixaram de serem considerados os diferentes modos de vida das chamadas “populações tradicionais” existentes em outros países como na América do Sul e África. Diegues (1996) enfatiza que essa postura conservacionista na

criação de parques nacionais acabou gerando conflitos de diversas ordens, afetando populações de extrativistas, pescadores e índios, em países do Terceiro Mundo.

O intenso debate em torno da criação de territórios de proteção remete diretamente à ideia de um modelo, que explica os objetivos das áreas e suas formas de uso, assim como reprime a invenção de um conceito de natureza, sua relação com diferentes coletivos e indivíduos e a sua importância dentro do espaço sociocultural configurado ao longo de seu processo de construção:

A criação de parques e reservas tem sido um dos principais elementos de estratégia para conservação da natureza, em particular nos países do Terceiro Mundo. O objetivo geral dessas áreas naturais protegidas é preservar espaços com atributos ecológicos importantes. Algumas delas, como parques, são estabelecidas para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas em seu interior. (DIEGUES, 1996).

Esse contexto tem levado ainda a análise antropológica sobre as comunidades tradicionais a rever o sentido de conservacionismo ambiental ou ecoconservacionismo. Dentro dessa nova ótica, a postulação mais recente para entender o comportamento político, social, econômico e cultural dos ‘comunitários’ tem sido o termo etnopreservacionismo. Na realidade, Diegues (1996) a coloca como o resultado da constatação das ambigüidades e incongruências das teorias conservacionistas que ele acusa como elaboradas pelos países do Norte e transplantadas para os países do Sul, com o apoio de grandes organizações conservacionistas internacionais.

Ancorado num novo ecologismo social dos movimentos do Terceiro Mundo, surgidos na Índia, Zimbábue, mas também na América Latina, esse etnopreservacionismo enfatiza a necessidade de se construir uma aliança entre o homem e a natureza, baseada na importância das comunidades tradicionais indígenas e não-indígenas nesse tipo de conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos territórios em que habitam. Trata-se da valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações. Isso requer um olhar cuidadoso dos cientistas, tão cuidadosos quanto zeloso pelo conhecimento desse patrimônio (DIEGUES, 1996).

O modelo de Conservacionismo se espalhou rapidamente pelo mundo, recriando a dicotomia entre povos e parques. Como essa ideologia se expandiu sobretudo para os países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as populações tradicionais de extrativistas,

pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente daquela analisada pelos primeiros ideólogos dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do modelo Yellowstone, de parques sem moradores, provenientes de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos graves, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa visão importada, e inadequada às condições ecológico-sociais dos países do sul, constitui um elemento importante da chamada crise do conservacionismo no Terceiro Mundo. (DIEGUES, 1996)

Brockington e Igoe (2008) no texto “Expulsão para a conservação da natureza: uma visão global” revelam a temática de deslocamento e expulsão de populações nativas de seus territórios para a criação de áreas protegidas no mundo inteiro. Este tema, conforme os autores, tem sido de divergente opinião entre os conservacionistas, muitos dos quais criticam nele uma importância exacerbada na “agenda conservacionista” por cientistas sociais e os povos tradicionais. O texto busca também analisar a qualidade da informação disponível na literatura e nos relatórios dessas áreas. Um dos objetivos dos autores é alertar para as consequências não estudadas da exclusão de moradores de áreas naturais. Verificam que apesar da literatura apontar a existência de populações antes da implantação das áreas protegidas pouco se tem estudado neste sentido.

Mostra, ainda, que a literatura não é considerável em termos de qualidade, a maioria dos estudos publicados através de relatórios quando se referem ao deslocamento das populações, apenas o citam, não discutindo a forma como o modo de vida das populações é afetado e as consequências que estas causas trazem para essas populações. Isto tem uma variação de acordo com as regiões no mundo. Além de serem identificadas na maioria das vezes em áreas protegidas de proteção integral (BROCKINGTON E IGOE 2008).

Assim, a partir da década de 1990 tem se buscado estudar o aspecto dos deslocamentos de populações humanas, mesmo que a maioria das áreas protegidas tenha sido criadas em décadas anteriores só neste momento e que os grupos de pesquisa tentam elucidar esta problemática, quem sabe, por certa influência das recentes legislações mundiais e nacionais que trazem a tona os problemas advindos deste deslocamento.

Portanto, a realocação dos moradores de seus territórios envolve dois processos: a retirada forçada das pessoas de seus lares e ecossistemas, além do deslocamento econômico e a exclusão social originada pela legislação que leva os moradores a migrarem de seus territórios em busca de melhores condições de vida. A reação aos processos de expulsão aconteceu como um impacto para muitos conservacionistas, pois durante anos a conservação teve uma ótima aceitação de pensadores e assim eles se consideravam os salvadores do planeta. A imagem de “bons rapazes globais” não é exclusivamente uma parte importante na própria percepção dos conservacionistas, mas se mostra também fundamental para a imagem das grandes organizações da conservação em seus esforços de arrecadação de fundos.

Há um aumento dos problemas, entretanto não há no mesmo sentido à prática de se pesquisar os impactos decorrentes da expulsão de moradores deste locais, nem no que diz respeito à conservação ambiental nem nos efeitos e riscos sociais. Os autores revelam essa prática da "ecologia da expulsão", ao mesmo tempo em que observam e discutem a falta de debate de todos sobre essa gravíssima questão. Ainda que ocorram as expulsões, as áreas protegidas nunca serão suficientes. A estratégia de conservar a despeito das pessoas deve ser repensada e rediscutida. Sem uma extensa discussão social, as ações das ONGs não podem ser classificadas como demandas sociais, muito menos ambientais.

No Brasil, como em todo há décadas ocorre uma dificuldade no planejamento e gestão destas áreas, pois apesar do crescimento em número e áreas das Unidades de Conservação, as instituições responsáveis se veem sem um orçamento suficiente para dar conta da gestão adequada desses espaços (MELLO, 2006). Porém um avanço é notado, pois:

No período de duas décadas, as políticas ambientais se transformaram. Em seu início estiveram fundamentadas no controle ambiental e de proteção de áreas, e no final, dos anos de 1990 passaram à difusão de instrumentos de ordenamento territorial, bastante conhecidos nas esferas de planejamento, mas com um novo potencial, por terem incorporado elementos da dimensão ambiental (MELLO, 2006).

As Unidades de Conservação no Brasil são definidas, a partir das finalidades de conservação da natureza ou de manutenção de áreas onde vivem populações indígenas, quilombolas e/ou as chamadas populações tradicionais. Neste sentido em 2000, instituiu-se a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), e a partir deste momento foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), por meio da Lei nº 9.985 datada de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000). Esta legislação institui a formação do conjunto das

Unidades de Conservação Federais (Figura 1), Estaduais e Municipais existentes no Brasil.

Unidades de Conservação Federais do Brasil		
Unidades de:	Categoria - Quantidade	Total em hectares*
Proteção Integral: PI	Esec - Estação Ecológica - 32	7.476.233,27
	MN - Monumento Natural - 3	44.286,27
	Parna - Parque Nacional - 72	26.256.081,42
	Rebio - Reserva Biológica - 31	4.263.032,47
	Revis - Refúgio de Vida Silvestre - 7	201.722,05
PI Total: 145		38.241.355,47
Uso Sustentável: US	APA - Área de Proteção Ambiental - 33	10.170.390,89
	Arie - Área de Relevante Interesse Ecológico - 16	44.700,03
	Flona - Floresta Nacional - 67	17.825.750,60
	RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável - 2	102.619,45
	Resex - Reserva Extrativista - 62	12.475.798,87
US Total: 180		40.619.259,83
Total geral de Unidades: 325	Área aproximada obtida por meio de software de SIG	78.860.615,30
Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN		
Total de RPPN: 660		511.815,74

Quadro 1: Quantitativo de Unidades de Conservação Federais no Brasil (Fonte: Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (2016))

As políticas e as regulamentações do SNUC vêm dando base para a criação de muitas Unidades de Conservação, principalmente na região Amazônica onde as políticas de conservação pretendem ser mais efetivas. E ao mesmo tempo, onde encontramos um número muito grande de populações vivendo de forma tradicional. Assim, houve um crescimento quantitativo de Unidades de Conservação nesta região para preservar os diversos ecossistemas encontrados nesta porção do país.

Na Amazônia, a questão ganha outra amplitude, pois na composição dos ecossistemas e na implantação feita pelo Estado destes espaços de conservação encontram-se comunidades que ocupam estes territórios há tempos, ao longo de séculos de ocupação, que na maioria das vezes apresentam grande relevância na própria conservação da biodiversidade local.

Estas populações receberam grande valor jurídico a partir do conceito de “Populações Tradicionais” que segundo Silva (2007) está intimamente ligado ao processo da própria constituição das Unidades de Conservação, sobretudo as Reservas Extrativistas, que no primeiro momento surgem como uma demanda da própria população. Portanto o conceito agrega também a ótica do movimento ambientalista como forma de explicitar o conjunto das populações tradicionais e seus métodos específicos de sustentabilidade socioambiental. Ademais nestes espaços encontram-se também vários agentes sociais, com diferentes níveis

de conflitualidade e objetivos de desenvolvimento, destacando-se o Estado, as populações tradicionais e os agentes econômicos exógenos, este último, muitas vezes concebem a biodiversidade como recurso infinito.

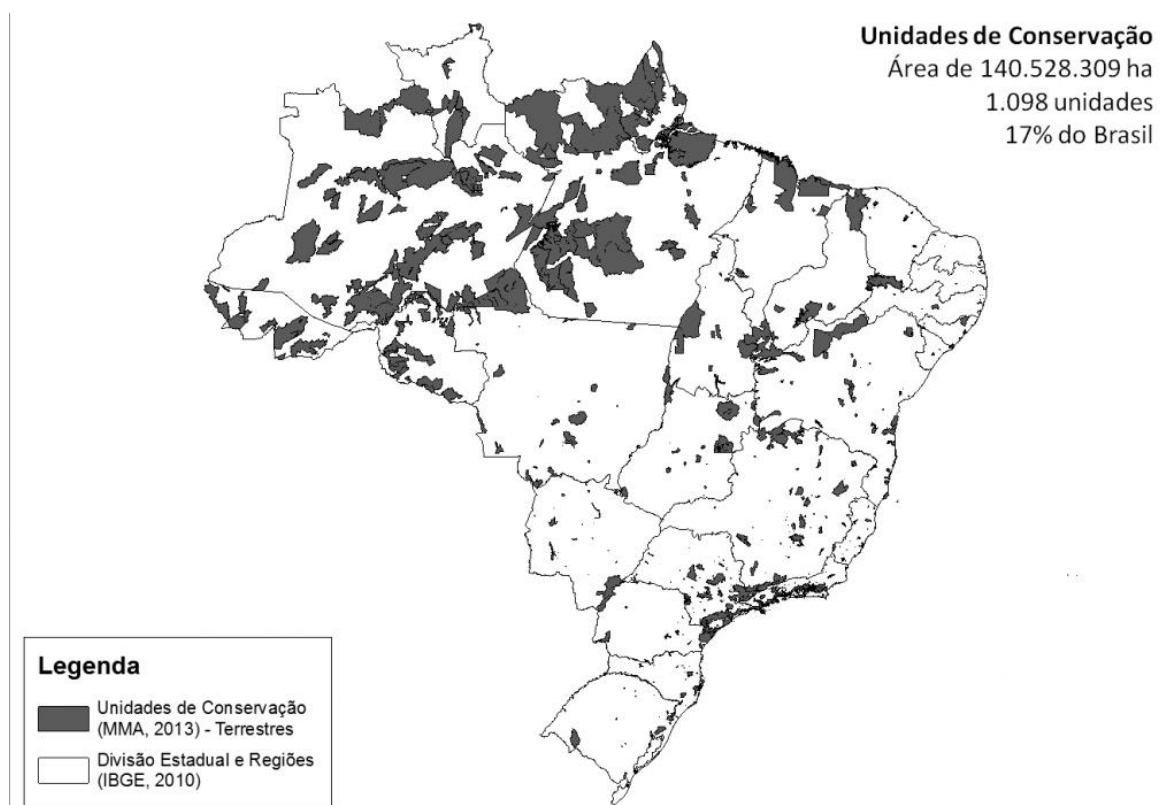


Figura 1 Unidades de Conservação Terrestres no Território Brasileiro. (Fonte: Instituto Chico Mendes De biodiversidade (2016))

Segundo Brito (2008) no interior da gestão das unidades de conservação encontram-se muitos conflitos, além de conflitos ambientais, algumas outras dificuldades também ocorrem no âmbito econômico, social e principalmente político que ocasiona graves fricções entre as populações locais, agentes exógenos da região, e os responsáveis pela gestão do espaço. Estes níveis de conflitualidades foram motivo de grande discussão em fóruns mundiais a respeito do meio ambiente e nos últimos anos a comunidade política e acadêmica vem reconhecendo os direitos destas populações e sua importância para as áreas naturais protegidas e os possíveis conflitos existentes.

Nas Unidades de Conservação da região amazônica se faz necessário o engajamento e elucidação de percepções dos vários atores, principalmente das populações locais, para as

questões práticas e teóricas do desenvolvimento endógeno da região. Assim o desenvolvimento perpassa pelo envolvimento dos vários atores em busca de desenvolvimento que se queira sustentável. Porém este intento só dará pela efetiva qualidade política dos agentes sociais, ora hegemônicos, com envolvimento que traga representatividade, legitimidade, participação da base, e auto-sustentação, dos movimentos sociais organizados. Para uma verdadeira participação nos processos sociais, econômicos, e ecológicos da atualidade (DEMO, 2001).

Podemos perceber que as políticas e ações públicas voltadas à realidade das Unidades de Conservação e Áreas Protegidas na Amazônia, e suas adversidades marcadas pela dificuldade quanto ao uso sustentável do território, e a gestão de iniciativas de conscientização da população envolvida no interior e nas respectivas zonas de amortecimento destes territórios. Além de perceber minúcias que irão contribuir para diversos projetos de pesquisas, mesmo que em Unidades de Conservação de outras ordens.

Além disso, temos entender alguns aspectos dos conhecimentos produzidos no local por populações tradicionais, ficando clara a necessidade de elevar o conhecimento produzido por essas populações, especialmente no que diz respeito ao uso dos recursos naturais. Levantamentos de campo e estudos acadêmicos nas comunidades propicia o surgimento de evidências concretas da produção de conhecimento no interior de comunidades tradicionais.

Entretanto esses conhecimentos precisam ser utilizados em parceria com outros produzidos por cientistas sérios e comprometidos com a elevação da qualidade de vida destas populações, pois do contrário seus conhecimentos podem ser utilizados de forma predatória.

As evidências de campo podem perceber ainda a falta de conhecimentos de seus direitos e deveres da população no interior das Unidades de Conservação, principalmente na RESEX Extrativistas da Amazônia. Onde a presença do Estado através da Gestão dos órgãos públicos, não estabelece clareza de suas finalidades principais.

Neste sentido que surge a necessidade do “engajamento cívico” das populações locais organizadas enquanto transformadoras da atual realidade. Em que pesem a diferenças de indivíduos em uma dada comunidade tradicional, ou não, o atual contexto das forças capitalistas de produção e organização dos atores hegemônicos carecem de uma resposta da sociedade civil em direção da mudança social efetiva. Para isso Frey (2003) apoiado em Putnam (2000) aponta que é preciso que se reinventem as formas de ativismo e envolvimento

cívico e que sejam apropriados a originar “tolerância, diálogo, compreensão mútua, pontes entre os diferentes grupos sociais, mas também, se for necessário, pressão, contestação e luta contra as injustiças existentes” (FREY, 2003).

Estas indicações, de envolvimento cívico das populações, podem se dá a nível local, no contato “face-a-face”, ou em diferentes grupos dos movimentos sociais que se interligam em uma rede de relações com os mais diferentes grupos sociais em diferentes escalas. Assim, D’Araujo (2003) expressa que o capital social é “a argamassa que mantém as instituições em contato em si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum”, desde que se obtenha certo de grau de confiança entre as partes envolvidas, o capital social, e as efetivas organizações associativas tendem a colaborar no desenvolvimento econômico e social das mais variadas populações.

Há algumas décadas, já existia uma maior visibilidade social das populações tradicionais que vivem em áreas protegidas. Em alguns estados, como São Paulo Amazonas e Pará, elas começaram a se organizar em associações locais, mobilizando-se e reivindicando das autoridades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) seus direitos ao território ancestral, ao seu modo de vida e às suas tradições. Em alguns casos, como na Estação Ecológica de Mamirauá (Amazonas), com a ajuda de organizações não-governamentais, estabeleceram seu próprio plano de manejo, reservando alguns lagos para preservação permanente e reprodução das espécies, outros para a pesca de subsistência e ainda outros para a pesca comercial realizada por pescadores de outras áreas. Processo semelhante está ocorrendo na Floresta Nacional do Tapajós (Pará), onde os comunitários resistiram às ameaças de expulsão por parte do IBAMA e hoje exigem participar do plano de manejo da floresta, contribuindo com seu vasto conhecimento sobre a fauna e a flora.

Nas Unidades de Conservação da região amazônica esse engajamento dos vários atores, principalmente das populações locais, para as questões práticas e teóricas do desenvolvimento endógeno da região perpassam pelo envolvimento dos vários atores em busca de desenvolvimento que se queira sustentável.

3.4 Possibilidades para o desenvolvimento local em Unidades de Conservação

Uma alternativa bem atual e muita clara na região amazônica de tentativa de um desenvolvimento aliado à conservação da natureza e ao desenvolvimento humano de suas

populações estão o advento do Turismo nas Unidades de conservação, obviamente abordado de uma forma a manter a base sustentável amazônica. Pasquis (2006) nos revela que valorizar os serviços nas áreas protegidas se torna uma alternativa necessária, visto que:

El turismo es, actual y potencialmente, un rubro importante en la economía de los países de la región amazónica. Entre las más conocidas modalidades turísticas, el “turismo en la naturaleza” presenta muchas opciones para llegar a ser una, si no la mayor, de las inversiones más rentables en este sector. Lógicamente, esta actividad debe desarrollarse de forma organizada e ordenada, en armonía con los objetivos del área que permitan proporcionar beneficios económicos directos para la población local y también en beneficio de las áreas (PASQUIS, 2006).

As Unidades de Conservação em áreas de fronteiras apresentaram-se nas últimas décadas uma relação estreita com a dominância das fronteiras dos países, ou seja, para manutenção do patrimônio territorial. Na região amazônica, atualmente estas unidades se apresentam em um quadro especial, que possibilita a cooperação de diferentes países que anseiem a conservação dos recursos naturais (IRVING, 2006).

No extenso quadro de unidades de conservação do Estado do Amapá, algumas delas encontram-se nos limites fronteiriços com a Guiana Francesa e Suriname, sendo que algumas delas se encontram em uma especificidade de territoriais e de bases legais diferenciadas, pois possuem diferentes legislações e critérios de preservação diversos. No que diz respeito às unidades que fazem fronteira com a Guiana Francesa, como Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque e Parque Nacional do Cabo Orange, ainda encontram-se em incipiente integração, em termos de políticas públicas de cooperação, apesar da contigüidade do domínio francês em solo amazônico.

Com a grande importância que a biodiversidade da região toma no atual momento, das possibilidades de cooperação internacional no setor do turismo, bem como a ampla ordenação desta atividade nos dispositivos legais de utilização das áreas (planos de manejo, plano de utilização, etc.) a atividade turística aparece como uma das possibilidades para o direcionamento da sustentabilidade amazônica.

A atividade turística é por excelência uma atividade ligada aos ditames do capital, pois é fruto de relações capitalistas dos diversos espaços no mundo, muita das vezes é tida como apenas de cunho do crescimento econômico dos agentes que possuem a supremacia econômica. Porém em áreas de periferias do capital, contidas na Amazônia e nas diversas unidades de conservação, encontra-se como possibilidade de integração dos avanços e das

dificuldades, a atividade turística (IRVING, 2006). Com a grande importância que a biodiversidade da região toma no atual momento, das possibilidades de cooperação internacional, o setor do turismo ganha grande notoriedade. Assim:

A utilização de base de recursos renováveis para uso turístico se constitui em tema central, no contexto de ecossistemas tropicais, em países emergentes (ou em vias de desenvolvimento), nos quais a demanda por inclusão social representa foco central de políticas públicas e, também, a garantia da manutenção de integridade de patrimônio natural, de importância global (IRVING, 2006).

Quaresma (2008) aponta que o turismo vem sendo elencado como uma alternativa do viés econômico, no sentido de se buscar a sustentabilidade além de se apresentar como um caminho que se conserve os recursos naturais e culturais dos povos locais. E exemplifica que algumas unidades de conservação já são referências em receber visitantes como o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, e o Parque Nacional de Iguaçu, no Brasil.

Porém é de suma importância que se tenha a ampla ordenação da atividade turística nos dispositivos legais de utilização das áreas como os planos de manejo, ou planos de utilização de área. Estes instrumentos, que apesar de estarem contemplados na legislação vigente e de serem os verdadeiros reguladores específicos da gestão das áreas, infelizmente são escassos em unidades de conservação da Amazônia, e a inexistência destes instrumentos acabam por inviabilizar o real.

Como exemplo, podemos indicar a Área de Proteção Ambiental Algodão-Maiandeuá (Maracanã- PA), objeto de nossas pesquisas anteriores, que nos últimos anos vem acontecendo certa inserção de “novos” atores na APA, isto é assinalado pelo crescente fluxo de turistas e veranistas que se fazem presentes, principalmente a partir da década de 1970, além da crescente política de propaganda das belezas paisagísticas da ilha, elencadas pelo próprio Estado e por agências de turismo regional e nacional (BARROS, 2009; 2010). Neste sentido que Quaresma (2003) aponta para um processo de “turistificação” que a ilha vem sofrendo ao longo dos anos, pois as transformações vêm sendo inseridas podem causar agravantes ambientais e sociais. Assim:

O cotidiano local é alterado para receber, nos períodos de alta temporada, os visitantes que “invadem” a ilha, ficando os pescadores divididos entre a necessidade de garantir o sustento básico da família e a possibilidade de obter renda extra. Mesmo que se dediquem a atividades paralelas, como a prestação de serviços, trabalhando como garçons, lavadeiras, freteiros, os pescadores desencantam-se com os transtornos que o contingente de

visitantes causa a ilha, principalmente nos períodos posteriores às férias. De fato é nessa oportunidade que a quantidade de lixo multiplica, aumentando a quantidade de vetores de doenças na comunidade, que ainda não possui infraestrutura adequada para lidar com tais questões (QUARESMA, 2003).

Segundo Quaresma (2003), até a década de 1970 as atividades econômicas básicas da vila de Algodoal eram a pesca artesanal e a coleta de mariscos, porém a partir desta mesma década as atividades econômicas se adensaram ocorrendo de forma mais intensa após o processo de “turistificação”, quando a ilha passou a ser um pólo de atração turística, do litoral do estado. Nesse momento, as atividades dos moradores se faziam de forma sazonal, envolvidos em atividades turísticas nos feriados prolongados e meses de alta temporada. E, nas atividades de pesca e de pequenas agriculturas na inter-temporada, com exceções de moradores que permanentemente estão envolvidos em atividades de serviço no turismo.

Apesar de ser indicado como áreas de grande atração turística pouco foi feito por parte dos governos que exercem influência nas Unidades de Conservação com relação às políticas de infraestrutura, de inclusão social, além de possibilidades de elevação do nível de renda da população local que o crescimento do ecoturismo pode significar para populações. Porém até este momento os planos de manejos e conseqüentemente um planejamento participativo da atividade turística ainda não está em plena atividade, na maior parte dos territórios protegidos. As relações da maioria dos turistas com o meio se dão por meio de caminhos e de experiências trilhadas ao longo da vida, e também de atividades diárias, de trabalho e, por vezes as mudanças nas relações são feitas de forma gradual.

Por exemplo, se atentarmos para as unidades de conservação em meios urbanos verá que esta relação também pode ser verificada. As Unidades de Conservação localizadas e zonas urbanas se apresentam como uma das principais alternativas de lazer e turismo em zonas urbanas inchadas devido à grande presença da urbanização ordenada ou desordenada em que em que pouco há “áreas verdes”.

O desafio se mostra neste sentido, pois se deve aliar a função social destes espaços com a verdadeira preservação do patrimônio natural, apropriada ao ditame de uma Unidade de conservação. As unidades de conservação de nível municipal carecem de recursos humanos e orçamentários limitados e apresentam os maiores dificuldades em termos de gestão, além de que suas bases legais deixam margens de utilização para outros fins primários, que não sejam a conservação dos recursos bióticos e abióticos. Na maioria das vezes estas unidades contem um patrimônio natural importantíssimo para cidade, porém em função das demandas de

moradia e lazer de algumas frações da população estes espaços acabam por ser intensivamente afetados nas suas premissas básicas de preservação.

A gestão compartilhada do espaço, o reconhecimento do real objetivo da unidade e o verdadeiro intercâmbio entre os agentes estatais e os agentes sociais que circundam essas áreas poderá indicar o caminho mais adequado para administração dos territórios urbanos protegidos com vistas a resguardar os recursos naturais das cidades além de gerar dividendos para esta própria preservação aliados ao fortalecimento do turismo adequado a estas áreas.

A relação dos visitantes dos territórios protegidos é diferenciada dos moradores, principalmente, com relação aos limites paisagísticos do lugar, os limites do local estão associados aos aspectos visíveis na paisagem por eles visitadas, os espaços de interação são quase que exclusivamente, a praia e os bares, envolvidos quase sempre com o intuito de divertimento. Excetuando o praticado pelo chamado turismo de base comunitária, cujos aspectos locais são encarados em toda sua amplitude, com a vivência dos visitantes nos aspectos das populações locais.

Assim, quando se analisam visitantes e turistas encontra-se relações diferenciadas perante o meio ambiente, aos espaços socialmente construídos e também com as relações sociais presentes nas Unidades de Conservação. Porém, concebida de forma distinta, nitidamente elencada por meio de percepções diferenciadas daquelas vividas e percebidas pelos moradores locais. Os visitantes originam-se de contextos socioculturais diversos dos encontrados nas UC's.

As relações vividas nas Unidades de Conservação podem ser compreendidas como um lugar para seus moradores, pois as relações se dão por intermédio da afeição e da familiaridade para com o espaço e sua paisagem. Espaço que se encontram intimamente relacionado à consciência de seu passado e de sua cultura. Em UC's, onde a presença dos visitantes é constante, identifica-se uma revelação de problemáticas a respeito do valor do lugar, ou seja, a fulgência da apreciação da paisagem não vivida, percebida através das várias lentes culturais dos visitantes. Porém, as diversas comunidades mostraram certas semelhanças quanto à percepção em relação aos territórios, vista como beleza estética a preservação do ambiente a ser mantida e cuidada. Por isso, há a existência de uma miscelânea de informações introduzidas nas variadas percepções e, inclusive, certa emoção mais forte, que é encetada a partir do encanto e tranquilidade que o lugar transmite para seus moradores.

Neste caso, percebe-se que a paisagem e o lugar são valorizados como um objeto privilegiado, sendo uma atividade que encerra a busca pela cultura, lazer e/ou a tranquilidade que é encontrada nos espaços especialmente protegidos. Para Amorim Filho (1996), a cultura tem um papel de filtro que varia de cada indivíduo e grupo social e no caso do visitante “[...] gera um fenômeno de ricochete fundamental nas paisagens turísticas, uma vez que, ao serem avidamente olhados, serão, também, profundamente organizadas para que se possam ser bem mais vistas” (AMORIM FILHO, 1996).

A partir de convivências temporárias, os visitantes obtêm parcelas de apreciação sobre o lugar e a paisagem. Os visitantes apreciam aspectos mais gerais e pouco habituais do cotidiano. Alcança uma relação mais pormenorizada da paisagem e do lugar, apreendidos de forma breve com o espaço da vila mostrando o aspecto do lazer e da tranquilidade muito recorrente nos depoimentos dos moradores locais quanto aos visitantes.

Apesar de ser indicado como uma área que tem potencial para a atração turística que beneficiem as comunidades tradicionais, pouco foi feito por parte dos governos que exercem influência nas Unidades de Conservação, com relação às políticas de infraestrutura, de inclusão social, além de possibilidades de elevação do nível de renda da população local face ao crescimento do ecoturismo.

É evidente que a relação entre o crescimento do número de visitantes, a conseqüente implantação de infraestrutura, o crescimento de empreendimentos turísticos, o crescimento no número de habitantes e de edificações, tanto de moradores locais como de turistas, em contraponto à relação mais harmoniosa, e a exacerbada relação que a população autóctone tem para com seu ambiente de sobrevivência, pode gerar uma relação conflituosa.

Mesmo assim, a atividade turística aparece como uma das possibilidades para o direcionamento da sustentabilidade amazônica, porém necessita-se maior integração destas políticas públicas com as populações locais. Além de uma maior integração cívica entre os próprios moradores das unidades de conservação e de fora delas, para um incremento do capital social que vise à equidade social e o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região (IRVING, 2006). Aproveitar de maneira positiva a importância da região para o planeta, além da atração da região através do exotismo empregado no sentido da floresta tropical e floresta virgem.

3.5 Comentários finais

Destarte a emergência ecológica e social atual e a importância da Amazônia em termos de biodiversidade, além do incremento da ciência no contexto global inserem as Unidades de Conservação e Áreas Protegidas como uma das grandes alternativas de gestão compartilhada de territórios. Não obstante, as Unidades de Conservação originar da ideia proteção da natureza para que possamos contemplar a “intocabilidade” de seus atributos físicos e naturais sem a presença do homem nestes espaços, hoje elas brotam no atual momento como um desafio na região amazônica onde apresentam um contexto diferenciado para a gestão e a parceria entre os diversos atores que necessitam se integralizar para conservação e desenvolvimento regionais e locais.

Assim, no contexto amazônico, se estabelece de vez a necessidade de considerar a diversidade sociocultural associada à proteção ambiental. Na maioria das áreas selecionadas como estratégicas para a proteção da biodiversidade na Amazônia, estão presentes famílias que por gerações sobrevivem do uso desses recursos naturais com a pouca perturbação ecossistema do meio. Alternativas para um desenvolvimento local existem, como por exemplo, a atividade turística desde que seja feita a real participação de decisão das populações locais, e que as atividades não interfira negativamente nas bases sociais, econômicas, e naturais destas regiões, sem contar que o turismo é apenas uma das alternativas destes espaços, portanto necessita-se de iniciativas outras para as populações locais.

Pode-se dizer que são variáveis os meios pelos quais as pessoas respondem ao meio ambiente, muitas das vezes por meio do prazer pelo o que é meramente beleza estética ou até mesmo pelo contato íntimo e direto com o ambiente circundante, incluindo os sentimentos pelo local de habitação. Mesclam-se a esses aspectos, o impacto causado pela crescente urbanização, esta, pautada nas relações econômicas das mais diversas, e ainda do olhar que se sobrepõe ao ambiente das Unidades de Conservação, com suas relações diferenciadas e únicas.

O reconhecimento de atitudes positivas e negativas dos moradores nas diversas unidades de conservação é de fundamental importância para a conservação dos elementos naturais, desde que transmutando os valores e atitudes negativas em formas positivas. E elas devem ser consideradas como um importante referencial para programas de educação e orientação ambiental, com o intuito de um engajamento a preservação e a permanência dos elementos paisagísticos. Portanto, configura-se um dos caminhos a ser trilhado nas diversas

áreas de conservação, por seus moradores, e pelos órgãos governamentais coordenando as ações nestes territórios. Desse modo, tais questões podem contribuir para discussão e planejamentos realizados sobre este espaço, além de vislumbrar as especificidades e as demandas de suas populações.

Ressalta-se que a proeminência das Unidades de Conservação é balizada pela relevância dos seus ecossistemas para toda a sociedade, e a busca integrada por conservação e, ao mesmo tempo, a utilização dos recursos naturais, de maneira moderada e não impactante, para as populações locais. Neste sentido, a ciência tem relevante papel nas mudanças, desde que se mude, também, o enfoque científico tradicional, pois os fenômenos insurgentes derivam da atividade perceptiva dos seres humanos em relação às condições ambientais do atual momento da história. Deste modo, devem-se adotar procedimentos que levem em consideração a percepção e a atribuição de atitudes e de valores que os diferentes sujeitos adotam sobre os diversos espaços e, com isso, mesclar a objetividade do cientista com a preocupação dos sujeitos presentes nos diversos espaços.

Neste sentido, é enorme o desafio que se tem pela frente, pois nesta crise de percepção generalizada, transformada em uma crise de valores e de percepções ambientais, tanto no âmbito da sociedade como individualmente, é que se deve partir para a tomada de decisões quanto à conservação de recursos naturais como parte integrante de vida, na perspectiva de garantir a sobrevivência dos diversos ecossistemas para as atuais e futuras gerações. Assim sendo, é necessário pensar em uma sociedade inserida ao meio ambiente, e não indiferente a ele, dissipando essa dicotomia indolente entre seres humanos e natureza.

Para que se possam difundir valores e atitudes positivos sobre essa localidade, as especificidades de cada localidade, os atributos físicos, os potenciais turísticos, as atividades econômicas diferenciadas, as relações espaciais distintas nas diferentes UC's. Tentando, desta maneira, o exercício científico de englobar as complexas conjunturas destes territórios. Embora, a ciência seja provida de limitações a que envidar esforços para se integrar o conhecimento das populações tradicionais nos planos de manejo. Ademais, em áreas onde existam comunidades tradicionais é imperioso que esses planos de manejo percam seu caráter autoritário e tecnocrático, passando a ser um processo de integração gradativa do conhecimento, dos fazeres e das técnicas patrimoniais nas tomadas de decisões sobre o uso do espaço, por longo tempo habitado e usado pelo morador tradicional.

Portanto, é necessário reconhecer que antigos padrões mudaram junto com o mundo. As atuais populações tradicionais ou não, estão situadas no interior da economia globalizante, e é obvio que alheia há algumas benesses desse mundo, principalmente no cerne da questão Amazônica. Assim, tem-se que ter a clareza que as UC's estão associadas ao contexto global, e que essas comunidades estão vinculadas a uma ordem econômica e a uma racionalidade econômica mundial.

A percepção do ambiente de na gestão dos recursos naturais, certamente, contribuirá para a utilização racional dos mesmos, desde que possibilite uma relação harmônica dos conhecimentos da população como o ponto de vista de um indivíduo, de um conjunto de pessoas ou mesmo de uma população, de forma geral, associados com os do exterior, seja a abordagem científica tradicional e/ou os órgãos do poder publico. A caracterização perceptiva de grupos socioculturais atuantes nestes espaços, deveria tornar-se parte integrante da abordagem interdisciplinar para a avaliação dos valores ecológicos, socioeconômicos e culturais da área de conservação, na perspectiva de orientar propostas de planejamento global do uso dos seus recursos naturais, incluindo estratégias de conservação da biodiversidade, manejo.

Deste modo, aliando crescimento econômico com o desenvolvimento da região e do país, em todos os seus sentidos para garantir melhoria de vida e inserção social a todos seus habitantes. Consequentemente é necessário buscar encontrar um equilíbrio ente o conjunto das populações e os recursos naturais. Assim procurando o desenvolvimento de fato, atrelando o desenvolvimento econômico e social com a plena conservação natural.

Referências

ALLEGRETTI, M. H. (1994) *Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política pública de desenvolvimento sustentável na Amazônia* In: ARNT, R (org.) *O destino da Floresta: Reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará. P. 17-47.

BARBANTI JUNIOR, O. (S/D.): *Desafios para a Expansão da Gestão local e compartilhamento de experiências* In.: BARBANTI JUNIOR, O. *Gestão compartilhada e desenvolvimento local: estratégias de intervenção e gestão de conflitos*.

BARROS, D. M. (2009): *Paisagem e Lugar: estudo de percepção na vila de algodão - Maracanã (Pa)*. Trabalho de Conclusão de curso de Geografia. UFPA/IFCH.

BARROS, D.M. (2010): Percepção ambiental: um estudo de caso com os moradores da APA. Algodual- Maiandeuá; UFPA/NAEA, Belém.

BECKER, B. K. (2004): *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.

BRASIL. (2000): *Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Unidades de Conservação*. Brasília, DF.

BRITO, D. M. C. (2008): *Conflitos em unidades de conservação*. Macapá: Revista de Humanidades do curso de Ciências sociais, n. 1.

BROCKINGTON, Dan & IGOE, Jim. (2008) *Expulsão para a Conservação da natureza: uma visão global*. In.: DIEGUES, Antônio Carlos. A Ecologia política das grandes ONGs transnacionais Conservacionistas

CAVALCANTI, C. (1997): *Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva*. In.: CAVALCANTI, C. (org.) Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez.

COSTA, G.(2009): *Ciência, Tecnologia e sustentabilidade socioambiental*. Campinas: Revista Científica Hermes I, p. 19-29.

D'ARAUJO, M. C. (2003): *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

DEMO, P. (2001): *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 5ª Ed. São Paulo: Cortez.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. (1996): *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC Núcleo de Apoio à Pesquisa de Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras / USP.

IRVING, M. A. (2006): *Áreas Protegidas de fronteira e turismo sustentável na Amazônia: entre o surrealismo e invenção*. Salvador: Revista de desenvolvimento econômico. Ano 8. nº 13.

GUIMARÃES, R. (1992): Políticas de meio ambiente para o desenvolvimento Sustentável: desafios institucionais e setoriais. Revista de Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, nº 7, jun. pp. 57-80.

MELLO, N. A. (2004): "Iniciativas sociais e desenvolvimento Sustentável na Amazônia". In GEOUSP, Espaço e Tempo, São Paulo, nº 16, pp. 87-109.

MELLO, N. A. (2006): Políticas Territoriais na Amazônia. São Paulo. Annablume.

OLIVEIRA, A. U.(2002): Amazônia – 500 anos. In. PRADO, M. L. C. e VIDAL, D. G. (Org.). Á margem dos 500 anos. Reflexões irreverentes. São Paulo: EDUSP.

QUARESMA, H. D. A. (2003): *O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodual/ Maiandeuá*. Belém: NAEA.

_____. (2008): *O turismo em áreas de fronteira: uma alternativa para gestão de Parques nacionais?*. Belém: NAEA, Seminário Internacional – Amazônia e fronteiras do conhecimento.

PASQUIS, R. (2006): Conservación de la biodiversidad Amazónica: un enfoque regional http://bft.cirad.fr/cd/BFT_290_61-72.pdf.

RIBAS, A. D. ; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (2004): Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, pp. 15-66.

SEN, A. K. , (2000): *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, J. B. (2007): *População tradicional: o sentido e o significado do conceito*. In. : SILVA, J. B. Unidades de conservação e organizações de populações tradicionais sul-amapaenses: problemas, tendências e perspectivas. Tese de Doutorado – PDTU/NAEA/UFPA, Belém.

SILVA, H. P. (2006) *Dinâmicas Sócio-Ecológicas em Unidades de Conservação na Amazônia e na Mata Atlântica: A questão da Saúde como um possível vetor de Inclusão Social*. in: IRVING, M. A. (Org.) *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados*. Aquarius:Rio de Janeiro, Brasil.

STEINBERGER, M. (org.) (2006): Território e Ambiente em políticas públicas territoriais. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora). Pp. 30-82.

VALLEJO, L. R. (2002): *Unidades de Conservação: uma discussão teórica a luz dos conceitos de território e de políticas públicas*. Rio de Janeiro.

VIANNA, L. P. (2008): *De invisíveis a protagonistas populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Anablume; FAPESPA.

4 RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE MOCAPAJUBA E O FENÔMENO DA EXPERIÊNCIA

Resumo

O presente estudo pretende revelar a Reserva Extrativista de Mocapajuba, localizada em São Caetano de Odivelas no Pará, a partir dos conceitos geográficos de Lugar, Paisagem, e percepção ambiental. Inicialmente analisaram-se aspectos sociais, econômicos e históricos sobre a Unidade de Conservação. Após isso, diversos representantes dos usuários da RESEX, em diversas comunidades foram selecionados a indicar valores e atitudes sobre o seu lugar de vivência e seu espaço circundante. Desta forma os entrevistados manifestaram elementos naturais, sociais, econômicos e, sobretudo de aproximação afetiva com o lugar.

Palavras-chaves: Comunidades; Reserva; Manguezais; Rios.

Abstract

The present study intends to reveal the Mocapajuba Extractive Reserve, located in São Caetano de Odivelas in Pará, based on the geographical concepts of Place, Landscape, and environmental perception. Initially, social, economic and historical aspects of the Conservation Unit were analyzed. After that, several representatives of RESEX users, in several communities, were selected to indicate values and attitudes about their place of living and their surrounding space. In this way the interviewees manifested natural, social, economic and, above all, affective approaches to the place.

Keywords: Communities; Reservation; Mangroves; Rivers.

4.1 Introdução

A Amazônia não se apresenta como uma região homogênea em termos econômicos, sociais, culturais e, sobretudo, do ponto de vista natural. Coexistem várias condições naturais em diversas sub-regiões, que condicionam os diferentes aspectos de vida dos sujeitos locais em termos econômicos, agricultura, extrativismo, pesca e outras atividades. Essas condições fazem com que as populações locais apresentem várias maneiras de se relacionar com o lugar e com as peculiaridades ecológicas destes, para que possa minimamente manter a sobrevivência de seu grupo.

Nesta região, desenvolvem-se grandes áreas da floresta Amazônica; das áreas de igapós, várzea, terra firme; dos campos do Marajó, das áreas de transição para o cerrado e para a caatinga. Existe, também, uma imensa área contínua de manguezal que se estende do Maranhão até o Amapá, passando pelo estado do Pará, e que tem grande importância na

composição dos diferentes ecossistemas amazônicos, além de ser fonte de sobrevivência e de vida de diversas comunidades que se localizam nestes espaços.

Um dos lugares que compõem a maior área contínua de manguezal do mundo é o município de São Caetano de Odivelas, no estado do Pará, onde se localiza a Reserva Extrativista Marinha de Mocapajuba, que é objeto espacial desta pesquisa. Assim, dedicamos este estudo para analisar a percepção ambiental dos representantes das comunidades envolvidas nesta RESEX, compreendendo as relações e as experiências que promovem valores e atitudes perante o meio ambiente.

Nos últimos anos, alguns autores têm se dedicado ao estudo das percepções ambientais em suas pesquisas. Entre esses trabalhos, ressaltamos o de Ferreira (2005) na Estação Ecológica de Juréia- Itatins, no litoral sul de São Paulo. Nele, a autora buscou analisar as variadas percepções dos grupos socioculturais atuantes, dentre eles, os pesquisadores daquela unidade de conservação. Na pesquisa, Ferreira revelou a conexão das diferentes percepções com a ocorrência de conflitos socioambientais locais, além de destacar a relevância para análise da percepção ambiental para o planejamento e gestão das unidades de conservação.

Em sua tese de doutorado, Mucelin (2006) buscou os estudos da percepção ambiental para analisar um contexto urbano, com intuito de caracterizar os diferentes atores sociais incluídos sobre determinadas porções ambientais de ecossistema urbano. Desta forma, o autor empregou como técnicas e instrumentos de investigação a observação livre, a entrevista semiestruturada, o registro de filmes e fotos e uma técnica própria de análise. Nestes registros o autor identificou formas de percepções aliadas ao sentimento de topofilia (apego ao lugar) e de topofobia (sentimento de ojeriza ao lugar).

Chiapetti (2009) objetivou compreender o significado do Rio das Contas, que banha a cidade de Itacaré, município do sul do estado da Bahia, na vida das pessoas e, a partir deste contexto, registrou os sentimentos e os olhares destes indivíduos - de diferentes idades e profissões - sobre o rio, sobre suas paisagens e lugares, formados a partir de suas experiências diárias e vivências do espaço-lugar do rio das Contas. A pesquisa mostrou que o rio das Contas é um lugar e um elemento de paisagem da cidade de Itacaré, percebido e vivenciado pelas pessoas por meio de uma intensa relação afetiva, portanto, de uma geograficidade, ou seja, de relação intrínseca estabelecida pelo homem com o meio, e que se transmuta na existência humana.

Figueiredo (2011) procurou mostrar em seu trabalho a percepção ambiental dos diferentes grupos de agentes atuantes no Refúgio de Vida Silvestre de Pandeiros, unidade de

Proteção Integral, localizada no norte de Minas Gerais: Órgão Gestor, instituições atuantes, pesquisadores e moradores de comunidades locais. Os resultados revelaram que as diferentes percepções incluídas na análise formam dois grupos diferentes de racionalidades: a dos grupos dos moradores das comunidades locais e racionalidade dos pesquisadores, órgão gestor e agentes representantes das instituições atuantes da Unidade de Conservação.

Esses estudos foram feitos em diversas regiões do Brasil, mostrando, assim, diferentes realidades no contexto de percepção ambiental e unidades de conservação. Neste sentido - e nesta pesquisa -, procura-se evidenciar a relação dos moradores da RESEX de Mocapajuba com seu lugar e, sobretudo, com as particularidades naturais e sociais desta Unidade de Conservação, abarcados por meio do ponto de vista da experiência.

Desta maneira, este estudo está organizado basicamente em três seções. A primeira delas versa sobre a maneira como foi feita a pesquisa de campo e o envolvimento com a população pesquisada nas diversas comunidades de Mocapajuba.

O segundo momento trata especificamente do município de São Caetano de Odivelas e a presença da Reserva Extrativista em seu território. Orientado pelo Estudo Socioambiental da RESEX e pelos trabalhos de campo, abordou-se a criação da RESEX, as populações envolvidas neste espaço-lugar e demais características do espaço da UC.

No terceiro momento, foi realizada a análise dos resultados dos trabalhos de campo a partir dos depoimentos de moradores e suas representações. Procurou-se analisar as percepções ambientais dos entrevistados a partir também de elementos teóricos que versam sobre paisagem e lugar e demais categorias e conceitos fundamentados na Geografia humanista.

4.2 Metodologia

Esta pesquisa buscou explorar duas fontes de evidências, a saber: o levantamento teórico das categorias geográficas; e a pesquisa de campo, por meio da observação sistemática. Avaliou-se que tais fontes permitem apreender um conjunto de dados e informações que admitem estabelecer o entrelaçamento dos conceitos geográficos – espaço, lugar e paisagem – com as evidências estabelecidas do cotidiano dos moradores da RESEX de Mocapajuba.

Desta forma, pretendeu-se manifestar a ocorrência dos conceitos que concretizam a chamada percepção ambiental nas diversas ciências. Este conceito, que integra elementos da psicologia, da biologia, da antropologia e da geografia, entre outras ciências, tem o objetivo

primaz de analisar os fatores, os mecanismos e os processos que fazem com que haja diferenças nas percepções e comportamentos diferenciados sobre o meio ambiente que rodeia o ser humano (OLIVEIRA, 1996).

Buscou-se caracterizar, de foma breve, os diversos aspectos físicos, humanos e econômicos relativos à Reserva Extrativista de Mocapajuba, enfatizando os seguintes: localização, características físicas, moradia e sociabilidade dos moradores. Assim, procuramos elencar suas peculiaridades naturais e as principais relações das pessoas que convivem com a paisagem e o lugar na RESEX.

Em seguida, adotou-se a estratégia do diálogo com pessoas das mais variadas idades, procurando observar suas práticas, a fim de explorar sua relação com a natureza, buscando, no presente e nas lembranças, respostas emocionais quanto ao lugar e aos símbolos da paisagem que surgem em suas mentes.

Uma técnica muito importante nesse sentido são as entrevistas, pois elas permitem maior interação com os sujeitos envolvidos, além de permitir o acesso a informações relevantes acerca de suas práticas, valores e atitudes. Essas entrevistas seguiram o padrão definido por Colognese; Mélo (1998), os quais apresentam propostas de questões semidiretiva ou semiestruturada, somada a um roteiro prévio, que permitiu uma participação mais ativa do pesquisador no direcionamento da entrevista.

É importante destacar que as questões incluídas na entrevista estão intimamente ligadas aos objetivos gerais e específicos da pesquisa. O intuito é identificar as ações vividas pelos moradores e/ou representantes da RESEX, além de verificar a importância desta para a constituição do modo de vida dessas comunidades. Além de examinar a forma como as diferentes comunidades presentes na RESEX percebem a atuação dos órgãos ambientais gestores da unidade de conservação.

Assim, apoiou-se em Machado (1996) a fim de buscar nas questões as seguintes diretrizes: as percepções ambientais, partindo do pressuposto que uma atividade perceptiva sempre existe em relação a um objeto espacial; as atitudes ambientais, entendidas como uma posição em que se toma em relação ao espaço; além de avaliar a atribuição de valores ambientais perante a RESEX, que a torna uma paisagem e lugar valorizado. Esses elementos se apresentam como corpo que se relaciona diretamente com as práticas cotidianas dos diferentes grupos sociais, em que o testemunho oral representa a gênese da investigação e pode esclarecer os eventos ou processos que, às vezes, não seriam elucidados de outro modo.

Apesar de definidos alguns passos a serem seguidos pelo trabalho, é importante sempre estabelecer uma postura dialética com o campo de pesquisa, pois a interação entre teoria e prática não permite uma postura rígida perante o objeto de pesquisa (TRICART, 2006). Desta forma, procurou-se deixar os pesquisados à vontade em seus espaços e afazeres diários, com intuito de não incomodar a rotina deles em prol da pesquisa ora desenvolvida.

Por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo, os moradores da RESEX pesquisados foram aqueles que participaram ativamente do processo de implantação da unidade, constituída de 12 (doze) representantes de diferentes vilas e comunidades e que estão envolvidos no processo diário de convivência com seus lugares.

Desta forma, representantes de diversas comunidades foram selecionados a partir do envolvimento com a fundação da RESEX e com a notória liderança exercida destes na sua comunidade ou em mais de uma comunidade. Assim, doze representantes (quadro 2) de diversas comunidades e em diferentes locais do território da RESEX de Mocapajuba (Figura 2) foram entrevistados no intuito de garantir minimamente uma representação dos diversos locais e usuários desta Unidade de Conservação.

Estes doze representantes foram selecionados por intermédio da Associação de Usuários da RESEX de Mocapajuba, na pessoa do senhor Walter, atual presidente da Associação, que os individualizou como lideranças em suas comunidades, exercendo influência e poder de representação no futuro Conselho Gestor da Unidade de Conservação. Além desse importante fator, estes moradores são efetivos usuários da RESEX, exercendo atividades de trabalho compatíveis às desenvolvidas pelas diversas comunidades da área. Isto os credenciou a fazer parte desta pesquisa que visa à análise da percepção ambiental dos diferentes moradores da UC.

Houve vários momentos na pesquisa de campo. Os primeiros contatos com estes representantes aconteceram na sede da Associação dos Usuários da RESEX ainda no ano de 2015. Priorizou-se inicialmente externar os objetivos desta pesquisa e identificar a relação destes com sua comunidade, lugar de vivência e de que forma estes exercem influência e liderança.

Em trabalhos de campo posteriores, houve contato com a comunidade dos representantes para entrevistá-la seguindo o modelo já exposto por Colognese; Mélo (1998). As diretrizes de Machado (1996), no que diz respeito a identificar as percepções ambientais, também foram seguidas. Assim, ocorreram encontros dois ou mais encontros com os

moradores da RESEX, geralmente em suas casas ou até mesmo em seus locais de trabalho para substanciar este estudo.

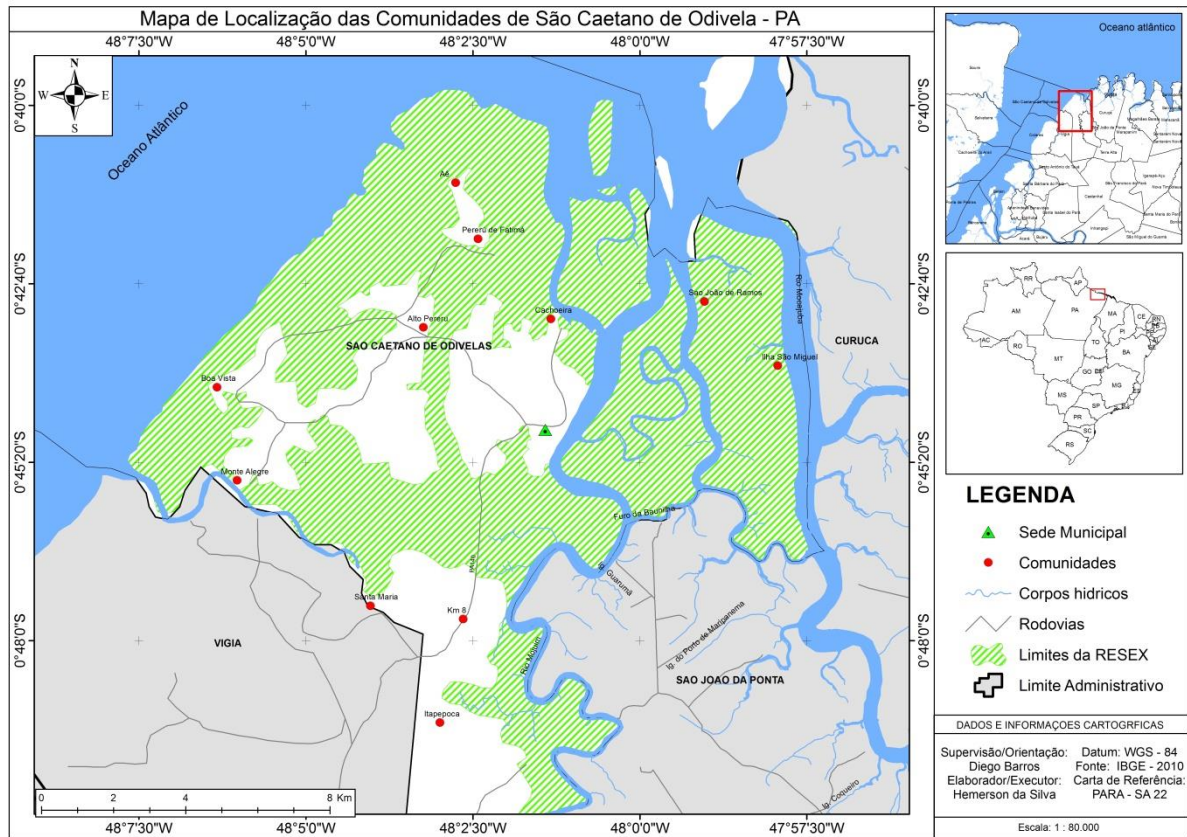


Figura 2 – Mapa de localização das comunidades envolvidas na pesquisa

Em outro momento das entrevistas e, seguindo o modelo de Nogueira (2014), solicitou-se que estes moradores traduzissem em representações seus lugares de vivência, com o intuito de ampliar as informações exploradas por eles ao longo dos diálogos. Segundo Tuan (1983) e Machado (1996), essas representações espaciais formam os chamados mapas mentais destes moradores que, apesar de não possuírem precisão matemática dos mapas oficiais, contêm uma parcela da trajetória espacial destes indivíduos e do modo como vivem em suas localidades.

Quadro 2 – Moradores entrevistados organizados por comunidades que representam (Fonte: Associação dos Usuários da RESEX de Mocapajuba (2016) e Trabalho de Campo (2016))

Entrevistados	Comunidades que representa	Função	O que é importante ainda destacar sobre eles
Walter	Sede, Jutai, Pratiqara, e Laranjeira	Presidente da Associação dos usuários da RESEX	Ex-Presidente da Colônia de pescadores e de grande influência com os pescadores e poder público
Lourdes	Cacheira e Cachoerinha	Atual presidente da Colônia de Pescadores	Exerce grande influência com pescadores e liderança entre as mulheres
Socrates	São João de Ramos	Capataz da Colônia e representante de sua comunidade	Liderança em sua comunidade e Tesoureiro da Associação dos Usuários
Zeca	Ilha São Miguel	Representante de sua comunidade	Liderança em sua comunidade e capataz da Colônia dos pescadores
Manezinho	Aê	Representante de sua comunidade	Liderança em sua comunidade, conselho fiscal da Colônia de Pescadores
Carlinhos	Pereru de Fátima	Representante de sua comunidade	Liderança em sua comunidade e Presidente da Associação dos tiradores de ostra
Francisco	Boa Vista, Vila Sorriso, Alto Pereru e Camapu	Representante de sua comunidade	Liderança em sua comunidade
Raimundo	Monte Alegre, Ponta do Bom Jesus, Curuça-miri, e Madero.	Representante de sua comunidade	Liderança em sua comunidade
Grejeú	Santa Maria	Representante de sua comunidade	Liderança em sua comunidade
Ronaldo	Km 8	Representante de sua comunidade	Liderança em sua comunidade
Inácio	Itapepoca	Representante de sua	Liderança em sua

Dulce	Páscoa	comunidade	comunidade
		Representante de sua comunidade	Liderança em sua comunidade e em outra comunidade pertencente a outro município

Desta forma, os relatos e os mapas mentais destes moradores ajudam a compreender melhor a RESEX de Mocapajuba. Ao produzirem suas representações deste lugar, eles se preocupavam rotineiramente em apresentar os espaços que eles percorriam diariamente e com o zelo de revelar quem era “fora do lugar” a verdadeira compreensão de seu espaço vivido.

Estes relatos e mapas mentais foram frutos de diversos trabalhos de campo, de longas conversas embaixo de uma árvore, em suas cozinhas ou até mesmo em espaços de armazenamento de materiais de pesca. Neles pudemos perceber um pouco da dinâmica sociocultural, econômica e natural deste lugar. Além de revelar suas preocupações com o ecossistema de mangue e a chegada de agentes exógenos do lugar, principalmente da pesca industrial e desportiva, práticas crescentes em São Caetano de Odivelas.

4.3 O município de São Caetano de Odivelas e a RESEX de Mocapajuba

O município de São Caetano de Odivelas, situado no Estado do Pará e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), localizado na mesorregião nordeste paraense, mais especificamente na microrregião do Salgado, possui uma área de 105.720 Km². O município faz fronteiras com os municípios de Vigia, São João da Ponta e Santo Antônio do Tauá. De acordo com a divisão da Zona Costeira estadual (PARÁ, IDESP, 1998b), o município de São Caetano de Odivelas (Figura 3) localiza-se no Setor I Costa Atlântica do Salgado Paraense. O município tem uma área de unidade territorial de 743.466 km². E uma população de 16.891 pessoas. (IBGE, 2015).

O acesso ao município se dá por via hidrográfica, pela Baía do Marajó e rios como o Mocajuba, Mojuim, Barreta e Pereru; e por via Rodoviária, por meio da PA-140, que interliga o município a BR-316, e a capital do Estado do Pará, que fica a 120 km da sede do município de São Caetano de Odivelas.

O município exibe uma diversidade natural, social e econômica em seus limites de 743.466 km². Encontramos áreas de floresta amazônica, campos e, principalmente, grandes áreas de manguezais, como uma diversidade faunística e florística bastante relevante, dentro do contexto da região do salgado paraense.

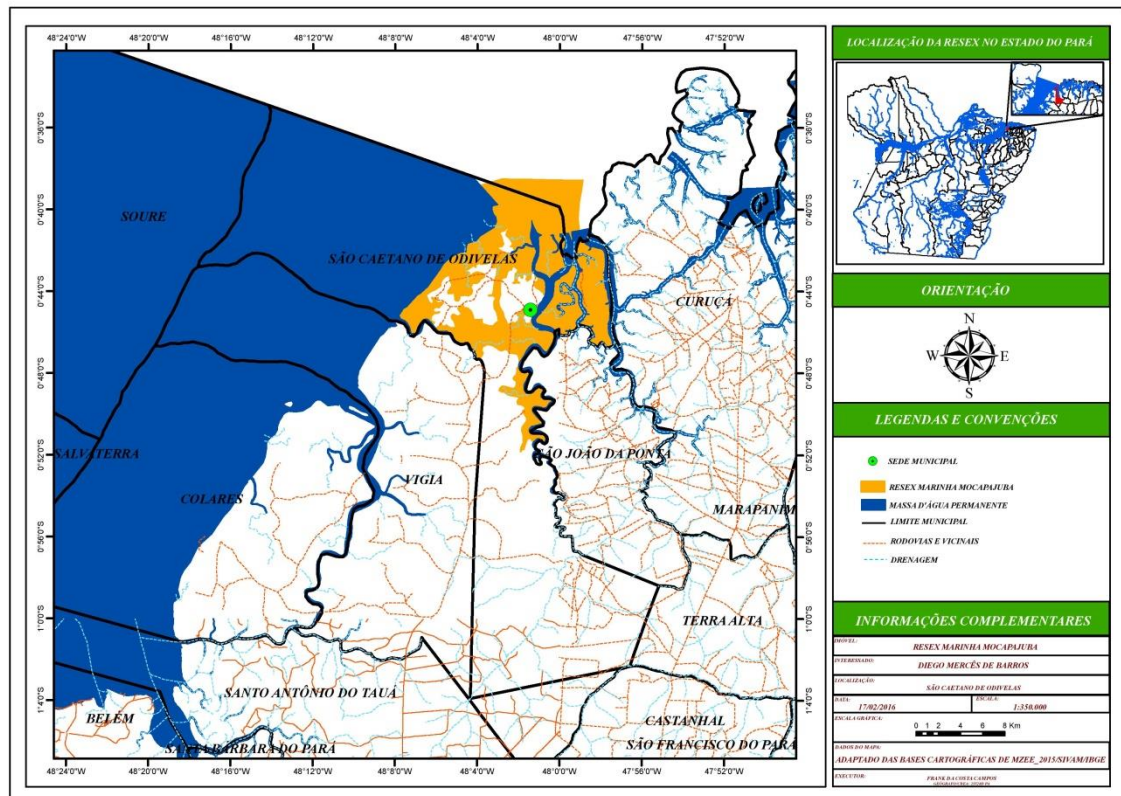


Figura 3- Mapa do município com destaque para a RESEX Marinha de Mocapajuba, São Caetano de Odivelas, PA.

São Caetano de Odivelas apresenta-se como um dos polos econômicos da região, funcionando como um entreposto comercial de produtos, sobretudo de pesca, extrativismo e agricultura. Além disso, o local é um polo da pesca esportiva paraense, atraindo praticantes desta modalidade do próprio estado e de todo o Brasil. Contudo, há uma preocupação em torno da gestão dessas atividades, pois elas se encontram desordenadas em relação aos ditames de conservação ambiental, principalmente em relação ao frágil ecossistema de mangue explorado e quanto à condição de vida das comunidades locais.

4.3.1 Criação da RESEX e a sua importância

No ano de 2014, o Governo Federal assinou a criação de três novas Unidades de Conservação no litoral nordeste paraense³. Entre elas, a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, criada por meio do Decreto de 10 de outubro de 2014. A Unidade está localizada

³ As novas Resex marinhas do Pará são Resex Mestre Lucindo, Resex Cuinarana e Resex Mocapajuba. Todas são localizadas na área conhecida como Salgado Paraense, formando assim um corredor de Reservas extrativistas marinhas, no total de 12 Resex's atualmente nessa região nordeste paraense.

no município de São Caetano de Odivelas, com aproximadamente 21.029ha de área (Ver figura 2). A Reserva tem como objetivos garantir a conservação da biodiversidade dos ecossistemas de manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas; e assegurar o uso sustentável dos recursos, além de proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais extrativistas desta região.

Em São Caetano de Odivelas, de forma geral, e na RESEX, de forma específica, a pesca artesanal é praticada por muitos moradores, assim como a retirada de caranguejos, sendo esta última a atividade considerada de importância econômica para o município de São Caetano de Odivelas. Além disso, a prática da aquicultura, principalmente de ostras, ocorre em algumas comunidades próximas aos rios da região. Outra questão relevante é que o principal ecossistema da região, o manguezal, presente em boa parte da área, está ameaçado pela excessiva ação antrópica, que acontece pela retirada e comercialização dos caranguejos por alguns moradores locais e por atores exógenos ao local.

Porém, em síntese, é necessário elencar que estes sujeitos sociais também se caracterizam por viverem em uma comunidade que vive da pesca e da retirada dos mariscos; e que conhecem profundamente a área e o ambiente de onde retiram os recursos necessários à reprodução social familiar. Portanto, são sujeitos essenciais para serem analisados nas políticas de conservação dos recursos naturais, sobretudo nas políticas para as Unidades de Conservação.

Neste caso específico do ecossistema de mangue, a sua riqueza biológica faz com que essas áreas se constituam em grandes berçários naturais, tanto para as espécies características desses ambientes, como aves, moluscos, crustáceos, os quais encontram as condições ideais para a reprodução, criadouro e abrigo; quanto para as comunidades que dependem e vivem nestes espaços. Os mangues, portanto, formam a base da cadeia alimentar marinha e são, ao mesmo tempo, verdadeiro lugar de convivência das populações que se encontram nestes espaços (FURTADO, 2001).

No contexto da gestão dessas Unidades, é formado um Conselho Gestor, composto por associações da sociedade civil (pescadores, caranguejeiros) e órgãos públicos (Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Câmara dos Vereadores, Órgão estadual do Meio Ambiente, ICBMIO, etc.) para gerir e discutir os problemas da RESEX. Com reuniões constantes, o conselho pode se mostrar como um importante instrumento de participação da sociedade civil, no intuito de debater os problemas e propor soluções para a construção de políticas públicas

direcionadas para Mocapajuba. Algo que ainda não pôde ser realizado devido aos processos burocráticos para a formação do conselho, bem como a não nomeação de gestor pelo órgão ambiental responsável.

Segundo a Associação de Usuários de Mocapajuba, a Reserva Extrativista surgiu a partir da demanda de moradores do município de São Caetano de Odivelas, com o intuito de preservar sua cultura, suas tradições, suas atividades de trabalho e, além disso, com a finalidade de conservação do ambiente local e intermediação de conflitos territoriais ocorrentes no município, como os que ocorrem entre os diferentes tipos de pescas desenvolvidos na região.

A totalidade dos moradores (doze representantes dos usuários) das diversas comunidades visitadas por esta pesquisa apoia a criação da unidade de conservação. Esse fato está diretamente associado às questões políticas locais de intervenção do Instituto Chico Mendes e das Instituições Estaduais e locais de apoio ao Meio Ambiente. Porém, o estudo Socioambiental da criação da RESEX mostra que essa relação foi conflituosa, pois:

Na ocasião de elaboração da solicitação para a criação da unidade de conservação no município houve conflitos entre a Colônia de Pescadores e a Câmara dos Vereadores. O motivo do conflito ocorreu devido à mudança de posicionamento dos vereadores. Inicialmente estes participaram e enviaram documentos aos órgãos competentes apoiando a criação da unidade de conservação e, posteriormente, se retrataram criticando-a. Esse imbróglgio foi citado em todas as oficinas pelos participantes e contribuiu para o fortalecimento da Colônia de Pescadores na região. A entidade de classe possui representante (capatazes) em todas as comunidades e a criação da unidade de conservação é temática conhecida pelos moradores locais (ICMBIO, 2014).

Segundo a moradora Lourdes, comunidade de Cachoeira, as primeiras ações para a criação da RESEX surgem a partir da iniciativa da Associação de Mulheres Pescadoras da Cachoeira. Dentro de um processo de fortalecimento da Colônia de Pescadores de São Caetano, os moradores de diferentes comunidades iniciaram oficinas de meio ambiente, ministradas, em muitas ocasiões, pelo ICMBIO. A partir desses encontros regulares com diferentes populações de outras Reservas Extrativistas surge à ideia da criação da RESEX em São Caetano. A solicitação inicialmente foi encaminhada à Prefeitura e aos poderes locais constituídos, que por diversas gestões foram contra a criação. Porém, a partir do ano de 2005, as iniciativas de demanda da criação RESEX foram de fato efetivadas, com o apoio da Associação de Mulheres Pescadoras da Comunidade de Cachoeira e da Colônia de Pescadores local.

Após este momento, estudos técnicos foram realizados na área com a finalidade de estabelecer delimitações, definir características presentes da unidade de conservação, além de analisar as comunidades envolvidas em termos de trabalho, renda, cultura e demais aspectos. A partir deste momento, é traçado/delineado um Estudo Socioambiental da RESEX, que acabou por definir a área como de grande potencial para criação de uma Reserva Extrativista Marinha.

Desta maneira, criou-se um o Laudo de Vistoria Técnica - que compôs o processo de criação da unidade de conservação. Assim sendo, as comunidades que solicitaram a criação da RESEX foram organizadas em diferentes polos espalhados ao longo do município de São Caetano de Odivelas (ICMBIO, 2014).

Após o estudo socioambiental que caracterizou a Reserva Extrativista, foi instituída a Reserva Extrativista Marinha de Mocapajuba - nome sugerido pelos próprios moradores por meio da junção de sílabas dos rios que circundam a região, como: Mocajuba, Mojuim, Barreta e Camapu. Após ser expedido o decreto pelo governo federal, em 10 de outubro de 2014, o então processo de consolidação da unidade de conservação vem se estabelecendo. O primeiro passo se deu com a fundação da Associação de Usuários de Mocapajuba, com sede provisória na Associação de Pescadores e os próximos passos já estão a caminho, como o estabelecimento do gestor do órgão ambiental e a formação do conselho gestor.

O que os representantes das comunidades atualmente alegam é que falta efetivar a Reserva Extrativista no município e que no momento é necessária maior atuação do órgão gestor na Unidade. Algo que será, provavelmente, aperfeiçoado com a atuação do gestor específico para a Reserva Extrativista de Mocapajuba, além da formação do Conselho Gestor, o qual também trará mais visibilidade para as ações na RESEX, para a população, de forma geral, e para os órgãos locais e regionais de comando estatal.

4.3.2 População e atividades econômicas envolvidas na área da RESEX

A relação de comunidades e seus respectivos polos foram organizados de acordo com a divisão municipal - anterior à criação da RESEX - e seguindo a divisão feita pelo representante da Colônia dos Pescadores. A população total de usuários e de famílias ainda não está definida, pois, segundo a Associação de Usuários da RESEX, este número ainda está sendo levantado. Este quantitativo é importante, pois abrange grande parte de comunidades do norte do município e, portanto, uma parcela significativa da população.

Sendo assim, utilizamos como referência neste estudo a divisão das comunidades feita pelos representantes da Associação dos Usuários e o Estudo Socioambiental do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade. Tais dados permitiram a classificação dos polos da seguinte forma: (1) *Polo Alto Pereru*, composto pelas comunidades Aê, Pereru de Fátima, Boa Vista, Camapu, Pratiqura e Alto Pereru; (2) *Polo Cidade ou Sede*, incluindo a comunidade Jutaí e os bairros Cachoeira, e Cachoeirinha; (3) *Polo Ponta Bom Jesus* formado pelas comunidades Madeira, Camapu ou Curuçá-Mirim, Espanha, Monte Alegre e Ponta Bom Jesus; (4) *Polo Santa Maria*, incluindo as comunidades de Santa Maria da Barreta, Vila Paraíso ou Km 8 (oito), Itapepoca, Páscoa e Laranjeira; (5) *Polo São João* formada o pelas comunidades São João do Ramos e Ilha São Miguel.

Quadro 3 – Comunidades organizadas por polos Brasil (Fonte: Associação dos Usuários da RESEX de Mocapajuba (2016))

Polos	Comunidades	Características gerais
(1) Polo Alto Pereru	Aê, Pereru de Fátima, Boa Vista, Camapu, Pratiqura e Alto Pereru.	Área influenciada pelo rio Mocajuba e pelas vicinais do município.
(2) Polo Cidade ou Sede	Sede, incluindo a comunidade Jutaí e os bairros Cachoeira, e Cachoeirinha.	Área bastante urbanizada e cercada pela sede do município.
(3) Polo Ponta Bom Jesus	Madeira, Camapu ou Curuçá-Mirim, Espanha, Monte Alegre e Ponta Bom Jesus.	Área da sob influência do rio Barreta, e na região central da RESEX.
(4) Polo Santa Maria	Santa Maria da Barreta, Vila Paraíso ou Km 8 (oito), Itapepoca, Pascoa e Laranjeira.	Área sob influência do rio Barreta e da PA -140 que liga o município a capital do estado.
(5) Polo São João	São João do Ramos e Ilha São Miguel.	Comunidades na região insular da RESEX, sem acessos por estrada.

As comunidades identificadas nos estudos prévios de concepção da UC na área revelaram que as principais características de trabalho da cultura local estão ligadas às atividades de pesca e de coleta de mariscos. Ainda que as práticas agrícolas estejam presentes, elas estão limitadas para os que as praticam, ou seja, à subsistência de sua família de seus pares.

A atividade de pesca envolve moradores de todas as comunidades no interior da RESEX. Porém, esta atividade apresenta diferenciações nas áreas onde são exercidas, no modo que são praticadas e também pelos apetrechos utilizados no trabalho diário da pesca e coleta de caranguejos. Assim, existem comunidades onde a principal fonte de renda de seus moradores é a atividade de extração do caranguejo. E há áreas em que os campos nativos são utilizados para a retirada de frutos de várias espécies e a ocorrência da caça. Em determinados pontos, moradores também utilizam de áreas remanescentes de matas para extrair a madeira para construção e as folhas das palmeiras para confecção dos recipientes de transportes de frutos e caranguejos.

As comunidades envolvidas na RESEX, caracterizadas como usuários, estão localizadas, sobretudo, na porção norte do município e limitadas ao sul pelo rio Barreta e pelos municípios de Vigia, São João da Ponta e Curuçá. O acesso a elas ocorre pela estrada pavimentada, a PA-140, e pelas estradas vicinais, as quais não possuem asfalto (ou são parcialmente pavimentadas).

Em geral, as comunidades estão formadas ao redor das igrejas, portos, trapiches ou praças. Em algumas vilas, encontramos um porto e área determinados para comercialização de pescado extraído na própria região e/ou de outras localidades.

Com relação à densidade demográfica, pudemos constatar que o crescimento populacional das comunidades está relacionado aos casamentos e à permanência das novas famílias na mesma região, com um bom número delas exercendo as mesmas atividades de seus descendentes. A mobilidade entre as comunidades é comum e ocorre especialmente motivada pela dinâmica da pesca realizada em alto-mar e nos arredores. Desta forma, as famílias de pescadores se deslocam e se estabelecem em comunidades nas quais há barcos de maior porte e metragem e/ou estejam aviando ou contratando pescadores (ICMBIO, 2014).



Figura 4 - Porto da Vila de Ponta da Boa Vista, de onde partem pequenas e médias embarcações para pesca na região e outras áreas. Fonte: Barros (2014)

As residências nas diversas comunidades são construídas, em sua maioria, de alvenaria e todas possuem energia elétrica. As casas construídas de alvenaria possuem diversos cômodos, como: sala, quartos, cozinha e sanitários internos (maioria). Nos quintais, é mantido o fogão à lenha, o jirau e em diversas habitações existe um pequeno cômodo/depósito para guardar o material de pesca (Figura 4).

Nas vilas menores, encontramos uma quantidade maior de casas construídas de barro (pau a pique), como na Ilha São Miguel, cobertas com telhas de barro, de amianto ou de palha. A cozinha e o sanitário estão localizados nas áreas externas, assim como os espaços para guardar os instrumentos de trabalho, como redes de pesca e material para a lavoura. Contudo, em todas as comunidades os moradores estão investindo na construção de casas de alvenaria.

Todas as vilas possuem escolas até o 5º ano do ensino fundamental, já as comunidades polos apresentam escolas que oferecem ensino fundamental completo de segundo ciclo e o ensino médio. Os ramais de acesso às comunidades, em sua maioria, não são asfaltados. Segundo os moradores, isso dificulta a circulação dos moradores entre as comunidades, o acesso a serviços públicos, como educação e saúde, além do escoamento do pescado e do caranguejo para o mercado consumidor que fica na sede do município, nos arredores da PA-140, e para outras cidades da região (ICMBIO, 2014).

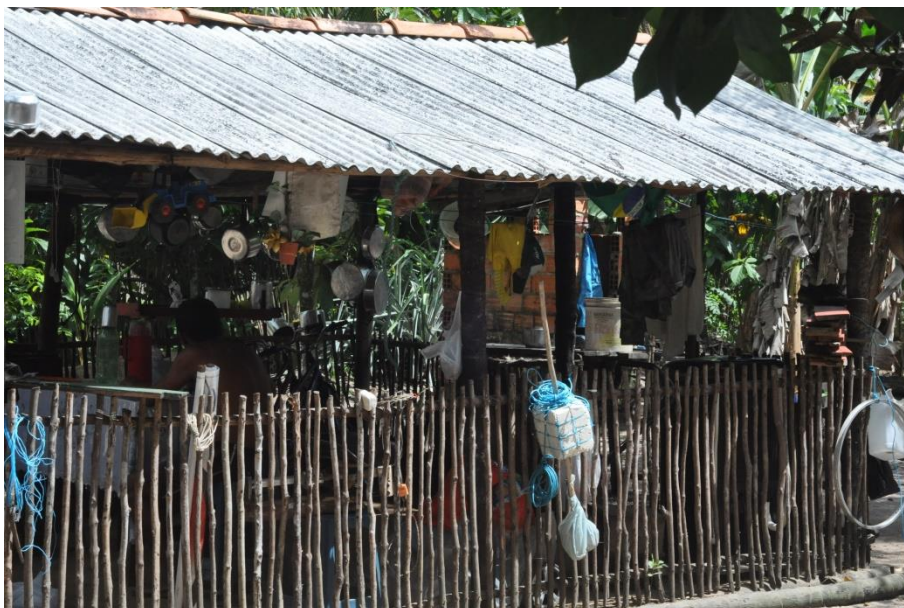


Figura 5 - Cômodo feito pelo morador, no quintal de casa, para o fogão a lenha e para guardar utensílios de pesca. Fonte: Barros (2016)

A coleta de caranguejo, a pesca de camarão e a pesca artesanal foram citadas como as principais atividades de geração de renda para as comunidades visitadas. A atividade agrícola é uma prática pouco comum nas comunidades da região. Entre elas, a ilha São Miguel, Bom Jesus da Ponta, Itapepoca e Boa Vista. O principal recurso cultivado é a mandioca e a macaxeira. As comunidades próximas a PA-140 (km8) coletam e comercializam o bacuri e outras frutas nativas, como o taperebá. É também fonte geradora de renda para algumas famílias a pesca do siri, do mexilhão, da ostra e a captura do turu.

A pesca artesanal é realizada em barcos de até quatro toneladas e os principais portos estão situados na sede do município e nas comunidades de Cachoeira, Boa Vista, Monte Alegre, e Santa Maria. Porém outras localidades pesquisadas apresentam acessos aos rios e furos da região, podendo, assim, acessar os diversos portos do município com bastante facilidade.

A pesca artesanal em barcos de tonelagem, ou seja, barcos de maior tamanho, são realizadas a rigor fora da área de influência da RESEX, geralmente em outros municípios e até outros estados. E é executada geralmente por meio do aviamento. Assim, os barcos de pesca podem fazer viagens com duração de até três meses, dependendo das capturas ocorridas. O dono do barco pode ou não fazer parte da tripulação. Em geral, viajam de quatro a cinco pescadores por barco e cada um tem as suas atribuições definidas no interior da embarcação e no decorrer da viagem (ICMBIO, 2014).



Figura 6 - Material de pesca utilizado pelos pescadores da comunidade de Ilha São Miguel. Fonte: Barros (2016).

O Presidente da Associação de Usuários de Mocapajuba, senhor Walter, afirma que lógica do trabalho da pesca é seguida em uma das modalidades de trabalho de extração de caranguejos. O aviamento é aplicado para a “tiração” de caranguejo, principalmente nas comunidades de Alto Camapu, km 10, km 8 e Itapepoca. Os marreteiros⁴ que fazem aviamento fretam barcos locais e mantêm até oito caranguejeiros, os quais permanecem por até quinze dias nas áreas de coleta. Esta pode se estender até a região do Marajó e outras mais próximas, como a região da ilha de Romana, situada no município de Curuçá. Desta forma, o frete do barco é pago pelo marreteiro que atua localmente, a partir da quantidade de caranguejos avaliados pelo tamanho, que cada extrativista captura.

A produção assim é enviada para o marreteiro da comunidade a cada dia de trabalho. Este, por sua vez, quantifica e qualifica os caranguejos, retirando os mortos e fazendo a classificação dos crustáceos por tamanho para embalá-los nos cofus, sobretudo, em sacas para transporte até a capital do estado e/ou as cidades vizinhas que recebem a produção. Em algumas comunidades visitadas os animais são mantidos em recipientes adaptados (casco de geladeira velha, por exemplo) antes de serem embalados para o transporte (ICMBIO, 2014).

Conforme Ronaldo, 39 anos, da comunidade do Km8, um dos entrevistados, o transporte até Belém é feito de carro e por freteiros⁵ em sacas ou cofus⁶ de caranguejos. Cada

⁴ Marreteiros: vendedor ambulante de mercadorias, neste caso, designa-se aquelas pessoas que compram mercadorias do produtor e vendem em outras localidades.

⁵ Freteiros: trabalham com transportes de produtos para a capital ou principais cidades da região

⁶ Cofu: recipientes feitos de caules de espécies de palmeiras da região usados para transporte produtos

saca contém aproximadamente 100 unidades. Segundo os extrativistas, os “cofus” são a melhor opção para o transporte dos animais, pois evitam perdas por asfixia. Segundo eles, há uma considerável redução da morte de caranguejos pelo uso deste método.

Quando transportados em sacas, a perda pode ser muito maior. Alguns extrativistas também demonstraram interesse em transportar os caranguejos em “basquetas”⁷, modelo inserido nas comunidades por intermédio da Secretaria de Aquicultura e Pesca, do governo do estado, porém eles relatam o alto custo de transporte e compra do material necessário.

Portanto, os moradores das várias comunidades visitadas apontam que há um gargalo na comercialização, pois a produção acontece em massa, mas existem muitas dificuldades na comercialização. Isso acontece pelo fato de muitos caranguejeiros dependerem de atravessadores para vender sua produção na cidade e isso dificulta o aumento da renda.

O senhor Benedito, comunidade de Madero, explica: “nós temos que pagar muito caro para o transporte do caranguejo para Belém [capital do estado e principal mercado consumidor], e os marreteiros pagam muito pouco pelos caranguejos e para a gente transportar é muito caro, pois não temos carros”.

Entre os entrevistados, muitos declararam exercer múltiplas atividades. A pesca artesanal, a “tiração” de caranguejos e a pesca de camarão concentram mais de 60% das atividades praticadas. Poucos moradores declararam viver somente da pesca.

Segundo as informações dos moradores e do ICMBIO (2014) na região, os serviços da pesca artesanal são responsáveis pela contratação de mão de obra. Os demais, que incluem a “tiração” de caranguejo e pesca de camarão, utilizam a mão de obra familiar. Não há uso de maquinários e o cultivo é realizado na forma tradicional de corte e queima. Os roçados são destinados à subsistência das famílias. O cultivo de frutíferas ocorre, em geral, nas proximidades das casas.

O extrativismo vegetal, embora não tenha sido declarado pelos entrevistados como fonte geradora de renda, ocorre na região. Há produção e comercialização de cofus e paneiros para o transporte de caranguejo e camarões. A peça citada e utilizada nas comunidades das ilhas é confeccionada de palha e diferenciada do cofu pelo formato, sendo esta mais curta. A comercialização desses objetos é feita entre os moradores das comunidades (para os que não sabem tecer), havendo artesãos que os comercializam somente para marreteiros.

⁷ Basquetas: recipiente de plástico usado no transporte de produtos



Figura 7 - Pesca artesanal no rio Mojuim no verão amazônico. Fonte: Barros (2015).

A divisão social do trabalho entre os gêneros é percebida e diferenciada nas comunidades visitadas. As atividades de pesca estão nas mãos dos homens e a participação feminina se restringe ao papel de “ajudantes”. Há mulheres que praticam a atividade da pesca em canoas com pequenos motores e circulam pela área denominada de costeiro. Segundo elas, as atividades podem ser divididas com os seus companheiros e filhos, proporcionando maior ganho com a pescaria. As marisqueiras são responsáveis pela “tiração” e classificação dos caranguejos. A comercialização, geralmente, é feita pelos homens.

As mulheres não participam da pesca em alto-mar. Elas atuam diretamente ou auxiliam seus companheiros na pesca artesanal, realizada em igarapés e rios que circundam as comunidades.

E é a partir desta realidade vivenciada que abordamos a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, buscando responder os elementos que se fazem presentes na percepção ambiental dos moradores e representantes da sociedade no interior da RESEX, e quais as relações vividas neste espaço-lugar que possam estimular a formação de atitudes e valores positivos que venham a ser utilizados em políticas públicas na área e em seu entorno. E de que forma isto contribuiria para a promoção do bem-estar da população desta área de conservação, bem como a construção de uma política sustentável de desenvolvimento do meio ambiente, um dos principais intuítos da unidade.

É fundamental pontuar valores e atitudes positivos que possam ser potencializados por meio de atividades de educação ambiental e/ou iniciativas similares, as quais considerem a percepção dos moradores, suas ações cotidianas na relação com o meio. Além disso, é

importante avaliar, em relação às comunidades, o seu nível de envolvimento com o ambiente, interpretado a partir de sua percepção em relação ao espaço tratado.

Portanto, é necessário entender e empregar o olhar da sociedade presente na Reserva, pois é a partir do conhecimento prático, por meio da utilização do meio ambiente, da vivência e através da constituição das ligações cognitivas e afetivas da sociedade para com o meio, que podem ser estabelecidas metodologias para entender a formação de atitudes e valores positivos, ou negativos, da sociedade para com o que a cerca.

Desta forma, a partir de agora, buscaremos responder: quais as diferentes características da percepção ambiental dos diversos sujeitos do interior da RESEX de Mocapajuba (São Caetano de Odivelas/PA) e quais as relações vividas e experienciadas que possam estimular a formação de atitudes e valores positivos que venham a ser utilizadas em políticas públicas na área e em seu entorno?

4.4 PERCEBENDO MOCAPAJUBA

Após procurarmos descrever as vicissitudes de São Caetano e da RESEX de Mocapajuba, de forma específica, buscou-se interpretar os depoimentos dos entrevistados e seus mapas mentais. Reproduzidos com o intuito de conhecer o ponto de vista destes a suas particularidades. Este exercício coaduna com o conceito de Lugar e Paisagem que foi sendo explorado ao longo do trabalho.

Interessante situar que os moradores do interior da RESEX estabelecem relações - entre si e com a natureza - em um lugar onde a interação com o meio está evidente em suas atividades diárias de trabalho, sobrevivência e lazer. Deste modo, as populações locais fazem uso do ambiente de forma menos opressiva, pois percebem o “seu” lugar como *locus* do bom viver e de sua sobrevivência.

No que diz respeito à relação do homem-natureza nas unidades de conservação no Brasil e, principalmente, na Amazônia, uma característica muito particular se apresenta como discussão central: a busca pela conservação da natureza. Porque se parte do pressuposto de que as populações que ali viviam anos ou séculos tratavam a natureza como parte integrante de suas vidas, portanto, possuíam uma relação estreita e “harmoniosa” com o ambiente. Quando tratamos de unidades de conservação de uso sustentável, isto fica mais evidente e cada vez mais importante, pois estas áreas surgem como *locus* determinante na busca por conservação aliada à manutenção dos modos de vida tradicionais.

É notório que problemas de relação com o meio existem de fato. Porém, a partir de estudos que evidenciem as potencialidades e as problemáticas referentes à percepção e às

atitudes perante o meio ambiente, poderíamos contribuir em relação às políticas públicas no interior do processo de implementação da RESEX Marinha, com ações conjuntas de atividades de educação ambiental, além de outras iniciativas que visem à melhoria das relações humanas com o ambiente.

Estes aspectos são evidenciados pelos moradores das diferentes RESEX Mocapajuba, pois a partir de observações prévias observamos que eles, em sua maioria, atuam de forma mais integrada com o meio ambiente nas suas atividades diárias de trabalho e sociabilidade. Em especial, os sujeitos sociais envolvidos em suas comunidades no interior da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, nomeadamente aqueles envolvidos no processo de criação e consolidação desta Unidade de Conservação, pois este serão agentes multiplicadores de boas práticas e de articulação entre os órgãos gestor e as comunidades.

4.4.1 A RESEX de Mocapajuba e o ponto de vista da experiência

Quando se avalia o espaço ao redor, verifica-se uma complexidade evidente nos sentimentos e ideias que as diferentes pessoas apreçoam do espaço, do lugar em que vivem. Esses sentimentos são provenientes tanto de experiências singulares como das experiências comuns a um grupo, e ainda pela somatória de um contínuo sentimento adquirido ao longo dos anos. Com isso, o lugar pode adquirir intenso significado para o indivíduo. Assim, a partir do momento que o espaço é íntimo e familiar, então, se torna lugar, pois focaliza espaço e paisagem em torno de intenções e experiências.

Neste sentido, atividades perceptivas colaboram com as experiências dos indivíduos, e por intermédio delas faz-se aproximações, de forma cada vez mais acentuada, do lugar ou do meio ambiente, despertando ou ampliando sentimentos topofílicos (TUAN, 1980). Tais situações e delineamentos ficam claros em contextos diferenciados de gestão de território como nas UC's.

Assim como Machado (1996), abordarmos a paisagem da RESEX Marinha de Mocapajuba enquanto um fenômeno experiencial, elencando significados expressos pelas atividades perceptivas das mais diversas, originadas no ambiente desta comunidade. Então, no que diz respeito à relação do homem-natureza nas UC's no Brasil, e principalmente na Amazônia, evidencia-se uma característica muito particular e que se apresenta como discussão central deste trabalho, no intuito de conservação da natureza.

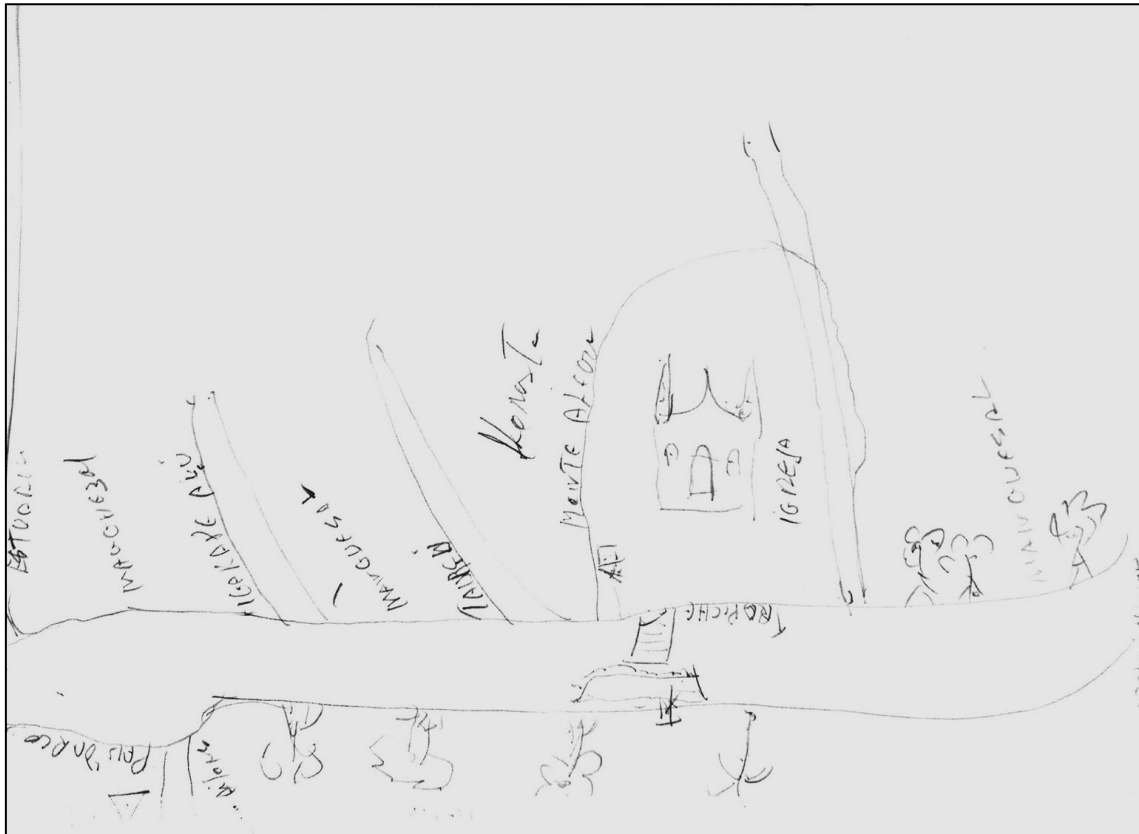
Parte-se do pressuposto que as populações que ali viviam anos ou séculos, tratava a natureza como parte integrante de suas vidas, portanto, possuíam uma relação de aparente

harmonia com a natureza. Quando se trata de UC's de uso sustentável, isso fica mais claro e cada vez mais importante.

Destacam-se, principalmente, os atores locais mais participativos no processo de gestão territorial da RESEX, ou seja, os que atuarão no Conselho vindouro da UC e que quase na sua totalidade são representantes de associações de moradores locais, ou seja, que “experienciam” o espaço cotidianamente. A perspectiva é também verificar como respondem a convivência diária e intensa com *seu* lugar. Neste sentido buscou-se abordar três dimensões essenciais na discussão, a saber: o conteúdo topofílico; a dimensão de conservação ambiental expressado por esses atores; além da produção de mapas mentais.

Na figura 9, vê-se uma representação de um dos moradores locais da comunidade de Monte Alegre. Raimundo, 65 anos, é um dos fundadores da RESEX e será o representante futuro no conselho gestor. Na representação, houve um destaque para a paisagem que elenca os elementos do espaço e que fazem parte dos aspectos cotidianos da sua vida de trabalho e sociabilidade comunitária, além de elementos naturais, como o rio, os principais igarapés percorridos na sua labuta diária de pescador extrativista e a vegetação do mangue, como sustentáculo desta natureza.

O rio é o ponto central na maior parte das representações dos mapas mentais e é efetivado como elemento articulador das diversas comunidades e com a sede do município de São Caetano. Além de ser provedor da sobrevivência de seus usuários.



Figuras 8 e 9 - Comunidade de Monte Alegre. Fonte: Barros (2016); Representação do representante da comunidade de Monte alegre. Fonte: Raimundo, 2016

O rio está representado na centralidade do desenho acima, reconhecendo assim a importância deste na vida da sua comunidade. Estes rios talvez não sejam visualizados por visitantes ou órgãos ambientais de forma essencial, pois esta relação com o rio e com a paisagem - o lugar - acontece por intermédio da vivência com o espaço. Nas ideias de Tuan (1983), é neste momento que o espaço indiferenciado se transforma em lugar, ou seja, quando lhe é conferido valor e o reconhecemos melhor. Chiappeti (2009) escreve sobre o Rio das Contas na Bahia, sob a influência da Geografia Humanista:

É assim que espaço geográfico do Rio das Contas se converte em lugar, ou seja, à medida que atribuímos significado e importância a ele, sentimos inseridos nele. Compreender lugar permiti-nos identificar os significados e as relações estabelecidas entre as pessoas e o seu espaço-lugar.

Esta ideia pode ser transportada para a influência dos rios de Mocapajuba, em São Caetano de Odivelas, na vida de seus usuários. A importância do rio é ressaltada nos mapas mentais e nos depoimentos dos entrevistados, das diversas comunidades, deste trabalho.

O senhor Francisco (2016), 39 anos, evidencia esta importância quando nos diz que:

O rio é uma fonte de sobrevivência para todos da comunidade, até porque é dele que tiramos o peixe, o mexilhão, o camarão, e todas as outras coisas. E ele tem uma grande importância para nós, porque é o rio que dá a acesso as embarcações que vem para cá e partem daqui para lá e tomam o rumo da pesca. Mas o mais importante é que devemos preservar o rio é porque daqui que os peixes sobem para desova nas cabeceiras dos igarapés. Porque daí que a gente vai continuar a pegar uma tarrafa para pegar um peixe e um siri a vontade sempre. Então esse rio é nossa vida. Nossa comunidade depende dele para viver. A natureza é muito importante aqui para gente porque nossa vida tá contida nela.

Neste relato, Francisco revela muito da sapiência dos moradores locais em relação à importância da preservação do mangue como berçário natural das diversas espécies de peixe e outros animais. Saber que vem sendo trabalhado a partir da vivência e de sua experiência própria associada com a experiência de seu grupo. Conhecimento passado a partir da convivência na pesca e com seus parceiros de trabalho ao longo de sua vida.

Isto demonstra claramente que devemos, na posição de cientistas e poder público, compreender e reconhecer os conhecimentos produzidos e experienciados por estas populações, sobretudo no uso dos recursos naturais. Podendo este conhecimento ser potencializado por meio de políticas públicas que visem ao aprimoramento destas ações e que assegurem a qualidade de vida destas populações.

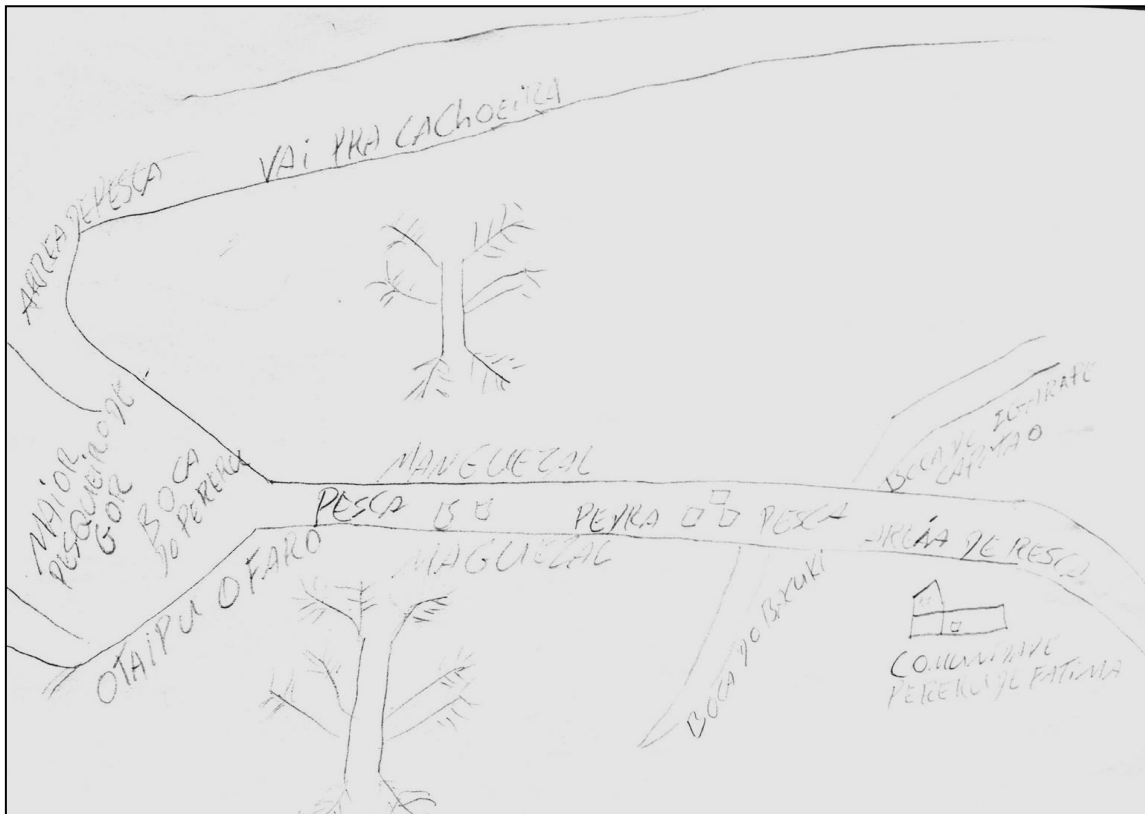


Figura 10 e 11 - Comunidade de Pereru de Fátima e a importância do rio para a comunidade Fonte: Barros (2016); Reprodução do representante da comunidade de Pereru de Fátima. Fonte: Carlinhos, 2016

O senhor Carlinhos (2016), 40 anos, da comunidade de Pereru de Fátima, nos assegura questões bem semelhantes sobre os elementos da paisagem locais:

O rio que passa aqui na minha terra é uma fonte de vida e da minha família. Se esse rio não existisse nos passávamos muito mal. Porque para pescador e caranguejeiro ele é o sustento da minha família. Se não existisse o rio aqui essa comunidade não existia. Ninguém mais estava aqui. Aqui é o meu paraíso aqui na Terra. Aqui o que tem de mais importante para mim é o meu trabalho. Porque aqui que nós vamos buscar nosso sustento. E essa natureza para nós todos.

Este saber que os moradores trazem é tecido a partir da experiência com lugar em que foi construída sua história com o rio. Histórias que se reconstróem a cada movimento de ida e volta ao rio e ao mangue, formando um movimento de suas referências constantes sobre o lugar. Onde pessoas e embarcações navegam nesses furos, ilhas e manguezais. Aqui, estamos falando não em experiência como experimentação, mas como conhecimento construído na relação subjetiva entre sujeitos e lugares. O conhecimento que é experienciado, vivido e, sobretudo, constituído no cotidiano.

A percepção de mundo de lugar se dá a partir do que eles experienciam. A descrição do seu lugar como paraíso denota muito bem o lugar como “paraíso”. E a descrição que eles fazem de seus percursos da pesca contém sua própria história. Os caminhos nos manguezais, os furos, os igarapés são lembrados, em várias situações, por histórias contadas a partir da vida cotidiana. Lugares onde pescaram, moraram ou visitaram parentes em São Caetano são paisagens conhecidas por eles desde a infância.

É importante ressaltar que muitos destes pescadores herdaram de seus pais o ofício da pesca e do extrativismo animal. Aprendendo o ofício quando ainda eram “bem pequenos”, em um período da vida em que as crianças absorvem de forma mais fácil os ensinamentos passados e se encantam com o viver de seus pais e “mestres”.

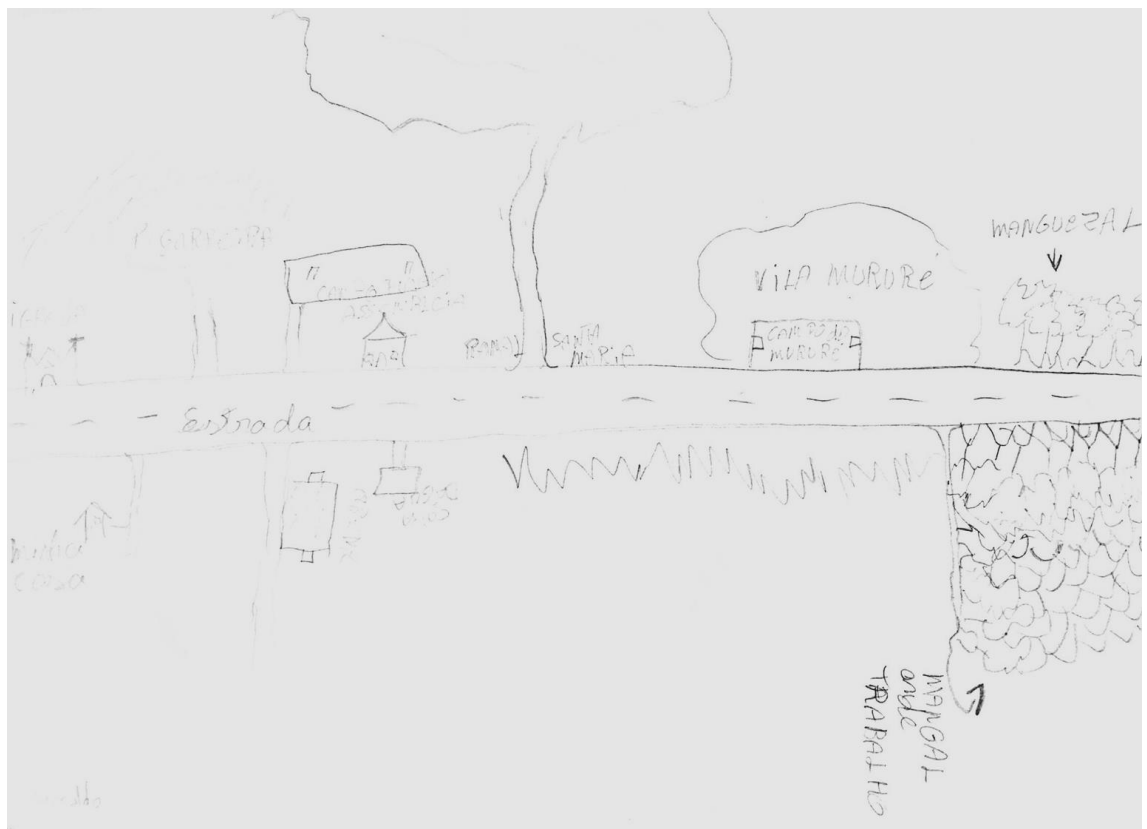


Figura 12 e 13 – Foto Comunidade do Km 8, Barros (2016); Representação da Comunidade Km 8. Fonte: Seu Ronaldo (2016)

E a importância do lugar e da paisagem valorizada é resumida na fala de “seu” Zeca (2016), 53 anos, da comunidade de Ilha São Miguel:

O mangue é a riqueza da gente. É o nosso dinheiro. De manhã nos saímos cedinho e tiramos caranguejo, o turu, o sururu e antes de meio dia já está aqui para alimentar essa gente e para vender para tirar o dinheirinho. Por isso, que o mangue é a coisa mais importante que temos aqui.

Neste sentido que Machado (1996) e Tuan (1983) asseguram que é a na experiência que o sentido de espaço se atrela ao sentido de lugar. Pois é em certo espaço que aparentemente não haveria diferença em relação aos outros, assume o papel de um lugar, enquanto conceito geográfico, a partir de um momento em que se aceita o melhor e o apresenta como algo de extremo valor.

A paisagem é aqui admitida como experiência, pois, concomitantemente, ela expressa o produto da concretização das ações do homem no espaço, mostrando um conjunto intrincado de feições naturais e artificiais neste lugar. Portanto, neste caso, devemos considerar a heterogeneidade dos processos sociais e o decurso histórico dos modos de produção destes povos que convivem com as diferentes paisagens (BLEY, 1996).

Na figura 13, podemos encontrar o mapa mental elaborado pelo senhor Ronaldo, 36 anos, da comunidade do “km8”, especificando vários elementos naturais e artificiais na paisagem destacados por Machado (1996). Os elementos sociais de integração da comunidade como igrejas, casas, casa de parentes são apresentados. Ao mesmo tempo, há um destaque para os elementos naturais, como a vegetação que circunda a vila. Entre os elementos naturais, o ecossistema de mangue se apresenta, segundo o morador, como fator essencial para a sobrevivência da comunidade. Especifica os caminhos do mangue como algo íntimo a seu ser, revelando os caminhos por onde se deve andar e buscar os caranguejos.

A percepção ambiental aqui forma um conjunto de interações entre o indivíduo e o ambiente e a ligação do sujeito com o objeto e a sensação sobre eles (DEL RIO, 1996). Estes aspectos da percepção ambiental, portanto, precisam ser trabalhados no intuito de influenciar positivamente as populações envolvidas na Reserva Extrativista, que tem o pressuposto de um espaço de conservação ambiental.

4.4.2 Mocapajuba: um olhar afetivo

O intuito de preservar o conhecimento dos lugares ficou expresso ao longo da história dos seres humanos em diversos pontos do planeta, inclusive, através das representações dos

primeiros homens na Terra. Isso tem sido confirmado pelas descobertas de representações através de iconografias expostas nos vários pontos do mundo, em pinturas, desenhos, demonstrando os modos de vida e os diversos lugares dos grupos.

Porém, essas representações, nesse momento, não eram carregadas de sistematizações e as informações não tinham necessariamente a veracidade do conhecimento atual dos fatos e lugares. Eram expressos ali de acordo com sua percepção e interpretação do mundo que os rodeava. Apenas com o adensamento das grandes navegações e a necessidade de vencer distâncias e lugares que resolveu-se ater as representações cada vez mais precisa dos lugares. Assim, ao longo dos séculos que sucederam as grandes navegações, ganhou-se a extrema obrigação de fazer mapas mais precisos e cada vez mais carregados de informações para o benefício da expansão dos territórios, sobretudo, dos países ocidentais (NOGUEIRA, 2014).

Com isso, os mapas e, conseqüentemente, os cartógrafos e matemáticos ganharam em importância nesse período e essa importância é expressa até hoje. Informações coletadas a partir dos “dominados” abasteciam cada vez mais as informações contidas nos mapas e eram importantes para “dominar” os territórios novos.

Assim, os diferentes povos iam formando suas próprias representações, se diferenciando em complexidade e forma de reprodução. Representação esta que coaduna com sua própria forma de viver e se relacionar com o espaço. Sejam elas grandes nações ocidentais ou povos indígenas do “novo mundo” (NOGUEIRA, 2014).

Portanto, estes homens representavam suas vivências e estas eram originadas a partir de sua relação existencial com os lugares. Assim, descreviam em detalhes as formas de relevo, os rios, a vegetação, os caminhos percorridos, etc. baseados nas relações com estes elementos. Deste modo, podemos afirmar que as primeiras representações gráficas foram elaboradas com base nos mapas mentais dos diferentes povos antigos da Terra.

Na Figura 15, o morador expressa, novamente, os caminhos naturais, neste caso, o rio como seu principal elemento de locomoção e expressão da sua vida cotidiana, elencando barreiras naturais durante o percurso, como as rochas presentes no leito dos rios e sua localização precisa. Este conhecimento é de extrema importância para o bem-estar deste e da comunidade, pois evita acidentes e perdas materiais das embarcações e o tempo na locomoção para outros lugares. Para este morador, a vegetação de mangue também é fundamental nos seus espaços, pois ao longo de sua vida conviveu com este espaço e, por isso, percebe-se uma afetividade por este tipo de ecossistema.

Porém, ao longo dos séculos, fomos perdendo a forma de representação destes homens que se traduziam na forma e peculiaridade dos lugares, dando ênfase a representações cada vez mais precisas em termos geométricos dos espaços, em detrimento das informações de lugares contidos por estes diferentes povos. Coadunamos com a importância de mapas cada vez mais precisos e bem elaborados cartograficamente, devido à necessidade cada vez maior de estabelecer informações e nexos com o mundo. Estes mapas são uma necessidade básica do nosso mundo atual, pois diminuem os espaços e reduzem o tempo.

Entretanto, representar os lugares, de forma que esses traduzam um pouco de cada lugar, é imprescindível para que possamos compreendê-los, no sentido de respeitar e ampliar nosso conhecimento acerca das suas diversas formas de vida. Neste caso, “preenchendo” a lacuna de informações deixadas por mapas regidos apenas pela precisão geométrica e gráfica.

Partamos do princípio de Merleau-Ponty que afirma ser a ciência um elemento construído a partir do conhecimento elaborado pelas percepções vividas dos sujeitos “comuns”, juntamente os dos cientistas e filósofos. Desta forma, argumenta que:

[...] todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido. Se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual é a expressão segunda (MERLEAU-PONTY 1996, p. 3).

Desta maneira que notamos a real importância de dar visibilidade, neste trabalho, mesmo que de forma parcial, a “mapas mentais” dos diferentes agentes sociais da Reserva Extrativistas Marinha de Mocapajuba, no intuito de estabelecer relações destas representações com o cotidiano destes de forma a manifestar suas vivências e os significados destas práticas cotidianas na RESEX.

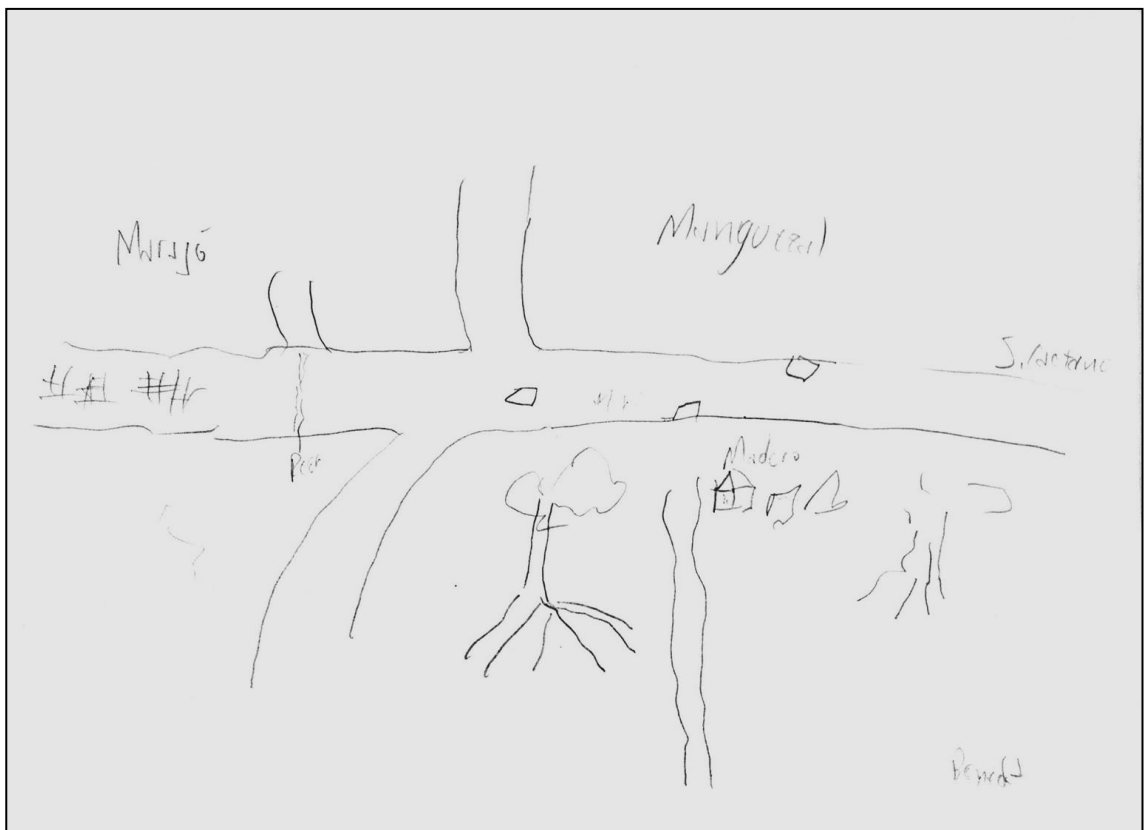


Figura 14 e 15 - Foto da Comunidade de Madero. Barros (2016); Representação da comunidade do Madero Fonte: Benedito (2016)

Dentro deste contexto que buscamos, com os diferentes representantes das comunidades, o conhecimento espacial deles, que se expressa no seu grupo e no seu lugar, em suas falas e representações. Desta forma, partimos do princípio que os mapas mentais possuem significados, os quais procuram expressar o que as coisas querem dizer sobre determinado tema ou o que está por detrás do sentido que as pessoas remetem sobre algo. Todo objeto possui um significado prático ou até mesmo afetivo. Cada indivíduo é atraído para aquilo que lhe parece interessante ou aquilo que o sujeito se habitua a ver em seu contexto sociocultural. Cabe destacar que, inerente a esse processo, surgem os delineamentos dos filtros culturais que os sujeitos ou grupos adquirem ao longo de sua trajetória de vida.

Os moradores da RESEX de Mocapajuba entrevistados, em sua maioria, destacam elementos carregados de familiaridade e de afetividade para com o lugar e a paisagem dos espaços da Unidade de Conservação. Apontamentos que destacam elementos naturais, sociais e de trabalho, manifestando que o seu cotidiano de pertencimento ao lugar é revestido de significados que estão conectados aos corpos dos sujeitos de forma contínua.

O representante da comunidade de Aê, Seu Manezinho (2016), 50 anos, expõe que:

Meu espaço é um lugar que fica próximo do mar, essa brisa que estamos sentindo é porque estamos próximos do mar, a gente sente quentura no verão, mas temos mais ventos que na cidade, podemos ir de barco a qualquer lugar. E o no clima aqui é calor, tem bastante chuva, mas é muito bom de viver [...] e temos o mangue que, para quem não conhece, andamos sempre com sacas de caranguejo, com muito quilos nas costas, mas é um trabalho que paramos na hora que quiser, o pescador vai pegar o peixe e volta na hora que consegue o suficiente para trazer. Eu não sairia daqui para nada. Tenho família aqui. E que na juventude não saí e não saio mais. Eu me criei aqui e o amor vai ficar aqui né?

A paisagem não está separada do sujeito, como algo autônomo, como uma relação exteriorizada, mas sim revestida de conteúdos experienciais em que o sujeito e objeto estão inter-relacionados, numa conexão simbiótica – o objeto está instituído com sujeito, mas o sujeito está envolto ao espaço (COLLOT, 1990).

Essas características são evidenciadas também nos diversos momentos das falas dos entrevistados, que apresentam em seus discursos o cotidiano, bem como a diversidade de elementos naturais presentes na reserva. Essas informações são valiosas para dimensionar à diversidade dos ecossistemas, como os manguezais presentes e os rios que cortam o território da RESEX. Outros dados importantes fazem menção as apreciações diárias da paisagem, aos objetos que fazem parte da estrutura socioeconômica local, como a rede de pesca, os

utensílios para captura de caranguejo, utilizados por moradores para obtenção de alimentos, para o próprio consumo e para venda.

Abaixo, o senhor Francisco, comunidade de Boa vista, explora um pouco mais dos elementos culturais da paisagem, os espaços de sociabilidade de sua comunidade, como o campo de futebol, as sedes dos clubes de Boa Vista, escolas, igrejas, etc. Contudo, ao mesmo tempo, elementos naturais como o mangue, o qual cerca as comunidades, e os cursos d'água são também evidenciados. Aliado ao conteúdo da geografia humanista, Corrêa (1995) adverte que neste momento vários espaços, paisagens e lugares se apresentam, sejam aqueles que são atribuídos a um grupo ou que são configurados estritamente por uma pessoa. Contudo, ambos se apresentam sob o signo do espaço vivido no interior da experiência.

Assim, podemos afirmar que os moradores percebem a RESEX de Mocapajuba não apenas como espaço, mas como um lugar, a partir do momento que o espaço é dotado de valor cultural e simbólico, manifestado por meio os conteúdos topofílicos impressos em seus discursos. Destaca-se a complexidade de componentes paisagísticos no interior das vilas da RESEX, como os ecossistemas de mangue, que é lembrada como expressão da paisagem nas vilas cuja parcela significativa dos depoimentos inclui componentes como, as espécies vegetais do mangue, peixes, currais, etc. Assim:

[...] quanto mais o indivíduo explora perceptivamente o lugar e sua paisagem, mais se reduzem os aspectos não conhecidos e ele pode interagir com os arredores de maneira a enriquecer cada vez mais sua experiência do mundo vivido. (MACHADO, 1996, p. 98).

Os diversos atores envolvidos nesta pesquisa mostram semelhanças quanto à significação do espaço compreendido de Mocapajuba. Evidencia-se que a maioria dos entrevistados concorda quanto ao julgamento da reserva como um lugar de tranquilidade para residir ou então fugir da movimentada vida citadina e/ou ainda ao apego a este espaço. É um espaço de sobrevivência, no qual as todas as pessoas podem viver tranquilas e em paz.



Figuras 16 e 17 - Comunidade Boa Vista Fonte: Barros (2016); Representação da comunidade de Boa Vista, Francisco (2016)

A busca da tranquilidade e a identificação na paisagem de São Caetano de Odivelas se dão de diversas maneiras. Avalia-se que as realidades das diversas vilas presentes na RESEX são diferenciadas, porém, encontra-se o apego ao lugar em todas. Assim, a vivência constante com o conteúdo intrínseco, representado pela paisagem circundante, fica claro no relato dos moradores das mais diversas vilas.

4.4.3 Mocapajuba: um contemplar da paisagem

A apreciação da tranquilidade e a identificação com o lugar estão centralizadas na ideia da tranquilidade como oposição ao urbano e seu caos diário, uma verdadeira fuga ao meio urbano e suas características, ou seja, com certa influência da imagética do urbano. Essa conexão física diferenciada com o meio ambiente é muitas vezes inspirada por certa influência do contato rotineiro desses moradores com a cidade.

Assim, percebe-se que a busca pela tranquilidade se dá apenas como oposto à vida movimentada da cidade e seu cotidiano caótico, com acréscimos das relações com a natureza, a partir de analogias estabelecidas com o meio ambiente, que acontecem de forma expandida, diferente do que ocorre na cidade. Para quem vive em Mocapajuba, o sentido de lugar não é encarado somente pela sua circunscrição física no espaço Mocapajuba, mas da diferença com outros lugares que expressam certa repulsa.

Nos depoimentos, é indicada uma diferença entre uma paisagem vivida mais plenamente no cotidiano; e outra percebida, a partir da percepção dos conteúdos associados à aversão ao urbano. Portanto, converter uma paisagem em um conjunto coeso de significados sugere uma significativa atividade da percepção, que venha a solucionar, organizar, selecionar e interpretar as diversas informações adquiridas por meio dos sentidos. O senhor Walter (2016) da sede do município:

O meu pai e minha mãe eram “filhos” daqui, eu e vários irmãos viveram aqui [...]eu como era mais velho acabei pescando em vários lugares, mas sempre quis voltar para cá.[...] Aqui a paisagem é linda e maravilhosa. O sol nasce de frente com a cidade. E esse ventão “doido” que bate na nossa cara.

Neste sentido, a paisagem e o lugar são alcançados não apenas pelo olhar, mas pelo conjunto de elementos do nosso corpo, ou seja, não só a visão de aspectos singulares em uma coerência espacial, mas também pela interação da experiência individual ou de um conjunto de pessoas. É desta maneira que se vivencia a paisagem, apreendendo o seu conteúdo subjetivamente e afetivamente.

As análises aqui se justificam neste contexto, por uma nuance de bem-estar dos moradores com o lugar e paisagem. Assim Bley (1996) expõe que:

A paisagem também não é simples objeto em face do qual o sujeito se situa em relação de exterioridade. Nela sujeito e objeto são inseparáveis, não somente porque o objeto espacial é constituído pelo sujeito, mas, também, porque o sujeito está envolvido pela paisagem. Em outras palavras, o sujeito está dentro da paisagem.

De tal modo, notamos que os grupos de indivíduos elencados nesta pesquisa possuem certas similitudes quanto à percepção em relação a Mocapajuba. As semelhanças se revelaram a partir da apreciação estética sobre o lugar e a paisagem. Sabemos que todos nós possuímos órgãos dos sentidos semelhantes e que nossa biologia nos conduz para confluências em alguns aspectos, por isso, neste caso, a visão foi o mais privilegiado de nossos órgãos do sentido (TUAN, 1980). Pois ao analisarmos o conteúdo expresso pelos depoimentos, encontramos elementos similares quanto ao aspecto da beleza natural, como o vento, o mangue e, principalmente, o rio, como elementos de forte atração para todos os moradores das diferentes comunidades.

A identificação desses espaços de atração da população fica evidente e colabora na preservação desses ambientes tão apreciados pelos moradores. Porém, há preocupação com os ecossistemas presentes, como o mangue, principalmente, e os furos, os quais estão sendo ocupados ou utilizados de forma equivocada por indivíduos de outras localidades ou até de fora do Estado.

Contudo, as visões se tornam diferenciadas quando indivíduos ou grupos vivenciam aspectos diferentes da realidade envolta. Cada um de nós apresenta um olhar diferenciado em relação aos elementos distribuídos no espaço que nos rodeia, vivendo emoções, desejos, pretensões e sensações diversas enquadradas nas nossas lentes culturais e meio ambiente. Portanto, atitudes e valores se multiplicam no espaço, no lugar e na paisagem.

O estudo nos mostra que na Reserva Extrativista Marinha de Mocapajuba, os aspectos demonstrados por seus moradores remetem à amplitude de afinidades naturais e sociais. Isto está intimamente atrelado aos que experienciam seu lugar rotineiramente, por meio do contato íntimo e direto com o meio que o circunda. Seja no trabalho, no lazer ou na forma de se relacionar uns com os outros. Assim, nos diversos espaços da RESEX, encontramos relações diferenciadas com o ambiente, com o trabalho e com as formas de uso e de lazer do espaço. Assim, as relações espaciais são distintas entre as vilas, devido suas dinâmicas e na forma dos contatos com localidades exteriores a RESEX.

4.4.4 RESEX de Mocapajuba e atitudes de conservação

As atitudes para a conservação de qualquer meio ambiente podem ser encaradas a partir do posicionamento de certos grupos e sua história, sua proeminente cultura, além de suas experiências com o conjunto dos componentes físicos, pois cada atitude envolve sempre um todo organizado de sentimentos e experiências que, por sua vez, provocam/estimulam o entusiasmo na conduta individual e de grupo (Machado, 1996). Identificar estas informações de Mocapajuba é de grande relevância para compreendermos as atitudes para com seu meio ambiente.

Desta forma, o senhor Sócrates, 60 anos, da comunidade de São João de Ramos, destaca que:

A Reserva é importante para que nossos direitos de usuários e de pescadores sejam garantidos. E também para as questões ambientais que estão sendo comprometidas. E no futuro acredito que nosso direito vem à tona. Porque a nossa produção de peixe está sendo levada e sem deixar recursos para a gente. Essas empresas vêm aqui e levam o que é da gente[...] e com a reserva a gente vai organizar essas coisas. Porque aqui precisa preservar nas cabeceiras de igarapés e de rios que é de onde os peixes vêm. E até aqui na comunidade vai nos ajudar a se organizar para a gente não tratar mal a natureza[...] e até o caranguejo tá acabando aqui. Precisamos organizar isso.

Assim, segundo os moradores, o problema mais urgente para a conservação dos elementos paisagísticos e do ecossistema da ilha é a falta de políticas que solucionem essa dificuldade, pois com o advento da pesca cada vez mais intensiva, essa problemática ficou mais evidente e, conseqüentemente, a busca por uma solução tornou-se mais complexa. Assim como a senhora Lourdes elucidou:

Acho importante, porque nós temos um problema muito grande dos conflitos de pesca aqui nos nossos rios, que é a pesca predatória. Porque vêm muitas barcas de outras cidades que capturam só os peixes graúdos, jogando fora os peixes pequenos. E as malhas da pesca. Mas os nossos pescadores também precisam se conter porque tem pescador usando malheiro de rede muito grande. [...] com a reserva a gente vai melhorar a nossa situação. E o nosso peixe e caranguejos vão ser melhores e maiores e a gente pode vender mais caro. E a Reserva vai melhorar tanto para o caranguejeiro, que vai ter uma melhor renda, como para o pescador também.

Nas falas, fica evidente a necessidade da criação de mecanismos de elucidação desta problemática para todos os agentes da RESEX, a fim de que haja um engajamento mais efetivo dos atores que fazem parte do contexto de Mocapajuba, com vistas a minimizar os efeitos do impacto causado pela extração elevada de peixes e caranguejos capturados no local.

Destaca-se também que a destinação do lixo deixado pelas diversas atividades no interior da RESEX deve constar como pauta básica da resolução dos problemas mais urgentes

para a Mocapajuba. Por isso é quase uma unanimidade falar que é crucial uma política de educação ambiental em todos os níveis. Seja com moradores ou frequentadores ocasionais, como os pescadores esportivos da área.

Desta maneira, os moradores destacam que a união entre associações comerciais, associações de moradores e demais organismos governamentais precisa ser estabelecida e consolidada para pôr fim a esta importante questão, com o objetivo de preservar os recursos naturais e de São Caetano, de forma geral, e os da RESEX, de forma específica.

Neste sentido, Quaresma (2003) já encetava elementos sobre a problemática do lixo em sua pesquisa, feita em outra área do nordeste paraense, afirmando que para os moradores locais a retirada de areia, pedra e vegetação para a construção estava na ordem do dia dos problemas, mas de forma geral “Os dados comprovam que a população local e os turistas ainda não estão suficientemente esclarecidos acerca do lixo enquanto fator de degradação dos recursos naturais”.

Vimos que esta percepção vem mudando ao longo dos anos, talvez em função das iniciativas de envolvimento dos representantes em atividades de educação ambiental e do esclarecimento acerca da problemática do lixo como um dos elementos responsáveis pelos problemas ambientais da região nordeste paraense.

Além da problemática do lixo, os moradores destacam o assoreamento dos rios e a preocupação em relação à sua “morte”:

Hoje estamos enfrentando o mesmo significado do rio São Francisco que passa na televisão, aqui no rio Mojuim. Se você visse como era esse rio antigamente. Antigamente a água dele chegava aqui no meu quintal quando a maré enchia, hoje a maré não chega nem na metade do meu quintal. E cada vez mais ele vai secando. Nos últimos lances grandes [marés altas] ele nem veio aqui em casa. Acho que ou ele tá secando; ou devido os desmatamentos; ou areia que são jogadas nos nossos rios[...] eu sinto que nossos rios estão secando e aí não tem caranguejos, peixes e siris como tinha antes. (Lourdes, comunidades de Cachoeira).

E o desmatamento também surge como preocupação na fala do morador da comunidade de Santa Maria, seu Grejeu, 53 anos:

Aqui o problema é a desmatção nas cabeceiras dos rios, porque aqui quando bate o verão no final do mês de agosto em diante ninguém toma banho no rio. Aqui temos três rios e quando chega o verão “seca tudo”. Porque desmataram tudo. A culpa é dessa desmatção[...] E antigamente cansei de armar laço bem mais perto para catar caranguejo. Agora a gente tem que andar muito longe para tirar caranguejo.

Com relação à responsabilidade de cuidar da RESEX de Mocapajuba, as lideranças, em síntese, afirmam que o respeito e o cuidado devem partir de todos, de forma geral:

moradores, visitantes, mas principalmente das autoridades. Mesmo desacreditadas, elas de certa forma impõem autoridade e respeito às regras do espaço protegido. Mas essa relação acaba revelando ao mesmo tempo que as ações precisam ser coesas entre a população e os órgãos governamentais de fiscalização e defesa.

Assim, reaparece nos depoimentos a figura da instituição pública, representada por todas as esferas de poder, como a responsável pelas iniciativas conservacionistas. É ela que aponta a falta de “conscientização” como o principal motivo para os problemas ambientais elencados em São Caetano. Deste modo, fica clara a importância da ação estatal na manutenção dos ecossistemas e no bem-estar das populações locais, exercendo, de forma plena, a fiscalização que dê conta dos crimes ambientais que podem ocorrer no interior da RESEX, pois os próprios usuários e associações não conseguiriam evitar as ocorrências de problemas ambientais ocasionados pela própria população.

Portanto, o Estado necessita mostrar sua responsabilidade e usar seu *poder* público para disseminar uma cultura que traga soluções para o desmatamento, regulação da pescaria e demais problemas produzidos no interior de Mocapajuba.

As Unidades de Conservação (UC) podem atuar não somente na preservação dos recursos naturais, mas também atuam como locais de aprendizagem e sensibilização da comunidade acerca da problemática ambiental, especialmente na RESEX de Mocapajuba. Este intento está sendo trabalhado na atuação do poder público e das associações locais.

Porém, uma pequena parte dos moradores das diversas comunidades revela que ainda analisa com cautela os benefícios e/ou mudanças positivas em Mocapajuba como Reserva Extrativista, mostrando que ainda é necessário avançar na resolução das dificuldades encontradas no espaço geográfico da área, principalmente no que diz respeito às obrigações do poder público. Contudo, grande parte dos representantes afirma que a criação da RESEX Extrativista trará inúmeros benefícios, destacando principalmente o fim da retirada da vegetação do mangue e da pesca desordenada na área.

Na análise das dificuldades de a área ter se tornado uma RESEX, os representantes das comunidades apontam a falta de medidas práticas na organização do Estado e da própria constituição do conselho gestor, que ainda está para ser formado. Porém, há apontamentos de valores positivos para a função da RESEX:

Infelizmente, a gente tem que ouvir de alguns moradores o seguinte: se aqui não for RESEX não vamos poder pescar nossos peixes e viver nossa vida direito. Mas expliquei para eles e eles entenderam que na verdade isso é o contrário. Agora, com a criação da RESEX, e pelo que vimos nas outras

RESEX, a nossa vida vai melhorar (Lourdes, 2016, comunidade de Cachoeira).

Isso evidencia que são necessárias políticas públicas de elucidação das informações da importância de a área ser uma Reserva Extrativista junto à população e põe em relevo a necessidade de envolver a população de forma geral, e não apenas os representantes destas comunidades, ampliando os programas de educação ambiental formal ou não no interior e ao redor de Mocapajuba.

Assim, o reconhecimento dessas atitudes quanto à conservação dos elementos naturais da RESEX deve ser considerado como referencial para programas de ordem prática, no âmbito do engajamento das populações para preservação e conservação dos elementos paisagísticos da reserva. Principalmente porque as comunidades de usuários internos necessitam estar inseridas na participação da gestão, a fim de que ela de fato seja atuante e procure fiscalizar o uso racional dos recursos naturais, desde que não suplantem os limites bio-físicos do ambiente.

O conjunto dos moradores destaca aspectos para a conservação da RESEX Mocapajuba, como: não retirar peixes e caranguejos de forma desordenada, investimento em infraestrutura, não utilizar o desmatamento na vegetação de mangue, e da organização das várias atividades de pesca realizada no local, e de forma geral, “*preservar o meio ambiente*”. Porém, a maior parte destaca a problemática dos conflitos gerados entre os pescadores locais com pescadores de outros lugares e com a pesca esportiva, que é intensa na região. E a principal justificativa para o apoio ao surgimento da Reserva Extrativista é o anseio de ter esses problemas solucionados.

Comentários Finais

Este estudo buscou trabalhar com a Reserva Extrativista de Mocapajuba, localizada no interior do município de São Caetano de Odivelas - PA, a partir do fenômeno da experiência. Baseou-se em uma abordagem descritiva, na qual o objetivo maior não se pautava em aspectos meramente quantitativos, expressos pelo conjunto da população por meio de seus representantes nas diversas localidades. Utilizou-se, então, de argumentos qualitativos com intuito de ampliar a compreensão dos elementos, inseridos na percepção ambiental dos moradores, por meio de suas lideranças engajadas e que despontam como os atores representantes da sua comunidade na Associação de Usuários da RESEX.

Diz-se que são diversificados os meios pelos quais as pessoas respondem ao meio ambiente. Em algumas situações, tal relação se estabelece pelo prazer, ou pelo que é meramente belo; ou até mesmo a partir do contato íntimo e direto com o ambiente que nos cerca, incluindo os sentimentos por nosso local de habitação/origem. Mesclam-se a estes aspectos o impacto causado pela crescente urbanização de nossos dias, pautada nas relações econômicas as mais diversas, e ainda do olhar que sobrepomos ao “ambiente” rural ou de costeiro, com suas relações diferenciadas e únicas.

As relações vividas nas vilas pertencentes à Mocapajuba foram compreendidas como um lugar para seus moradores, pois as relações se dão por intermédio da afeição e da familiaridade para com espaço, no qual se encontram atrelados intimamente à consciência o seu passado e sua cultura. As diversas comunidades mostram certas semelhanças quanto à percepção em relação a São Caetano de Odivelas, vista como beleza estética a ser mantida e cuidada, por isso, há a existência de uma miscelânea de informações introduzidas nas variadas percepções e, inclusive, certa emoção mais forte, que é iniciada a partir do encanto e tranquilidade que o local transmite para seus moradores.

Assim, identificados os elementos expressos na percepção ambiental de indivíduos ou grupos sociais, podemos empregar nestes aspectos um estímulo à formação de atitudes e valores positivos dos moradores para com a RESEX de Mocapajuba e, deste modo, valorizar a paisagem como intermediário na conservação dos ecossistemas presentes nas vilas e consequentemente para o município de São Caetano.

Em todas as vilas, o conjunto dos sujeitos é importante para o entendimento das relações existentes. O morador que hoje relaciona a pesca artesanal a outras atividades, como pequenos serviços que giram em torno das atividades de extrativismo vegetal e animal, como principal fonte de renda e sobrevivência, explica a sua vontade de permanência do meio ambiente conservado das comunidades. E ainda expressa o sentimento de valorização da paisagem, aspectos que podem ser trabalhados em prol da conservação do seu lugar. Portanto, há aqui um poderoso sentimento afetivo sobre o lugar, ou seja, revela-se aqui o conceito de topofilia, explicitado por Tuan em seus escritos.

Referências

BLEY, L.. Morretes: um estudo de Paisagem valorizada. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia. (Org.) *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CHIAPETTI, R. J. N. Na beleza do lugar o Rio das Contas indo...ao mar. Rio Claro, 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. UNESP. São Paulo: 2009.

CORRÊA, R.L. Espaço, um conceito chave da geografia. In.: Geografia, Conceitos e Temas, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

COLLOT, M. *Pontos de vista sobre a percepção das paisagens*. Boletim de Geografia Teórica. V. 20. 1990. p. 21-32.

COLOGNESE, Silvio Antônio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica da entrevista na pesquisa social. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, 1998, pp. 143-159.

DARDEL, E. O homem e a terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Editora Perspectivas, 1990.

DEL RIO, V. Cidade da Mente, Cidade do Real: Percepção Ambiental e Revitalização na Área Portuária do RJ. In: OLIVEIRA L. de; DEL RIO V. (Org.) *Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira*, São Paulo: UFSCar, Studio Nobel, 1996. p.3-22.

FERREIRA, C. P. *Percepção Ambiental na estação ecológica de Juréia-Itatins*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Universidade de São Paulo, São Paulo: 2005.

FIGUEIREDO, Lisa Vany Ribeiro. Percepção Ambiental em uma unidade de conservação de proteção integral – Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2011.

ICMBIO. Estudo Sociambiental referente à proposta de criação de Reserva Extrativista Marinha no município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará. Ministério do Meio Ambiente/ ICMBIO, 2014.

LIMA, S. T. Percepção Ambiental e Literatura: Espaço e Lugar no Grande Sertão Veredas. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia. (Org.) *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

MACHADO, L. M. C. P. *A percepção do meio ambiente como suporte para educação ambiental*. Rio Claro: Unesp. Disponível em: <<http://www.lb.usp/liminologia/perspectiva>>. Acesso em: jul. 2010.

MACHADO, L. M. C. P. Paisagem Valorizada: A Serra do mar como espaço e como Lugar. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia. (Org.) *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Vozes: 1993.

MUCELIN, C. A. Estudo ecológico de fragmentos ambientais urbanos: percepção sócio e pesquisa participante. Tese (Doutorado em Ciências ambientais) Programa de Pós Graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Universidade Estadual de Maringá, 2006.

NOGUEIRA, A. R. B. Percepção e Representação Gráfica: a “geograficidade” nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas. Manaus: Ed. Da Universidade Federal do Amazonas, 2014.

OLIVEIRA, L. Ainda sobre Percepção, Cognição e Representação em Geografia. In. : MENDONÇA, F.; KOZEL, S *Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea*. 2004.

OLIVEIRA, L. Percepção e Representação do espaço geográfico. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia. (org.) *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

OLIVEIRA, L. e MACHADO, L. M. C. P. Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade. In: *Reflexões sobre a Geografia física no Brasil*. Vitte, A. C. e Guerra, A. J. T. (Org.) Bertrand do Brasil: 2007.

TRICART, Jean. O campo na dialética da Geografia. Revista do Departamento de Geografia. São Paulo, v. 19, 2006, pp. 104-110.

VIANNA, L. P. *De Invisíveis a Protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2008.

TUAN, Y. Topofilia. *Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983. 249 p.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1985. p.143-164.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento das atitudes positivas e negativas são de fundamental importância para a conservação dos elementos naturais e culturais da Reserva Extrativista Marinha de Mocapajuba. E elas devem ser consideradas como um importante referencial para programas de educação e orientação ambiental, com o intuito de um engajamento a preservação e a permanência dos elementos paisagísticos.

Portanto configura-se um dos caminhos a ser trilhado nas diversas comunidades de Mocapajuba, e que está inserida no interior do município de São Caetano como um todo, onde é visado o uso racional de seus recursos naturais, desde que não excedam os limites bio-físicos do ambiente.

Por conseguinte essas questões podem contribuir para discussão e os planejamentos realizados sobre este espaço, além de vislumbrar as especificidades e demandas de suas populações. Assim sendo de utilidade aos órgãos governamentais e de gestão futura que coordenarão as ações na Reserva Extrativista.

Ressalta-se que a evidência de Mocapajuba ser uma Unidade de Conservação é demarcada pela importância do seu ecossistema para toda a sociedade, e a busca integrada por conservação e ao mesmo tempo a utilização dos recursos naturais, de maneira moderada e não impactante, para as populações locais. Neste sentido a ciência tem seu relevante papel nas mudanças, desde que mudemos nosso enfoque científico tradicional, pois os fenômenos insurgentes de nossa atualidade derivam da atividade perceptiva dos seres humanos em relação às condições ambientais do atual momento da história.

Deste modo defende-se a importância da adoção de procedimentos que levem em consideração a percepção e a atribuição de atitudes e valores que os diferentes sujeitos adotam sobre os diversos espaços e com isso mesclar a objetividade do cientista com a preocupação dos sujeitos presentes nos diversos espaços. Tal fato revela-se na possível conflitualidade dos sujeitos da Reserva com sujeitos exógenos ao lugar, como os atores da pesca esportiva desenvolvida na região.

É enorme o desafio que temos pela frente, nesta crise de percepção generalizada que vivemos hoje, tanto em nível da sociedade como de individualidade, transformada em crise de valores e de percepção ambientais, que devemos nos posicionar quanto à conservação de recursos naturais como parte integrante de nossas vidas, ou seja, educar para o equilíbrio do meio ambiente para garantir a sobrevivência dos diversos ecossistemas para as futuras gerações.

Assim, é necessário pensar em uma sociedade atrelada ao meio ambiente, e não indiferente a ele, dissipando essa dicotomia indolente entre o homem e a natureza que atualmente presenciamos. E, no caso das populações envolvidas a Mocapajuba, deve ser revelado para todos: comunidades locais, visitantes, autoridades e cientistas.

Para que se possam empreender valores e atitudes positivos sobre esta localidade, deve-se também reconhecer as especificidades de cada localidade, de seus atributos físicos, potenciais turísticos, atividades econômicas diferenciadas, relações espaciais distintas.

Sabemos que a ciência e as políticas públicas são cercadas de limitações, portanto, deveria existir um esforço maior em se integrar o etnoconhecimento das populações tradicionais nos planos de manejo. Ademais, em áreas onde existam comunidades tradicionais é imperioso que estes planos de manejo percam seu caráter autoritário e tecnocrático, passando a ser um processo de integração gradativa do conhecimento, dos fazeres e das técnicas patrimoniais, em que as tomadas de decisões sobre o uso do espaço por longo tempo sejam discutidas, um processo no qual o diálogo é o protagonista. É importante que o conselho gestor futuro de Mocapajuba procure agir desta maneira.

Uma alternativa econômica apontada por muitos especialistas de Unidades de Conservação é o Turismo de Base Comunitária. Pois ao mesmo tempo em que gera renda a população local, ainda apresenta um grau de sustentabilidade na conservação dos recursos naturais e culturais dos povos locais. Aliando atividades econômicas já existentes com práticas sustentáveis mais novas tem gerado benefícios econômicos em diversas regiões do país e do mundo.

Porém é importante que se estabeleça uma categorização da atividade turística de forma bem definida, que seja estabelecida nos futuros planos de manejo, e/ou planos de utilização de área. Uma vez que a atividade turística já acontece na área, mas, segundo seus moradores, de forma totalmente desordenada com as finalidades da UC. Assim os instrumentos legais de gestão participativa ordenarão as atividades permitidas na RESEX e serão os instrumentos que por sua vez considerarão a legislação vigente.

Deste modo, a necessidade e a urgência de regulação e organização do mercado extrativista deverão acompanhar os processos de escuta dos moradores locais e de suas necessidades momentâneas, formando, assim, um mecanismo de participação destes em diversos momentos da produção e divulgação das necessidades. E não apenas para os representantes das comunidades, mas um mecanismo que englobe as diversas famílias presentes no interior da RESEX.

Por fim, a utilização da Percepção Ambiental na gestão dos recursos naturais da Reserva Extrativista Marinha de Mocapajuba contribuirá para a utilização racional dos mesmos, desde que possibilite uma relação harmônica entre o conhecimento da população nativa - como o ponto de vista de um indivíduo, de um conjunto de pessoas ou mesmo de uma população de forma geral – e o saber da comunidade externa, seja a abordagem científica tradicional e/ou os órgãos do poder público.

Neste contexto, a caracterização perceptiva de grupos socioculturais atuantes no espaço estudado deveria tornar-se parte integrante da abordagem interdisciplinar para a avaliação dos valores ecológicos, socioeconômicos e culturais da área de conservação, na perspectiva de orientar propostas de planejamento global do uso dos seus recursos naturais, incluindo estratégias de conservação da biodiversidade, manejo e ainda subsidiar a implementação de atividades em Educação Ambiental.

Apêndice**Questionário de Avaliação de Percepção Ambiental**

Nome:
Idade:
Escolaridade:
Ocupação:
Tipo de representação na RESEX:
1 – Qual a importância da criação da Resex para São Caetano de Odivelas?
2 – Qual a importância da criação da Resex para vocês que utilizam desse espaço?
3- Qual a importância da criação da Resex para conservar a natureza na região?
4- O que significa os rios e/ou mangue para você?
5- O que você considera mais importante na Resex de Mocapajuba?
6- Como você descreveria a área da Resex de Mocapajuba?
7- Por quê você mora nesta região?
8- De quem é a responsabilidade de cuidar do espaço da Resex?

ANEXOS



Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 49415-1	Data da Emissão: 28/05/2015 15:46	Data para Revalidação*: 26/06/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Diego Mercês de Barros	CPF: 809.302.392-53
Título do Projeto: PERCEPÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO COM OS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE MOCAPAJUBA	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Atividades de Campo e entrevistas com moradores	06/2015	05/2017

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		PA	RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA	UC Federal

Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 54955695





Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 49415-1	Data da Emissão: 28/05/2015 15:46	Data para Revalidação*: 26/06/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Diego Mercês de Barros	CPF: 809.302.392-53
Título do Projeto: PERCEPÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO COM OS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE MOCAPAJUBA	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 54955695





Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 49415-1	Data da Emissão: 28/05/2015 15:46	Data para Revalidação*: 26/06/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Diego Mercês de Barros	CPF: 809.302.392-53
Título do Projeto: PERCEPÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO COM OS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE MOCAPAJUBA	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 54955695





Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 49415-2	Data da Emissão: 29/06/2016 12:29	Data para Revalidação*: 29/07/2017
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Diego Mercês de Barros	CPF: 809.302.392-53
Título do Projeto: PERCEPÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO COM OS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE MOCAPAJUBA	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Atividades de Campo e entrevistas com moradores	06/2015	05/2017

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		PA	RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA	UC Federal

Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 98341735





Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 49415-2	Data da Emissão: 29/06/2016 12:29	Data para Revalidação*: 29/07/2017
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Diego Mercês de Barros	CPF: 809.302.392-53
Título do Projeto: PERCEPÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO COM OS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE MOCAPAJUBA	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 98341735





Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 49415-2	Data da Emissão: 29/06/2016 12:29	Data para Revalidação*: 29/07/2017
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Diego Mercês de Barros	CPF: 809.302.392-53
Título do Projeto: PERCEPÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO COM OS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE MOCAPAJUBA	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 98341735



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX MARINHA DE SÃO JOÃO DA PONTA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2015.

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e quinze, na Sede Social da Associação Mãe das Reservas Extrativistas Marinha de São João da Ponta, às dez horas e, após a fazer a chamada das entidades conselheiras, com seus conselheiros presentes, a saber, 1- Sr. Waldemar Londres Vergara Filho-ICMBio, Presidente do Conselho, 2- Sr. Zacarias Monteiro Bandeira e Sr. Lázaro Palheta, (Conselheiros representante da Associação dos usuários da RESEX de São João da Ponta, 3- Sr. João de Lima Coelho e Manoel Ferreira das Neves(titular e suplente), conselheiros representante dos Pescadores do Polo Cidade, 4- Sra. . Raimunda Santa Rosa Moura e Sr. Lázaro Favacho da Costa (Conselheiros representante do Polo do Porto Grande, 5- Sr. Francisco de Assis das Neves (Conselheiro representante pela EMATER/ESCOL São João da Ponta, 6- Sr. Ney Almeida Santa Brígida (Conselheiro suplente representante pela Prefeitura Municipal de São João da Ponta), 7- Sr. Valnir Rodrigues Monteiro (câmara dos vereadores de São João da Ponta, 8- Sr. Paulo Almeida Pereira ,9- S.r^a Márcia Pimentel (Conselheira titular pela UFPA), 10- Sr. Adenilson de Souza Lagóia Deolândia, 11, Sr Patrick Heleno Santos Passos, e a após verificação do quórum pelo Sr. Vergara Filho(Presidente do Conselho), deu início a 20ª Reunião Ordinária do Conselho deliberativo da Reserva Extrativista Marinha MOCAJUIM de São João da Ponta, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: seguindo a Pauta, A-Leitura da ata da 19ª Reunião Ordinária de 05 de Dezembro 2014, e Informes sobre a gestão da RESEX de São João da Ponta/PA. 20 minutos . B- Informe sobre o andamento da chamada de ater/EMATER, na RESEX de São João da Ponta, 20 mim, Apresentação de listas de nomes de usuários efetivos da pesca, para deliberação de seus cadastros na RESEX, 20 mim, Apresentação Proposta do Programa de capacitação e pesquisa de apoio ao fortalecimento da Participativa na RESEX de São

João da Ponta- Geografia/UFPA, 20 minutos, Informes da Comissão Nacional de Fortalecimento das RESEXS Costeiras e Marinhas COMFREM- 20 mim, Apresentação Proposta de Atividades na RESEX de São João da Ponta, pela Faculdade Mauricio de Nassau, 20 minutos, Apresentação Proposta de Atividades na RESEX de São João da Ponta, pela Universidade da Amazônia - UNAMA, 20 minutos, Outros que ocorram, iniciou a leitura da ata da 19ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, de 05 Dezembro abril de 2014, item por item, o conteúdo contido nesta ata, foi a provada unanimidade pelos conselheiros presentes, sem ressalvas, Em seguida o S.r. Vergara, Presidente, convidou a equipe do escritório local da EMATER em São João da Ponta foi chamada a frente para apresentar os resultados e metodologia da Chamada Pública RESEX: atividades desenvolvidas de janeiro a abril de 2015 na ATER nesse município. Foi frisado que os dados referentes a o banco de dados das famílias da RESEX, cerca de 390 famílias, encontram-se sistematizados e disponíveis para consultas mediante autorização de uso, Em seguida o Presidente teceu comentários sobre a relação do ICMbio e a Chamada Pública, seguido da fala do senhor João Lima como conselheiro e integrante da equipe da EMATER, como agente de ATER nas atividades desenvolvidas pela instituição no município e a necessidade das famílias participarem da ATER como parceiras e fiscais,

Depois foi dada a palavra a Srª Márcia Pimentel, Conselheira, professora da Geografia da UFPA e coordenadora do Grupo de Estudo Paisagem e Planejamento Ambiental – GEPPAM, que falou sobre as atividades já desenvolvidas pela UFPA em parceria com a MOCAJUIM desde o ano de 2010. Logo em seguida, a professora Márcia, apresentou aos presentes os projetos a serem desenvolvidos pela UFPA na RESEX através de seus alunos da pós-graduação em Geografia e Ciências Ambientais. Em seguida cada estudante falou sobre seus projetos. 1-Indiara da Silva Oliveira, O Uso da Metodologia P.E.I.R na análise da Paisagem da Bacia Hidrográfica do Rio Mocajuba, 2-Daniel Vilhena Farias Filho, As Comunidades

2
Borges

Tradicional e a Conservação do Estoques de Carbono no Manguezal do Município de São João da Ponta- PA ,3- Diego das Mercedes de Barros, Percepção Ambiental , Lugar e Paisagem: Estudo da Percepção dos Representantes /Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Mocapajuba(PA),4-Suzanna da Silva Ferreira, Entre Marés e Mangues: Paisagens Territorizadas Por Pescadores da RESEX Marinha de São João da Ponta/PA.

Dado prosseguimento, o S.r. Vergara Filho, Presidente do Conselho, deu início ao processo de homologação das propostas de trabalhos apresentadas, as quais foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros ali presentes, sendo destacado que a importância e mérito social da pesquisa estão associados ao Protocolo SISBIO.

Em seguida o Sr. Vergara Filho, convidou o Sr. Coordenador do Curso de Gestão Ambiental da Faculdade Maurício de Nassau – Belém Sr. Álvaro José de Almeida Pinto. Foram apresentados pelo coordenador os trabalhos já desenvolvidos pela Faculdade em São João da Ponta e apresentadas as novas propostas de trabalhos a ser aplicadas no município como cursos de gestão de mulheres e recursos naturais, construções sustentáveis e a implantação de atividades de extensão universitária para modalidade de ensino a distância (EAD) dos cursos da Faculdade Maurício de Nassau.

Dado prosseguimento, o Sr. Vergara Filho deu início ao processo de homologação das propostas de trabalhos apresentadas, as quais foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros ali presentes. Em seguida, O sr. Vergara Filho, convidou o Sr. Igor Charles coordenador do curso de Geologia da Universidade da Amazônia – UNAMA, o professor Igor Chaves. A proposta apresentada pelo professor Igor Charles Castor Alves, representante da UNAMA, consiste na aplicação de projetos ao município de São João da Ponta nas áreas de Geologia Ambiental e Geologia do Petróleo e estudos de mapeamento de áreas de riscos e disponibilizar a TV UNAMA para divulgação das

atividades de extensão acontecidas no município de São João da Ponta além de propôs oficinas de capacitação na área de jornalismo e publicidade e propaganda. Em ainda informou que a UNAMA está disposta a receber as demandas da comunidade.

Dado prosseguimento, o gestor deu início ao processo de homologação das propostas de trabalhos apresentadas, as quais foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros ali presentes.

Prosseguindo nas pautas da reunião, o Sr. Presidente chamou a frente a professora Márcia Pimentel da UFPA, que apresentou para os presentes, dois professores visitantes da Universidade Paris XIII, da França, os senhores Pierre e Felipe. O professor Pierre falou e em seguida o professor Felipe fez algumas considerações em francês sendo traduzido em seguida pelo professor Pierre.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. conselheiro Patrick Passos, que frisou a importância dos conhecimentos criados juntamente com a comunidade, retornarem para essa mesma comunidade através de uma linguagem acessível. Falou dos projetos em andamento e sobre os projetos futuros para RESEX, como o estudo do óleo diesel sobre a pele dos pescadores e suas consequências para a saúde dos mesmos, Logo depois foram apresentadas pelo conselheiro Patrick Passos, duas acadêmicas da UEPA, Malu e Tamyres Corrêa, que apresentaram um projeto cujo objetivo consiste no estudo das propriedades do Turú. E logo em seguida o gestor deu início ao processo de homologação das propostas de trabalhos apresentadas, as quais foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros ali presentes.

Dando prosseguimento, O Sr. Presidente, chamou o senhor Zacarias Bandeira, que repassou a presidência da MOCAJUIM ao senhor Manuel Ferreira, simbolizado por um abraço, Em seguida foram chamados os demais membros da Executiva da MOCAJUIM para se ajuntar aos senhores Zacarias e Manuel. Então, falou o senhor Manuel Ferreira das Neves agora como novo presidente da MOCAJUIM, sendo seguida da fala da professora Márcia que explicou sobre a construção do viveiro de plantas medicinais e logo em seguida os presentes foram convidados para visitar as obras do viveiro nos fundos do prédio da MOCAJUIM culminando com o fim da reunião ordinária. O s.r. Vergara Filho –

4
Passos

Presidente encerrou a 20ª Reunião Ordinária, com uma oração ecumênica por todos os presentes, na ausência dos conselheiros designados para realizar a secretária da Reunião do conselho, realizei a função voluntária, nada mais foi dito e Eu Patrick Heleno, Conselheiro pela SEDAP, lavrei a presente Ata que vai por mim e pelo presidente assinada.

Patrick Heleno dos Santos Farias

CPF: 630.827.642-15



LISTA DE PRESENÇA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX SÃO JOÃO DA PONTA /PA./DE 30 DE ABRIL 2015. INSTITUIÇÕES CONSELHEIRAS-LOCAL: -SEDE DA MOCAJUIM , SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DA PONTA-PA

Instituições	Nome	Conselheiro	Assinatura
1-ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Waldemar Londres Vergara Filho	Titular	
	Lauriane Kamila Santos Silva	Suplente	
2- Secretária de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará	Patrick Heleno dos Santos Passos	Titular	Patrick Heleno dos S. Passos
	Marcelo Cunha Mousinho Coelho	Suplente	
3- SEMA – GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	David Oliveira	Titular	
	Márcia Cristina Sarges de Oliveira	Suplente	
4- EMATER-PA- ESCOL SÃO JOÃO DA PONTA.	Francisco de Assis das Neves	Titular	Francisco de Assis das Neves
	Renato Cezar Vasconcelos	Suplente	
5- Universidade Federal do Pará- UFPA	Márcia Aparecida da Silva Pimentel	Titular	Márcia Aparecida da Silva Pimentel
	Carmena Ferreira de Franca	Suplente	
6- Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA	Marcelo Augusto Moreno da Silva Alves	Titular	
	Glauber David Almeida Palheta	Suplente	
7- Prefeitura Municipal de São João da Ponta - Poder Executivo	Nelson Santa Brígida	Titular	
	Ney Almeida Santa Brígida	Suplente	Ney Almeida Santa Brígida
8- Câmara Municipal de São João da Ponta - Poder Legislativo	Raimundo Nonato Fernandes	Titular	
	Valnir Rodrigues Monteiro	Suplente	Valnir Rodrigues Monteiro
9- MARINHA DO BRASIL – CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL	Encarregado da Divisão de Inspeção Naval e Vistoria	Titular	
	Encarregado da Seção de Patrimônio	Suplente	
10-Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São	Zacarias Monteiro Bandeira	Titular	Zacarias Monteiro Bandeira



LISTA DE PRESENÇA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX SÃO JOÃO DA PONTA /PA./DE 30 DE ABRIL 2015. INSTITUIÇÕES CONSELHEIRAS-LOCAL: -SEDE DA MOCAJUIM , SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DA PONTA-PA

João da Ponta – MOCAJUIM	Lazaro Palheta	Suplente	<i>Lazaro F Loureiro Costa</i>
11- Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de Marinha Mãe Grande de Curuçá – AUREMAG	Marcelo Ferreira Costa	Titular	
	José da Silva Galvão	Suplente	
12- Igrejas- Católica e Igreja Evangélica	Paulo de Almeida Pereira - Paróquia de São João Batista	Titular	<i>Paulo de Almeida Pereira</i>
	Manoel Monteiro de Brito – Assembleia de Deus	Suplente	
13- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR	Benedito Ferreira Braga	Titular	
	Adriene Bahia Figueiredo	Suplente	
14- MOPEPA – Movimento dos Pescadores do Estado do Pará	Thomaz Maria Miranda Ribeiro	Titular	
	Miguel Ferreira Pantoja	Suplente	
15- CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativista	Célia Regina das Neves Favacho	Titular	
	Sandra Regina Gonçalves	Suplente	
16- Colônia de Pescadores de São João da Ponta- Z-63	Rubens Monteiro Costa	Titular	<i>João de Lima Coelho</i>
	Nome Manoel Edinelson pinto dos santos	Suplente	
17- Associação dos Pescadores Artesanais de São João da Ponta (Pólo Sede)	João de Lima Coelho	Titular	
	Manoel Ferreira das Neves	Suplente	<i>Manoel Ferreira das Neves</i>
18- Associação do Pólo Porto Grande - São João da Ponta	Raimunda Santa Rosa Moura	Titular	<i>Raimunda Santa Rosa Moura</i>



LISTA DE PRESENÇA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX SÃO JOÃO DA PONTA /PA./DE 30 DE ABRIL 2015. INSTITUIÇÕES CONSELHEIRAS-LOCAL: -SEDE DA MOCAJUM , SEDE DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DA PONTA-PA

19- Associação Comunitária de Pescadores de Deolândia - São João da Ponta	Lázaro Favacho da Costa	Suplente	<i>Lázaro Favacho</i>
	Gleidson Almeida Favacho	Titular	
20- Associação de Pescadores do Pólo Bomfim - São João da Ponta	Adenilson Adenilson de Sousa Lagóia	Suplente	<i>Adenilson de Sousa Lagóia</i>
	Junior Fabio Moraes Soares	Titular	
21- Associação de Pescadores do Pólo da Guarajuba - São João da Ponta	Rosalino Sousa Monteiro	Suplente	
	Ivaneide Santos da Silva	Titular	
	A confirmar	Suplente	

**LISTA DE PRESENÇA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX DE SÃO
JOÃO DA PONTA- PA
DIA 30 DE ABRIL DE 2015.**

Na sede da MOCAJUIM, Sede do Município de São João Ponta,

NOME	COMUNIDADE	CONTATO
Bisiano A. Lageira	Beolândia	91.93.58.44
Francisco V da S. Figueira	Açú	
Vahin Rodrigues Monteiro	São João da Ponta	987137073
Francisco dos Reis Dantas	Execução - PA	8892-2535
Juliano J. Freitas	Trator - PA	dd2423885
EIVALDO HORA BANDEIRA	Açú	- - -
Jacarias Monteiro Bandeira	Açú	87628965
Osvaldo Ferreira Cardoso	Monte Alegre	
Osvaldo da Silva Monteiro	Porto Grande	991202478
Aplindo Rodrigues Atad	Brasilândia	
Ademilson de Souza Siqueira	Beolândia	99167-5806 / 98815-4668
Osvaldo Palmita		
Armando P. Martins		988399338
Manoel Ferreira das Neves		987498229
Manoel da Costa Almeida	S. Francisco	

**LISTA DE PRESENÇA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX DE SÃO
JOÃO DA PONTA- PA
DIA 30 DE ABRIL DE 2015.**

Na sede da MOCAJUM, Sede do Município de São João Ponta,

NOME	COMUNIDADE	CONTATO
Indiara da Silva Oliveira	UFPA - PPGE0	982200181
Diego Mercês de Barros	UFPA - PPGE0	981567022
Glise Carrão Viles	UFPA - PPGE0	980874845
Malu Amaral Fero	UEPA - CCNT	981617074
Tamirys Pereira Correa	UEPA - CCNT	982936387
Wellington Augusto F. Fernandes	UFPA - FGC	98256-1546
Marta Luiz Tadeu Rodrigues	UFPA - PPGCA	98226 + 1196
Marcos Da S. P.	UFPA - PPGE0/PPGCA	981466490/marimintel@ufpa.br
Paulo de A. Pereira	Igreja	
Silviana das Chagas Souza		
Viviane Correa Santos	UFPA	94-81040469
Amorim Gonçalves	UFPA	9198160-3440/99991-5647
Sônia M. O. Prazeres	Visitante	989960723
Suzanna Ferreira	UFPA	98908-2731
David Villora Torres Filho	UFPA	98299-1170
Mário Frei de Almeida Luth	Faculdade Maurício de Nassau	98138-1726
Igor Charles C. Alus	UNAMA	98108-1359